

Flávia Goulart Garcia Rosa

pasta do

professor:

o uso de

PASTA DO PROFESSOR

O USO DE CÓPIAS NAS

UNIVERSIDADES

nas

universidades



pasta do professor:
PASTA DO PROFESSOR:
o uso de cópias
O USO DE CÓPIAS NAS
nas universidades
UNIVERSIDADES

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

PASTA DO PROFESSOR O USO DE CÓPIAS NAS UNIVERSIDADES



ed UFAL

Maceió - AL, 2007



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Reitora

Ana Dayse Rezende Dorea

Vice-reitor

Eurico de Barros Lôbo Filho

Diretora da Edufal

Sheila Diab Maluf

Conselho Editorial

Sheila Diab Maluf (Presidente)

Cícero Péricles de Oliveira Carvalho

Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante

Roberto Sarmento Lima

Iracilda Maria de Moura Lima

Lindemberg Medeiros de Araújo

Flávio Antônio Miranda de Souza

Eurico Pinto de Lemos

Antonio de Pádua Cavalcante

Cristiane Cyrino Estevão Oliveira

Capa e projeto gráfico

Angela Garcia Rosa

Revisão

Susane Barros

Éster Manbrini

Normalização

Sonia Chagas Vieira

Catálogo na fonte

Universidade Federal de Alagoas

Biblioteca Central – Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

R788p Rosa, Flávia Goulart Mota Garcia
Pasta do professor: o uso de cópias nas universidades / Flávia Goulart Mota Garcia Rosa. – Maceió : EDUFAL, 2007.
138 p.

Bibliografia: p. [125]-138.

1.Reprografia e Ensino superior. 2. Leitura – Ensino superior. 3. Atividade editorial – Brasil. 4. Direitos autorais – Reproduções ilegais. I. Título.

CDU: 778.1:378

ISBN 978-85-7177-352-3

Direitos desta edição reservados à

EDUFAL - Editora da Universidade Federal de Alagoas

Campus A. C. Simões, BR 104, Km, 97,6

Fone/Fax: (82) 3214.1111

Tabuleiro do Martins - CEP: 57.072-970 - Maceió - Alagoas

E-mail:edufal@edufal.ufal.br - Site: www.edufal.ufal.br

Editora afiliada:



Aos meus filhos Eduardo, Ricardo e Leonardo por saberem compartilhar de todas as etapas das minhas conquistas profissionais.

A Jayminho, que ao longo da nossa história, sempre foi o meu grande incentivador...

Aos meus pais Maria Helena e Fernando (*in memoriam*) que sempre acreditaram e apoiaram as minhas escolhas.

A todos que nessa minha trajetória tardia, mas nunca tarde para acontecer: incentivaram, contribuíram, apoiaram, entenderam, riram e me fizeram rir, seguraram minha mão, emprestaram o ombro, ouviram, leram, opinaram, normalizaram, tabularam, revisaram, formataram, corrigiram...

A palavra escrita é um fenômeno cultural, não da natureza, mas da civilização, da qual a cultura é a essência e o esteio.

Fernando Pessoa, 1999, p.19

APRESENTAÇÃO

O livro que a Editora da UFAL apresenta aos leitores brasileiros nesta primeira edição tem muitos méritos acadêmicos e traz também boas e úteis contribuições à história da edição no Brasil. De certa maneira, o objeto do texto – a “pasta do professor” – é um dos muitos problemas e enigmas que o mundo do livro universitário enfrenta no dia a dia, mundo este vivenciado teórica e praticamente pela Profa. Flávia Goulart Garcia Rosa de maneira muito intensa e responsável, enquanto diretora de uma das mais importantes editoras universitárias do país – a Edufba.

Militante incansável pela boa editora acadêmica e pela boa universidade, Flávia nos apresenta mais do que uma dissertação sobre as origens, os caminhos e as conseqüências que as “pastas do professor” representam. Ao examinar as páginas e capítulos que se seguem, o leitor encontrará informações precisas e selecionadas da origem e história da edição universitária; seu lugar no contexto formador das universidades como concebidas na Idade Média e, também, no contexto do surgimento tardio dessas instituições no Brasil. Avança ainda num debate sempre presente, mas nem sempre muito explícito, entre as delicadas relações entre a universidade e sua editora acadêmica, ponto nevrálgico que determina a qualidade desse produto do saber universitário.

Experiente e ciosa de que a editora universitária faz parte de um grande esforço de consolidação da indústria editorial no Brasil, Flávia contextualiza as publicações das universidades no cenário de desenvolvimento da atividade editorial no país, buscando as influências e confluências desta atividade com o labor educacional, particularmente desde os anos 30 do século passado. Aborda, igualmente, com um olho nos autores e nas regras legais que comandam o direito autoral e o outro na universidade, a história, os acordos, a legislação e o contexto das cópias não autorizadas para fins educacionais.

No capítulo 5, faz um levantamento e aponta o percurso das políticas públicas sobre leitura desenvolvidas no Brasil e procura questionar nossa capacidade, enquanto país, de formar uma nação letrada, com sensibilidade e instrumentos intelectuais adequados para enfrentar o difícil, competitivo e desigual mundo do conhecimento e da informação, dístico do progresso e da desigualdade dos seres humanos nos tempos presentes.

Com esse cabedal de informações e posicionamento crítico, a autora adentra finalmente ao objeto último do trabalho que é a pesquisa sobre as “pastas do professor”, combinando a necessária pesquisa empírica nas universidades de Salvador com a perspectiva teórica que não desconhece a necessidade do estudante em acessar informações. Reflete, ainda, sobre a complexa rede de interesses que circundam o negócio do livro e a própria sobrevivência dos autores e editoras supostamente prejudicados pela reprografia ilegal.

Ao tomar o partido de entender o problema não apenas do lado pedagógico, ou do lado economicista, ou ainda do lado dos supostos prejuízos aos ganhos do trabalho intelectual, a autora demonstra por onde o problema deve ser compreendido e equacionado. Abordando a questão da cópia não autorizada com finalidades didáticas pela ótica editorial, mas também pela necessidade que o estudante tem de acessar a informação, Flávia demonstra que o problema é muito maior do que um entendimento primário e operacional poderia supor. Por essas razões, aponta com justeza que a questão não se resolve simplesmente pelo equacionamento de medidas legais e/ou punitivas. Alçada a um problema

estruturante no meio educacional, aonde uma das mais perversas consequências é a formação de um estudante que jamais lê um livro completo (entendendo por completo o texto devidamente integralizado, com identificação de seu autor), a questão da “pasta do professor” contribui para proporcionar a um país perplexo, a colocação de milhares de jovens no mercado de trabalho sem qualquer prática da mínima reflexão intelectual. O simples ato de dialogar com um autor por intermédio de um texto completo, perde-se numa educação por fragmentos de textos reprografados sem sequer identificação do nome da obra e de seu autor.

Contemporâneas da era da informação, da digitalização, dos acessos virtuais, dos grandes sistemas de informação e da veloz melhoria da qualidade e desempenho da indústria gráfica tradicional, as editoras universitárias, e os leitores interessados em educação e cultura, encontrarão neste livro o necessário material para refletirem sobre este problema educacional, pedagógico e editorial, representado pela “pasta do professor”. Que ele nos seja útil, e certamente será, para nos ajudar a equacionar este problema que empobrece o país e a nossa juventude.

São Paulo, agosto de 2007.

José Castilho Marques Neto¹

¹ Doutor em Filosofia pela USP, é professor da UNESP, campus de Araraquara, Diretor Presidente da Editora UNESP e Secretário Executivo do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL/MinC e MEC).
castilho@editora.unesp.br

SUMÁRIO

introdução	
INTRODUÇÃO	15
rede de associações:	
REDE DE ASSOCIAÇÕES: O PODER E O SABER	21
evolução das formas de registro e circulação da info	
EVOLUÇÃO DAS FORMAS DE REGISTRO E CIRCULAÇÃO DA INFORMAÇÃO	27
atividade editorial no brasil	
ATIVIDADE EDITORIAL NO BRASIL	35
direito autoral	
DIREITO AUTORAL	61
políticas para o livro e para a leitura	
POLÍTICAS PARA O LIVRO E PARA A LEITURA	85
perspectivas do acesso à informação	
PERSPECTIVAS DO ACESSO À INFORMAÇÃO	111
pasta do professor: a prática de copiar textos dida	
PASTA DO PROFESSOR: A PRÁTICA DE COPIAR TEXTOS DIDÁTICOS	115
conclusão	
CONCLUSÃO	121
referências	
REFERÊNCIAS	125

introdução introdução INTRODUÇÃO

A Europa do final do século XII e início do século XIII – em plena Idade Média – foi marcada pelo aparecimento das universidades. Decorrente desse fato surge um público leitor que passou a utilizar o livro como instrumento de trabalho intelectual.

Os primeiros livros se apresentavam em forma de manuscritos. No entorno das universidades, consolidou-se um comércio de *cópias*, organizado e estabelecido para atender às necessidades dos alunos, ávidos por uma bibliografia indicada pelo professor que, na maioria das vezes, era ele próprio o autor ou o responsável pelo manuscrito entregue aos copistas.

Em meados do século XV, a invenção dos tipos móveis por Gutenberg, transformou o sistema de produção de livros, e revolucionou todo o processo de armazenamento, disseminação e recuperação da informação.

No Brasil, embora constituídas somente no século XX, as universidades estão inseridas nesse contexto onde, livros utilizados como apoio didático nas diversas disciplinas ministradas, são amplamente copiados. Em outubro de 2004, no âmbito do Ministério da Justiça, foi criado o Conselho Nacional de Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual e, a partir de então, a prática de copiar livros ou partes de livros, para uso de disciplinas universitárias de graduação e pós-graduação, agitou o meio acadêmico.

Este livro é resultado da dissertação “*Pasta do professor: o uso de cópias nas universidades de Salvador*” defendida no Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia e teve como orientadora a Professora Dra. Nanci Oddone. O termo *Pasta do professor* – denomina a pasta disponibilizada de forma individual com o nome do professor, das respectivas disciplinas ministradas, contendo as fontes de informação indicadas na bibliografia da disciplina, e que estão disponíveis nas copadoras, instaladas nas universidades. O título que se confunde com informações necessárias para progressão deste texto, será usado com a frequência que o estudo demandar.

O principal objetivo estabelecido é averiguar a prática do uso de cópias no ambiente universitário, a partir do papel do professor quanto à indicação de fontes de informação como apoio às disciplinas ministradas.

No que tange ao armazenamento e transmissão de conhecimentos, o livro tem sido seu objeto por excelência, desde a sua origem e sob diferentes suportes. Tudo leva a crer que, no contexto acadêmico, o livro se constitui no principal material didático utilizado por professores das diversas áreas do conhecimento. No entanto, o acesso à informação através de livros vem ocorrendo de forma fragmentada, uma vez que é procedimento comum, neste ambiente, o professor indicar capítulos de livros na bibliografia da disciplina por ele ministrada. Algumas vezes, estes excertos são disponibilizados na denominada *Pasta do professor*, nas reprografias situadas nas universidades ou no seu entorno. Este fenômeno é mais visível, sobretudo nos cursos das áreas de Ciências Humanas ou Sociais Aplicadas, nos quais os textos impressos, livros, capítulos de livros, artigos de periódicos, são por assim dizer a principal – se não as únicas – matéria-prima de trabalho. Deste modo, unem-se três elementos que contribuem para a consolidação dessa prática: o uso do livro em suporte papel, na referida área e sua indicação pelo professor; a maior disseminação da cópia no ambiente universitário e a facilidade oferecida pela tecnologia.

O avanço tecnológico tem permitido a produção rápida de cópias, a partir da formação de uma imagem pelo efeito da luz, tendo como base o documento original, cujo papel usado no processo de reprodução não

recebe nenhum tratamento específico. (RABAÇA; BARBOSA, 1978).

Além do livro e capítulos de livro, o periódico científico também tem sido objeto de cópias e se encontra disponível na *Pasta do professor*. Ele é considerado como o principal e mais significativo meio de divulgação da pesquisa científica (LE COADIC, 2004). Sobre este tipo de material, acredita-se que haja um milhão deles ativos no mundo. Se por um lado a diversidade de títulos amplia a disseminação da pesquisa, por outro, causa a dispersão de artigos sobre um mesmo tema, dificultando as bibliotecas manterem suas coleções atualizadas (MÜELLER, 2000). Como solução para essa dificuldade, muitos desses periódicos estão sendo disponibilizados em formato eletrônico, no Portal de Periódicos mantido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Esta agência investe recursos da ordem de US\$ 18,7 milhões anuais para manter as assinaturas dos periódicos científicos nas bibliotecas virtuais (ORTELLADO; MACHADO, 2006, p. 13).

No entanto, cumpre registrar que o número de acessos ao Portal da CAPES, no Brasil, comparado a outros países que possuem portais com essa mesma finalidade, ainda está aquém dos investimentos feitos, (ORTELLADO; MACHADO, 2006, p. 13). Tudo indica que outros fatores contribuem para o baixo acesso, tais como: desconhecimento por parte do usuário, precária infra-estrutura nas universidades públicas, baixo número de estudantes e mesmo professores que dispõem de computador em sua residência, além da persistência na prática da cópia. O fácil acesso ao documento original na *Pasta do professor* nas reprografias, possibilita ao aluno exercer a prática do “xerocar”.

Os cursos das áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, segundo classificação de área estabelecida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), são tradicionalmente os que mais utilizam textos durante o processo de aprendizagem, como foi dito antes. Conforme afirma Meadows (1999, p.13),

Um dos fatores importantes na divulgação das pesquisas é, obviamente, a extensão com que os resultados são efetivamente tomados públicos. A regra geral é que a publicação é mais fácil nas ciências, [da saúde e das tecnologias] mais difícil nas ciências sociais, e *ainda mais difícil nas huma-*

nidades. (Grifo nosso).

A prática vem constatando que os pesquisadores das áreas de Engenharia, Ciências Exatas e da Terra (TARGINO, 1998, p.278) têm maior disponibilidade de periódicos para publicação de suas pesquisas que os das Humanidades. Os autores, seja qual for a área do conhecimento, se deparam com problemas como a periodicidade irregular de muitas revistas, a lentidão do processo de publicação e o alto custo para publicar em periódicos estrangeiros. Hoje, há uma expectativa de redução desse problema com a adoção dos periódicos eletrônicos e dos repositórios.

Os critérios referenciados para o universo desta pesquisa abrangem, respectivamente, a cidade de Salvador-Bahia e as quatro universidades constituídas nessa cidade, sendo duas públicas, Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e duas privadas, Universidade Católica de Salvador (UCSAL) e Universidade Salvador (UNIFACS).

Buscou-se conhecer de que forma o professor seleciona as fontes de informação indicadas na bibliografia das disciplinas ministradas para os calouros dos cursos de Administração de Empresas, das quatro instituições de ensino superior (IES) constituídas e em funcionamento na cidade de Salvador. O curso de Administração de Empresas, eleito para universo dessa pesquisa, atende aos critérios de ser o curso da área de Ciências Sociais Aplicadas ou Ciências Humanas, identificado com o mesmo perfil nas quatro Instituições, além de dispor do maior número de alunos matriculados e se iniciar no primeiro semestre letivo. Conforme o último censo do Ministério da Educação (MEC) realizado em 2004, o curso de Administração é o mais procurado do País com cerca de 606.709 candidatos inscritos no vestibular (LEMOS, 2006, p.9).

A coleta de dados foi feita junto aos docentes que ministram disciplinas para os alunos calouros do curso de Administração de Empresas. São eles que definem o tipo de fonte de informação utilizada pelo aluno como bibliografia das disciplinas ministradas. Para coletar os dados empíricos indispensáveis ao cumprimento dos objetivos desta pesquisa e proceder à verificação da hipótese levantada, utilizou-se a pesquisa docu-

mental e o *survey*, a partir do uso de um instrumento de coleta desenhado especificamente para esta finalidade. Para o processamento dos dados foi utilizado o programa Statistical Package Social Science (SPSS) versão 10, software indicado para obtenção de dados estatísticos.

Na atualidade, a cópia é considerada indispensável ao ensino de uma disciplina porque, ao contrário do que ocorria há trinta ou quarenta anos, não é mais possível ao professor decidir-se – ou limitar-se – a um único livro-texto. Não há mais livros-texto para as disciplinas porque o conhecimento se fragmentou, há uma diversidade de pensamento e as edições são muito mais numerosas. Um professor não encontra e, por outro lado, não se satisfaz mais em definir um único autor como a principal autoridade naquele assunto. Não existem mais autores que sejam autoridades absolutas em seus próprios assuntos. Dessa forma, não existem mais fontes e obras consideradas definitivas sobre cada tema.

No contexto da sociedade da informação o conhecimento assume papéis estratégicos, criando novas necessidades e exigindo posturas diferentes dos que são responsáveis pela formação e transmissão do conhecimento. Além do que, os avanços tecnológicos devem ser utilizados em favor do livre acesso à informação para todos.

Os atores que participam desse processo – fonte de informação, autor, cópia, editora, livraria, professor, leitores e bibliotecas – fazem parte de uma *rede de associações*, tal qual sugere Latour (1997). Eles têm na fonte de informação o seu ponto de passagem obrigatório. É em torno deste que os demais atores se reúnem, sendo ele a razão de existir dessa associação. A rede que se forma não é estática e sua força está diretamente relacionada ao poder e ao saber. Essa rede se movimentará conforme a direção onde estiver o poder naquele momento. A partir deste conceito, aspectos importantes do uso da *Pasta do professor* são analisados visando inclusive, identificar as propostas de ação que vêm sendo sugeridas tanto no âmbito das instituições de ensino superior(IES), bem como através de políticas públicas e outras ações oriundas de associações de diferentes naturezas.

rede de

associações

o poder e o saber

saber

REDE DE ASSOCIAÇÕES: O PODER E O SABER

A questão do uso de cópias nas universidades de Salvador a partir dos textos disponibilizados na *Pasta do professor* foi analisada tomando-se como referência a teoria de *rede de associações* formulada por Latour (1997). Identificou-se, inicialmente, os possíveis atores envolvidos no processo de transferência da informação, no contexto das universidades, tais como: fonte de informação, autor, legislação, cópia, editora, livraria, professor, leitor e biblioteca que serão introduzidos ao longo dos capítulos.

Foi investigada a participação desses atores nessa *rede* e percebeu-se que ela não é estática. A *rede* está em constante movimento e depende da força de cada ator, sendo esta força relacionada ao poder e ao saber. A *rede de associações* se movimentará na direção onde se encontrar o poder. Para muitos, a questão das cópias deve ser tratada através da legislação vigente que estabelece o limite de atuação dos atores ou pela associação representativa das editoras comerciais que adota medidas punitivas, e tenta restringir a participação desses atores, sobretudo, dos estudantes.

Acredita-se que fatores como: a atividade editorial iniciada tardiamente, bem como a instituição da educação formal, sob restrições de Portugal, somente no século XIX e a criação das universidades apenas no século XX contribuíram para que essa *rede* fosse estabelecida e consolidada.

se a relação de saber e poder. Através da atividade editorial e sua vinculação com a atividade educacional são introduzidos os seguintes atores como: fonte de informação, o autor, o original, a editora, a livraria, o professor e o estudante.

Com base numa análise das políticas públicas direcionadas para o tema determinará de que forma leitores e bibliotecas participaram da *rede*. São verificadas as ações formais e informais que fortalecem a participação desses dois atores. No caso dos leitores, ora podem ser os estudantes, ora os professores.

Considera-se a *Pasta do professor* uma variável através da qual é disponibilizada a cópia, e o fluxo desses atores no processo designado de *rede de associações*, que tem a fonte de informação como um *ponto obrigatório de passagem* para todos os demais.

Buscou-se na literatura referenciada da área de Ciência da Informação conceitos para informação e fonte de informação já que a cópia, disponível na *Pasta do professor* é vista também como meio de acesso à informação, no contexto da sociedade da informação. Para esta sociedade, o conhecimento assume papéis estratégicos, cria novas necessidades e isto exige posturas diferentes dos responsáveis pelo seu avanço e transmissão (ROSA, 2005, p.591). O papel da informação, como elemento essencial para o progresso econômico e social, é algo inquestionável na sociedade moderna. Para Targino (1998, p. 37), a informação

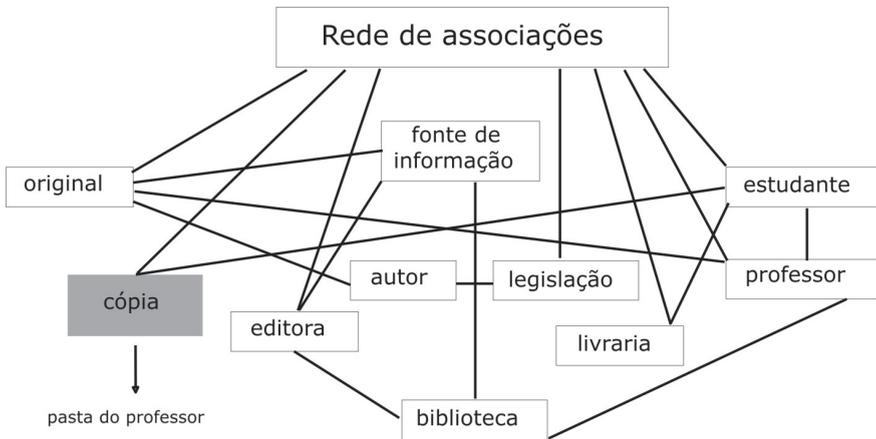
[...] se impõe como a mais poderosa força de transformação do homem, aliando-se aos modernos meios de comunicação para conduzir o desenvolvimento científico e tecnológico das nações, por meio da tão propalada transferência de informação ou difusão de novas idéias e tecnologias. [...] A informação, *além do seu aspecto democratizante, exerce papel educativo que concorre para mudanças de significação social e cultural* (grifo nosso).

Esse conceito de informação respalda o enfoque dessa pesquisa que tem nas universidades o seu universo e onde, cada vez mais a informação é vista no seu “aspecto democratizante” na busca de mudanças sociais e culturais.

Para a adoção de um conceito de fonte de informação, investigou-se, inicialmente, a publicação *Fontes de Informação para Pesquisadores e Profissionais* organizado por Campello, Cendón e Kremer (2000) onde não se encontrou o referido conceito. Após leitura de outros autores da área da Ciência da Informação que pesquisam sobre fontes de informação analisou-se o conceito de Cunha (2001), que diz “[...] o conceito de fonte de informação [...] pode abranger manuscritos e publicações impressas além de objetos como amostras minerais, obras de arte ou peças museológicas, [...]” e optou-se pelo conceito da bibliotecária Romanos de Tiratel da Universidade de Buenos Aires e do Centro de Estudos e Desenvolvimento Profissional em Biblioteconomia e Documentação, com artigos publicados no Brasil. No trabalho intitulado *Guia de fuentes de información especializadas* (2000), a autora conceitua fonte de informação como: a soma de elementos disponíveis que contém um conjunto de símbolos “[...] com a capacidade de significar, registrados em qualquer suporte, com o potencial de se recuperar para satisfazer uma necessidade do usuário [...]” (ROMANOS DE TIRATEL, 2000, p. 16).

À luz da teoria de Latour (1997, p. 247) após a identificação dos possíveis atores já citados e envolvidos no processo de transferência da informação no contexto das universidades, elaborou-se a Figura 1 que ilustra o fluxo desses atores no processo denominado *rede de associações*. Como foi dito anteriormente, a fonte de informação é o *ponto obrigatório de passagem* para todos os demais. É em torno desse *ponto* que esses atores se reúnem, já que é sua razão de existir. Retomando a relação de atores envolvidos teremos: fonte de informação, autor, legislação, cópia, editora, livraria, professor, leitor, biblioteca.

Figura 1
Rede de associações



Fonte: Adaptado de Latour, 1997

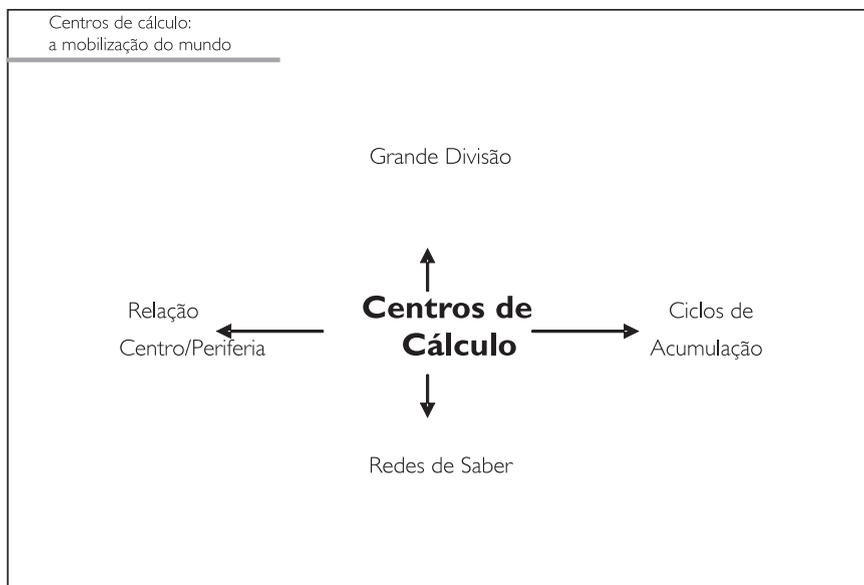
Para Latour, o acúmulo de poder é explicado pela existência de locais que se estabelecem como centros de cálculo, nos quais o saber é acumulado. “[...] Esses centros são como nós de uma rede extensa e se tornam pontos de convergência – pontos de passagem obrigatória de inscrições vindas de diferentes periferias” (ODDONE *et al.*, 2000, p.33). Esse conceito de *centro de cálculo* está diretamente relacionado ao conceito de informação, uma vez que para Latour (2000, p.22) a informação,

[...] não é um signo, e sim uma *relação* estabelecida entre dois lugares, o primeiro, que se torna uma *periferia*, e o segundo, que se torna um *centro*, sob a condição de que entre os dois circule um *veículo* que denominamos muitas vezes forma, mas que para insistir em seu aspecto material, eu chamo de *inscrição*.

Esse autor utiliza na sua teoria o conceito de *centro de cálculo* (Figura 2) com a intenção de combater a idéia de “grande divisão”, ou seja, ele rejeita, como princípio, qualquer divisão como as que separam mentalidade

científica das pré-científicas, conhecimento universal do local, a natureza da sociedade, a ciência das outras práticas sociais, a ciência da tecnologia, a racionalidade da emoção, a civilização da selvageria e o centro da periferia. Admite, entretanto, as grandes diferenças entre essas questões. Essas diferenças não são causas, mas efeitos do ciclo de acumulação. Segundo Latour, o conhecimento é construído localmente, as grandes diferenças entre o que se denomina conhecimento local, de um lado e conhecimento universal, de outro, é a maneira como determinados lugares são constituídos em forma de rede. O caráter cumulativo da ciência se caracteriza pela repetição incansável desse movimento entre o centro e a periferia, “[...] a reprodução incessante desse trabalho de transporte de inscrições” (ODDONE *et al.*, 2000, p.33).

Figura 2
Centro de cálculo



Fonte: ODDONE e outros, (2000) com base em LATOUR (1985, 1987, 1996)

A familiaridade com eventos, pessoas e lugares a partir do acúmulo de *inscrições no centro de cálculo* gera uma assimetria, uma relação desproporcional entre dois lugares, que se estabelecem como centro e periferia. “A assimetria produzida pelo acúmulo de saber torna-se cada vez maior gerando, por sua vez, um acúmulo de poder” (ODDONE *et al.*, 2000, p.33).

Assim, o caráter cumulativo da ciência se caracterizará pelo movimento incansável entre centro e periferia, efetuando o transporte de inscrições, produzindo um acúmulo de informações. Esses ciclos de acumulação geram a força e o poder que estão na origem das grandes diferenças, como por exemplo, o conhecimento universal. O ciclo de acumulação é quem causa essas diferenças.

O conceito de rede, para Latour, “é uma forma nova de encarar a problemática da ‘produção social do conhecimento científico’, porque ela ‘se conecta ao mesmo tempo à natureza das coisas e ao contexto social, sem, contudo reduzir-se nem a uma coisa nem a outra” (ODONNE, 2004; p.55; LATOUR, 1994, p.11). Segundo Bruno Latour, não existe o lado de fora da ciência, o que existe são redes compridas e estreitas que tornam possível a circulação dos fatos científicos.

EVOLUÇÃO DAS FORMAS DE REGISTRO E CIRCULAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Antecedentes históricos

Os grunhidos e gestos foram as primeiras formas de comunicação utilizadas pelo homem. A capacidade de comunicação e geração de mensagens através da fala é atribuída aos seres humanos, graças à sua habilidade de pensar analiticamente. Para o antropólogo francês Pierre Lévy (1993), o progresso alcançado pela humanidade está diretamente relacionado com o fato de o homem falar, numa alusão à possibilidade de transferência da informação que se instala a partir deste evento. Desse modo, ele considera a fala uma das tecnologias da inteligência. A segunda tecnologia, a escrita, amplia ainda mais esta possibilidade de transferência, na medida em que é o primeiro registro dos atos e do pensamento do homem. A escrita possibilitou uma nova perspectiva para a comunicação, uma vez que “[...] nas sociedades orais seus participantes [...] partilhavam do mesmo contexto, isto é, a comunicação ocorria por meio da linguagem, no mesmo tempo e espaço [...]” (DIAS, 1999, p. 269).

No período paleolítico, o homem fixou imagens do seu cotidiano através de pictogramas e inscrições nas paredes das cavernas onde habitava, demonstrou a sua enorme necessidade de registro e transmissão da informação. Segundo Mostafa e Pacheco (1995, p.177),

[...] Se é verdade que a informação é mais importante que o suporte (ideologia que fundou, aliás, a própria ciência da informação), também é verdade que não pode haver informação sem registro, e o registro se materializa no documento sempre. [...] Esses documentos expressam discursos. Os discursos expressam práticas sociais. Algo não registrado é algo que não existe. Documento é a materialidade da informação.

Mais tarde, a introdução do alfabeto grego na escrita alterou inteiramente a cultura humana que passou, assim, para uma cultura letrada. Para Barreto (1998, p. 124), a passagem da “[...] cultura tribal para a cultura escrita/tipográfica foi uma transformação tão profunda para o indivíduo e para a sociedade [...]”, semelhante ao que hoje ocorre com a passagem da cultura escrita para a eletrônica.

Por volta de 3 000 a.C., na Mesopotâmia começaram a surgir formas de escrita que utilizavam ideogramas e fonemas. A invenção da escrita revolucionou a comunicação entre os povos ampliando a qualidade das mensagens e do registro da informação. Na Antiguidade o seu uso estava relacionado, inicialmente, à contabilidade do trabalho agrícola, ordenação da atividade e dos impostos, bem como organização do inventário dos templos (DIAS, 1999, p. 269). Para Bomfá (2003, p.35), “[...] o homem evoluiu imensamente pela sua necessidade em tornar-se um ser social, comunicativo e livre para expressar-se, seja através do discurso oral ou escrito [...]”.

A evolução da escrita – pictográfica, fonética, ideográfica – e o uso de diferentes suportes para o registro do pensamento e experiências do homem possibilitaram o aparecimento do livro, definido no dicionário Houaiss (2001, p. 1773) como “[...] coleção de folhas de papel, impressas ou não, cortadas, dobradas e reunidas em cadernos cujos dorsos são unidos por meio de cola, costura etc.” coberto por uma capa resistente.

Segundo Roger Chartier (1998), somente por volta do século IV a.C. é possível falar na existência de livros, muito próximo do que temos hoje. Foram utilizados diferentes suportes: da madeira coberta de cera, à argila, passando pelo uso de peles de animais – o pergaminho, chegando ao papiro, amplamente usado no Egito e, finalmente o papel, invenção dos chineses no século II a.C. que somente no século XII alcança o Ociden-

te, através do Mar Mediterrâneo. Quanto à forma, no princípio era o rolo de pergaminho e papiro, evoluindo para o *códex* ou *códice*, mantendo a partir daí a forma que foi perpetuada até os dias atuais – folhas, reunidas por um dorso ou lombada, com uma capa de proteção. Os primeiros manuscritos, após a invenção da imprensa passam a ser impressos e produzidos em maior escala.

Para alguns autores a invenção da imprensa provocou profundas mudanças na cultura, na economia, na religião e na política mundial. Ela se constituiu numa ferramenta básica para a mercantilização da informação e foi um instrumento de dominação dos povos europeus sobre o resto do mundo. O livro, desde a sua origem, cumpriu a função de preservar e disponibilizar de modo permanente a informação gerada pelo homem, possibilitando às gerações seguintes o acesso ao conhecimento produzido e acumulado.

Passados mais de cinco séculos da invenção da imprensa “[...] o mundo de hoje detém de maneira irreversível novas formas de difusão do conhecimento, da informação e do entretenimento [...]”. No mundo atual há uma multiplicidade de novos meios de difusão de informações, idéias, conhecimentos e valores, notadamente “[...] nas formas de linguagem midiáticas que, quase em tempo real mostram imagens e informações escritas e faladas com tremendo alcance espacial e social” (MARQUES NETO, 2005, p.588).

Origens da comunicação científica

As atividades embrionárias da comunicação da informação científica atual são atribuídas aos gregos antigos que, na periferia de Atenas, “[...] se reuniam [...] para debater questões filosóficas” (MEADOWS, 1999, p. 3). Suas obras contribuíram para o fenômeno da comunicação científica. As obras de Aristóteles, seus “[...] debates, em geral precariamente conservadas em manuscritos copiadas repetidas vezes [...]” (MEADOWS, 1999, p. 3) tiveram grande repercussão, tanto na cultura árabe quanto na Europa Ocidental. Na Grécia antiga foi onde se deu a revolução da palavra

escrita e, segundo Eric A. Havelock (1994, p.46),

A introdução das letras na escrita, em algum momento por volta de 700 a.C., deveria alterar a natureza da cultura humana, criando um abismo entre todas as sociedades alfabéticas e suas precursoras. Os gregos não inventaram um alfabeto: eles inventaram a cultura letrada do pensamento moderno.

Atribui-se aos gregos os primórdios da comunicação científica, desde a Grécia Antiga utilizava-se documentos escritos para essa finalidade. A partir deles, a questão ressurge no contexto das universidades na Idade Média e nas sociedades científicas no século XVII, fenômenos que irão influenciar na consolidação de uma sociedade leitora.

Ao lado da revolução dos registros e disseminação da informação desencadeada pela invenção da imprensa e da amplitude da difusão e idéias por ela proporcionada, consolidaram-se as Universidades europeias, surgidas ao longo da Idade Média.

Durante muito tempo a divulgação do conhecimento ocorria tanto na forma manuscrita como impressa. Segundo Meadows (1999), as idéias primeiramente circulavam por meio de cartas manuscritas, em torno de um círculo pequeno de amigos que as analisavam e enviavam a resposta. Quando se destinavam a um grupo mais amplo, era mais fácil imprimi-la, surgindo assim, “na segunda metade do século XVII as primeiras revistas científicas”, complementa esse autor (MEADOWS, 1999, p. 5). No ano de 1665 foram lançados dois periódicos: o *Journal de Sçavans*, produzido na França, e o *Philosophical Transactions*, publicado pela Royal Society de Londres – dando origem ao sistema de revisão de pares, hoje tão importante para a atividade científica (STUMPF, 1996; MEADOWS, 1999).

Embora os avanços tecnológicos venham possibilitando que a troca de informações entre os pares e depois, entre o público em geral, ocorra de uma forma bastante ágil, o periódico é ainda o principal suporte para a transmissão do conhecimento no meio científico.

Para Ziman (1979), a forma como a pesquisa é apresentada à comunidade científica, ou seja, o trabalho escrito, os seus resultados, as críticas e as citações de outros autores, constituem uma parte tão importante da ciência quanto o embrião da idéia que lhe deu origem. Sem a literatura e a comunicação científica em geral, a disseminação do conhecimento cien-

tífico seria tão limitada que não haveria ciência.

A *Royal Society* (MÜELLER, 2000, p. 75) define como as funções atuais do periódico científico, o seguinte:

- Comunicação formal dos resultados da pesquisa original para comunidade científica e demais interessados;
- Preservação do conhecimento registrado;
- Estabelecimento da propriedade intelectual;
- Manutenção do padrão da qualidade na ciência.

Os artigos publicados nos periódicos são usados como indicadores no desenvolvimento científico de um país ou região, bem como o grau de desenvolvimento de uma determinada área do saber. Indicam ainda o desempenho individual de um cientista ou instituição de pesquisa, reforçando certas especificidades da comunidade científica.

Universidades na Idade Média

Quando as universidades surgiram na Europa, durante a Idade Média, formavam uma rede que se estendia de Coimbra a Cracóvia e, graças à uniformidade do currículo era permitida a transferência de alunos de uma instituição para outra (BURKE, 2003).

Nesse período, coube a essas instituições a transmissão do conhecimento e não a sua descoberta. A tarefa dos professores “se limitava a expor as posições das autoridades reconhecidas, a exemplo de Aristóteles, Hipócrates, Tomás de Aquino e outros” (BURKE, 2003, p.38). Privilegiava a formação humanística. As disciplinas estudadas eram fixas e compunham as sete artes liberais divididas em dois blocos: *trivium*, que desenvolvia um conteúdo mais elementar e tratava da linguagem – Gramática, Lógica e Retórica; *quadrivium*, um estágio de conhecimento mais avançado voltado para os números – Aritmética, Geometria, Astronomia e Música. Concluídos esses blocos, o aluno seguia para um dos três cursos de pós-graduação então existentes: Teologia, Medicina

e Direito (ROSA, 2005).

As universidades se desenvolveram ancoradas na Igreja e em decorrência do Renascimento intelectual iniciado no século XI em torno da Teologia e da Filosofia. Os estudantes, migrando por toda a Europa em busca de uma escola de seu interesse, eram acolhidos em colégios que funcionavam como albergues. Antes de surgirem os modernos Estados europeus, as universidades se caracterizavam pela ansiedade de aprender, a vontade de ensinar e o espírito de universalidade no cultivo e na transmissão do saber. Por várias centenas de anos foi possível aos estudiosos abraçar todas as disciplinas acadêmicas. A idéia de uma *universitas litterarum*, ou seja, de uma instituição que abrangia todo o saber, ganhara corpo e *litterarum* significava ‘conhecimento’,

[...] na *universitas litterarum* o sentido do saber reunido não residia na soma dos conhecimentos, mas em sua integração ao todo coerente que era a ordem medieval [...]. Mais tarde, quando a palavra *litterae* passou a designar as disciplinas humanísticas, a expressão *universitas litterarum et scientiarum* começou a ser utilizada para indicar, explicitamente, a inclusão das ciências. [...]. (JAHATT, 2005)

Nos séculos seguintes, contudo, essa síntese do saber permaneceu inalterada, deixando de representar as transformações pelas quais passava a cultura humana. A emergência de uma mentalidade nova, inclinada a validar os conhecimentos produzidos pela ciência, não encontrou amparo na cultura religiosa. Assim, a universidade medieval não participou da gestação do Renascimento. A maioria se dedicava apenas ao ensino, relegando a investigação ao segundo plano. Os jovens começaram então a buscar outros espaços de convivência intelectual: as academias. Na Itália, França, Inglaterra e Alemanha elas começaram a ser criadas no século XVII (JAHATT, 2005).

Se em sua origem a universidade esteve dedicada, principalmente, à transmissão da cultura de sua época, isto é, à reprodução de um sistema completo e integrado de idéias, com a crise da Idade Média essa síntese foi perdendo força, enquanto a sociedade pedia profissionais e cientistas. A noção da *universitas scientiarum*, isto é, de uma universidade detentora,

produtora e transmissora do saber científico, só aparecerá com o Estado nacional absolutista, quando são fundadas as primeiras universidades leigas, estatais (MOROSINI, 2005). O desprestígio da universidade tradicional provocou a extensão do modelo napoleônico a outros países da Europa. A partir do século XVIII, também por influência do Iluminismo, todo o sistema universitário medieval seria desacreditado.

Com o passar do tempo, os currículos foram modificados, assumindo diferentes configurações em cada universidade. Houve um equilíbrio entre o *trivium* e o *quadrivium* surgindo um sistema alternativo – *studia humanitates* – que compreendia cinco temas: Gramática, Retórica, Poesia, História e Ética. Outras disciplinas vão surgindo e permanecendo nas universidades como a Geografia, a História ligada ao Direito e a “Filosofia Natural” que ganha independência.

As profundas transformações sociais e econômicas, introduzidas a partir do aparecimento das universidades, ampliou o número de manuscritos que durante séculos “[...] foi o único instrumento do pensamento escrito” (FEBVRE; MARTIN, 1992, p.21).

Até então, eram os mosteiros que produziam esses manuscritos, geralmente, obras de estudo e manuscritos litúrgicos. No início do século XIII, com o deslocamento da vida intelectual para as universidades os professores e estudantes “[...] organizarão [...] juntamente com artesões especializados, um ativo comércio de livros” (FEBVRE; MARTIN, 1992, p.21). Surgindo, então, no entorno das universidades um intenso comércio de cópias. Desse modo, fica latente que a atividade editorial e a prática de copiar se desenvolveu como conseqüência das necessidades desse público universitário.

Já no Brasil, a educação formal se inicia com a vinda dos jesuítas para a Bahia em 1549, juntamente com Tomé de Souza, para instalar o primeiro Governo Geral. Os padres jesuítas tiveram como atribuição educar, por intermédio da catequese, criando a primeira escola elementar onde ensinavam a ler, escrever e contar.

Em 1551, o padre Manoel da Nóbrega, atendendo orientação da Corte portuguesa, fundou, nos moldes de Lisboa, o Colégio dos Jesuítas conhecido como Colégio do Terreiro de Jesus, em função da sua localiza-

ção. Em 1556, se tornou a principal escola, dotada de cursos elevados e influenciada pela estrutura da Universidade Medieval, abrangendo o curso elementar, estudos humanísticos, filosóficos e teológicos. Desde o início das suas atividades, havia a intenção, por parte dos jesuítas, de transformar o Colégio em Universidade, mas eles foram expulsos do Brasil pelo Marquês de Pombal por razões políticas, em 1759.

Como foi dito anteriormente, a atividade editorial brasileira está também relacionada à implantação da educação formal e mais tarde, das universidades. Inicia-se, assim, à seguinte *rede de associações* – fonte de informação, autor, editora, livraria, professor, leitores, legislação, bibliotecas e cópia.

atividade

editorial

brasil

ATIVIDADE EDITORIAL NO BRASIL

A *rede de associações*, que tem na fonte de informação o ponto obrigatório de passagem, é formada em função do desenvolvimento da atividade editorial. Percebe-se que a atividade editorial é, na verdade, um reflexo do processo educacional, já que ela se organiza e se consolida na medida em que a Educação se formaliza. Neste capítulo são expostos alguns atores tais como a fonte de informação, o autor, o original, a editora, a livraria, o professor.

Do período colonial ao final do século XIX

Durante todo o período colonial, a atividade editorial no que diz respeito à publicação de livros foi totalmente proibida, comprometendo assim o acesso à informação, embora haja registro de atividades ilegais de impressão de textos. Segundo Hallewell (2005, p. 85) uma tentativa inicial dessa atividade e que se tem provas documentadas “[...] foi feita não pelos portugueses, mas pelos holandeses, no período de 1630 a 1655, quando ocuparam o Nordeste brasileiro”.

Tem-se, no entanto, comprovações da existência de uma prensa no Rio de Janeiro em 1747, pertencente a Antônio Isidoro da Fonseca,

importante tipógrafo de Lisboa. Os poucos livros que aqui chegavam eram importados da Europa. Neste período havia uma população de colonos que não dispunha de um sistema educacional minimamente organizado, salvo pela atuação dos jesuítas, cuja intenção era catequizar muito mais que instruir.

À medida que o interesse pela Colônia Portuguesa se ampliava, do ponto de vista econômico, o isolamento era fator estratégico. Esta proibição estava relacionada ao receio, por parte da Metrópole, da influência dos textos escritos na situação política vigente, uma vez que a imprensa já se mostrara como poderoso instrumento de mobilização social em movimentos revolucionários na Europa, como ocorrera em particular na Revolução Francesa. Para Carvalho (1999, p. 83) o ambiente cultural brasileiro era um reflexo do que se pensava em Portugal que “[...] receava a difusão das idéias iluministas [...] como medida preventiva as idéias liberais, proibiu a entrada de livros e o estabelecimento da imprensa”.

No início do século XVIII, com a chegada da Família Real ao Brasil, vieram os primeiros equipamentos de impressão. Em 1808, foi criada a Imprensa Régia por ordem de D. João e em 1810, foi impresso o primeiro livro, *Marília de Dirceu*, de Tomás Antônio Gonzaga (PAIXÃO, 1995). Assim, para atender às demandas da sede do Império e com o avanço tecnológico disponível, instalou-se a Imprensa Régia no Rio de Janeiro e pouco depois a Bahia toma a mesma iniciativa, conforme afirma Silva (2005, p.20),

O negociante Silva Serva certamente percebeu que, com a mudança da Corte para o Brasil, se abriam oportunidades de negócio na área da impressão. Em 1809 encontrava-se na Europa para adquirir material tipográfico e, depois de tudo preparado dirigiu uma petição ao Conde dos Arcos, governador da Bahia, pedindo autorização para instalar uma tipografia, primeiro passo para a futura publicação de uma gazeta.

Nesse contexto sócio-político-cultural, Serva editou em 1811 a primeira publicação produzida pela iniciativa privada que circulou no País, denominada de *Idade D'Ouro do Brazil*. Como editor, publicou cerca de 176 títulos, cuja temática principal era religião, direito e medicina, em atendimento à demanda da Faculdade de Medicina da Bahia. Publicou

também livros de história e política e um pouco de literatura, sobretudo traduções. Problemas políticos e econômicos causaram um declínio geral no comércio local com destaque na área de Salvador, acentuado na produção editorial com a morte de Silva Serva.

Após a morte de Serva, somente no final do século XIX, especificamente em 1890, a atividade editorial é revitalizada com o surgimento da Livraria Catilina, fundada em 1835 por Carlos Poggetti, que funcionou durante 125 anos. Embora tenha iniciado suas atividades como varejista, exerceu também a atividade de editor, publicando obras literárias importantes como afirma Hallewell (2005, p. 134): *As poesias até agora não reunidas em volume*, de Castro Alves (1913), *Os Contos escolhidos* (1913, reeditados em 1914), *Vargas* (1915) e *Frutos do tempo* (1919), de Coelho Neto, *As Páginas Literárias* (1918) e *As Cartas políticas e literárias* (1919) de Ruy Barbosa, e a 3ª edição de *Praieiros* (1910?), de Xavier Marques.

Diferentemente da Europa, a indústria editorial brasileira não surgiu a partir das universidades nem tão pouco foi uma tradição destas instituições possuírem suas próprias editoras. Coube à iniciativa privada explorar essa atividade, exercida no final do século XIX e início do século XX por imigrantes europeus, especialmente o francês e o português que se instalaram em São Paulo e no Rio de Janeiro. Somente em 1955 foi criada a primeira editora universitária brasileira na Universidade Federal de Pernambuco.

Nesse período inicial, cuja atividade editorial era totalmente dominada por franceses e portugueses, tinha em Francisco Paula de Brito o único editor brasileiro criador da revista *Marmota Fluminense*, além de ter publicado autores do período do romantismo como Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães.

A influência francesa era marcante na vida social e intelectual do Brasil que, “[...] vive na virada do século [XX] um momento de idolatria da cidade de Paris considerada a capital da modernidade” (PAIXÃO, 1995, p.12).

No centro do Rio de Janeiro destacaram-se duas livrarias: a *Garnier* (1844) e a *Laemmert* (1833). Nesse período a produção de jornais e de livros já era atividade editorial distinta. O setor livreiro se voltava para atender uma elite de consumidores, filhos de famílias abastadas, ávida por litera-

tura francesa, enquanto o número de analfabetos no país chegava a 84% (PAIXÃO, 1995). Tanto a *Garnier* como a *Laemmert* dedicaram-se, também, à atividade editorial. A primeira, de propriedade de Loius Garnier Baptiste, tido por Machado de Assis como o maior de todos os editores, sobretudo por determinadas peculiaridades administrativas como: pagamento regular de direito autoral, remuneração justa aos seus tradutores e manutenção de um corpo de funcionários fixo e qualificado. Já Eduard Laemmert, proprietário da *Typographia Universal* e da livraria que levava seu sobrenome, tinha na tradução de livros alemães a prioridade da sua produção editorial.

Em São Paulo, até o final do século XIX, não havia atividade editorial e a vida cultural da cidade ocorria em torno da Faculdade de Direito fundada em 1828. Havia três gráficas em funcionamento, cuja produção estava direcionada para encomendas dos próprios autores, sobretudo para atender a demanda dos alunos dessa faculdade. A partir de 1860 é que a situação começa a mudar com a abertura da filial da Livraria Garnier, denominada Casa Garraux, já que era dirigida por Anatole Louis Garraux. Dedicava-se, também, à produção de livros jurídicos, além de comercializar materiais de escritório. Até 1920, desempenhou importante papel na vida cultural de São Paulo, no entanto mantinha o mesmo perfil das livrarias do Rio de Janeiro – locais freqüentados pela elite, e especificamente no caso paulista, os ricos fazendeiros de café. Foi na Casa Garraux que em 1918, José Olympio iniciou suas atividades ligadas ao livro e já em 1931, abriu seu próprio negócio.

Em 1876 foi aberta uma outra livraria, merecedora de destaque – Grande Livraria Paulista – depois denominada de Livraria Teixeira, freqüentada por importantes figuras da época como Euclides da Cunha, Washington Luís, Raul Pompéia, dentre outros. Esta se dedicava também à publicação de autores da literatura brasileira como Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar, e muitos outros.

Em Porto Alegre, fora do eixo Rio-São Paulo, foi fundada em 1883, a Livraria Globo. A partir de 1928 passou a publicar de forma regular através da Editora Globo criada como um setor da livraria. Nos anos 30, Érico Veríssimo passou a trabalhar na editora por onde publicou *Olhai os*

lírios do campo, que obteve uma venda significativa. A Editora Globo no campo literário inovou, pelo fato de ter lançado “[...] um ambicioso programa de traduções de clássicos e contemporâneos” (LINDOSO, 2004, p. 86), além de obras temáticas ainda pouco exploradas,

A Livraria Clássica aberta em 1854, no Rio de Janeiro por Nicolau Antônio Alves, um português que tinha como sócio o patricio, Antônio Joaquim Ribeiro de Magalhães, foi destaque na época. Com o crescimento dos negócios Nicolau convidou o sobrinho Francisco Alves para juntar-se a eles. De temperamento difícil, porém com uma capacidade invejável para negócios, Francisco tornou-se sócio da livraria após adquirir a parte de Antônio Joaquim e algum tempo depois, em função da precária saúde do tio, comprou também a sua parte, passando a único proprietário da livraria.

Desde 1872, a Livraria Clássica anunciava sua especialidade na área de livros acadêmicos, adquirindo inclusive os direitos autorais de dois livros de autoria de C. B. Ottoni, *Geometria* e *Álgebra*. Francisco Alves não apenas manteve, mas também ampliou a venda de livros didáticos, incluindo material para escola primária. Logo cedo percebeu que o progresso da educação dependia de livros didáticos produzidos no Brasil. Segundo Bragança (1999, p. 471), Francisco Alves mantinha com seus autores uma relação correta e honesta. “Os contratos [...] eram cumpridos fielmente. Isso, aliado ao trabalho, dedicação e competência empresarial fez da Livraria Francisco Alves a primeira grande editora brasileira”.

A produção de livros didáticos brasileiros fez nascer um mercado que até os dias atuais, assegura a solidez das editoras que se dedicam a esse segmento. Para Hallewell (2005, p.280), além da certeza das vendas, os livros didáticos proporcionam “[...] ao editor nacional uma vantagem sobre os competidores estrangeiros, cujos produtos jamais podem adaptar-se tão bem às condições ou aos currículos locais”.

No entanto, a política de governo para educação era bastante incipiente nesse período. Na “[...] Constituição Imperial de 1823 (art.179), a educação primária gratuita e universal, fora introduzida como um conceito abstrato, [...] os recursos e os professores nunca foram suficientes” (HALLEWELL, 2005, p 280). Nas duas últimas décadas do período Imperial, ocorreu uma ampliação no número de escolas em São Paulo, de forma bastante progressista para a

época. Já em 1874, através da Lei Rodrigues Alves, o ensino primário tornou-se obrigatório, medida que não foi seguida por outras províncias.

Influência da organização educacional na atividade editorial

A publicação de livros no Brasil começou tardiamente. É necessário contextualizar esse atraso da atividade editorial à luz das questões econômicas e educacionais desde a época do descobrimento, uma vez que a tomada de posse do território brasileiro estava inserida nos propósitos da expansão mercantilista europeia. Dentre os objetivos dessa expansão estavam as descobertas de fontes de fornecimento de matérias-primas para os colonizadores. O importante era a obtenção do lucro “[...] e a função da população colonial era propiciar tais lucros às camadas dominantes metropolitanas”. (RIBEIRO, 1987 p. 21)

A relação econômica de Portugal com o Brasil não fugiu a essa regra, a qual teve inicialmente no pau-brasil e depois na monocultura da cana de açúcar, até século XVII, o esteio da burguesia mercantil portuguesa, e como principal mão-de-obra os indígenas e os negros africanos. Essa situação durou até o século XVIII.

No contexto econômico-social descrito, a educação escolarizada só interessava e convinha à camada dirigente – pequena nobreza e seus descendentes. Coube aos jesuítas a tarefa de catequizar e instruir os indígenas, respeitando os *Regimentos* da Metrópole. Estendeu-se aos filhos dos colonos esse aprendizado, no qual incluía o ensino do português, da doutrina cristã e a escola de ler e escrever. Na prática, comenta Ribeiro “[...] os instruídos serão descendentes dos colonizadores. Os indígenas serão apenas catequizados” (RIBEIRO, 1987 p. 25). Os livros utilizados pelos jesuítas para desempenhar a função de educadores foram trazidos por eles e se constituíram em importantes e únicos acervos nas bibliotecas das escolas jesuítas, praticamente destruídos com a expulsão da Companhia de Jesus do Brasil, pelo Marquês de Pombal, em 1759.

Até metade do século XVIII, as cidades brasileiras encontravam-se abandonadas pela corte portuguesa. A ocupação da terra era realizada por iniciativa particular dos colonos. O interesse de Portugal, pela Colônia, foi despertado a partir da descoberta do ouro, passando então a

exercer um controle mais rigoroso sobre ela e assim intensificando a extorsão econômica. Além disso, havia uma disputa política entre Igreja, Câmara (representada pelos senhores rurais e grandes negociantes) – e Governo. Desse modo, estava patente que não havia um poder único nem a existência de leis.

A vinda da Família Real em 1808 para o Brasil obrigou D. João a tomar medidas que restabelecessem a ordem, centralizasse o poder e criasse condições culturais e tecnológicas para a instalação da Corte (UNIVERSIDADE..., 1967). Uma das iniciativas foi a criação de cursos superiores tais como: Academia Real da Marinha, Cirurgia, na Bahia e no Rio de Janeiro, (1808), e alguns outros que tinham como objetivo exclusivo, atender aos anseios do príncipe regente. Em 1827, são implantados o curso de Direito em São Paulo e Olinda. É perceptível como a abertura destes cursos influenciou na atividade editorial como foi exposto anteriormente. Tanto em Salvador como em São Paulo, essa influência ficou bastante visível, através da atuação de livrarias que também funcionavam como editoras, produzindo livros direcionados para esses cursos.

A atuação de Francisco Alves como editor de livros didáticos acompanhou a revolução na educação brasileira desencadeada no último ano do império “[...] quando os políticos finalmente tomaram consciência do atraso da nação e a crescente prosperidade do comércio cafeeiro proporcionou os recursos necessários no centro e no sul do país” (HALLEWELL, 2005, p 281). Propostas para a educação brasileira foram tomando corpo a partir de novembro de 1889 com a mudança do regime e a instalação da nova República. Pela primeira vez, buscou-se solução para questões do ensino público com o objetivo de favorecer uma fatia mais ampla da população. O crescimento não foi apenas quantitativo, o mais importante foram os avanços nos métodos educacionais que influenciaram diretamente no mercado de livros didáticos. Mercado este que vai responder pela maior parcela da atividade editorial brasileira até os dias atuais.

Início do século XX

O início do século XX foi marcado pela consolidação da atividade editorial em São Paulo. Até então, o Rio de Janeiro detinha quase que o monopólio dessa atividade.

Segundo Lindoso (2004, p.65),

O crescimento econômico de São Paulo a partir das décadas finais do século XIX é fenômeno conhecido. Essa expansão, baseada inicialmente no cultivo do café e posteriormente no desenvolvimento industrial, trouxe consigo uma expansão da rede de ensino. São Paulo foi o primeiro Estado a instituir a educação primária obrigatória.

Além da expansão da educação, outros fatores contribuíram para o desenvolvimento e industrialização de São Paulo e refletiram na atividade editorial. Os conflitos decorrentes da Primeira Guerra Mundial e a consequente dificuldade de importação fortaleceram a indústria local “[...] levando São Paulo, entre 1914 e 1920 ao extraordinário crescimento de 25% ao ano” (PAIXÃO, 1995, p. 46). A atividade editorial recebeu um reforço com a imigração ocorrida em função da guerra, a qual trouxe para o Brasil vários profissionais especializados em artes gráficas e contribuiu para a expansão da indústria gráfica, que passou a trabalhar voltada para o segmento editorial.

O centro de São Paulo, nesse início de século, continuava exercendo o seu papel de centro cultural. A faculdade de direito ainda era responsável pelo surgimento, em seu entorno, de livrarias. A Livraria Teixeira foi uma das quais, a partir da década de 20, passou a exercer também atividade editorial, responsável por algumas inovações e “No terreno da técnica de vendas [...] credita-se a esta livraria a instituição das tardes de autógrafo” (LINDOSO, 2004, p.66).

Em 1914, Joaquim Inácio da Fonseca Saraiva, português radicado no Rio de Janeiro, mudou-se para São Paulo onde montou um sebo, também próximo à Faculdade de Direito, a partir da aquisição de uma biblioteca jurídica. A livraria Acadêmica de Saraiva era freqüentada pelos estudantes de Direito os quais ele costumava orientar sobre as leituras e aquisições

importantes na área. Este seu comportamento deu-lhe o título de Conselheiro. Alguns professores não indicavam bibliografia aos seus alunos, pois sabiam que o Conselheiro mudaria totalmente a orientação dada.

Em 1917, Saraiva iniciou sua atividade editorial com a publicação do livro *Casamento Civil* de autoria de Aniceto de Medeiros Corrêa. Foi o primeiro título da área jurídica e o início de uma trajetória de sucesso da editora que levaria seu nome – Editora Saraiva –, originária da Livraria Acadêmica, e estabeleceria sua liderança no Brasil, na área jurídica, mantendo-se até os dias atuais. Em 1948, passou a publicar clássicos da literatura e mais tarde lançou-se na produção de livros didáticos.

No contexto do crescimento industrial de São Paulo “[...] entrou em cena Monteiro Lobato, um dos editores mais ousados que o País já teve [...]” (PAIXÃO, 1995, p. 47). Para muitos estudiosos, a história do livro no Brasil “[...] pode ser dividida em antes e depois de Monteiro Lobato” (PAIXÃO, 1995, p. 48).

Além dos investimentos feitos por Lobato na área editorial, desde a criação da Editora Revista do Brasil (1918), passando pela Monteiro Lobato & Cia (1919), a Cia. Editora Nacional (1926), finalizando sua participação na fundação da Editora Brasiliense (1943), ele foi responsável por mudanças na forma de comercialização que influenciaram o estilo de vendas de livros pelas editoras brasileiras. A experiência inicial como autor de uma obra que obteve êxito editorial, *Urupês* (1918) – em 1923 já tinham sido impressos trinta mil exemplares – “[...] lhe proporcionou uma clara visão do quanto era mal organizada a atividade editorial da época [...]” e fez com que Lobato concluísse “[...] que o mais sério problema que o livro enfrentava no Brasil era a falta de pontos de venda: com pouco mais de trinta livrarias, em todo país, dispostas a aceitar livros em consignação [...]” (HALLEWELL, 2005, p. 319). Sua primeira providência foi ampliar os pontos de venda, através do levantamento de endereços de papelarias, bancas de jornal, armazéns, farmácias dentre outros, de todo Brasil, através dos agentes postais. De posse dos endereços, Lobato enviou uma circular propondo a comercialização de livros nesses locais, conseguindo ampliar para cerca de dois mil distribuidores em todo o País.

Segundo Hallewell (2005), as principais mudanças introduzidas por Lobato foram: lançamento de novos autores; pagamento de direitos autorais compensadores; originalidade na divulgação das publicações, veiculação de propaganda de página inteira nos jornais; ampliação dos pontos de vendas; introdução do sistema de consignação, além de um novo design para as capas dos livros, tomando-os mais atraentes, graças ao uso das cores.

As empresas editoriais criadas por Monteiro Lobato contaram com diferentes parceiros. Passou por crises decorrentes de questões econômicas, reflexo da conjuntura mundial, ocasionada pela Segunda Guerra que influenciou no preço do papel, bem como na dívida com a aquisição dos equipamentos gráficos adquiridos no exterior. No entanto, mesmo com as adversidades pelas quais as empresas criadas por Lobato passaram, o seu espírito empreendedor, a sua importância como autor para a cultura e educação nacional, fizeram dele um dos grandes destaques da história do livro no Brasil. Dentre as atividades editoriais destacam-se, ainda, a sua dedicação à produção do livro didático, o trabalho de edição da Coleção Brasileira, com cerca de 400 volumes de valor histórico; e as obras de autores brasileiros, publicadas pelas editoras que pertenceram a Lobato, foram marcos da história do livro no Brasil.

Nesse mesmo período, destacou-se a atuação também em São Paulo da Companhia Melhoramentos (1890), que iniciou seus negócios como fábrica de papel, atuando em seguida no ramo gráfico e, publicando em 1915, o primeiro livro, *O patinho feio* de Hans Christian Andersen que compôs a Coleção Biblioteca Infantil. Os livros produzidos pela Melhoramentos se destacavam pela qualidade gráfica e inovações: capa dura colorida, ilustrações coloridas, tipologia destacada como elemento na capa do livro. Esta editora passou a atuar no segmento de livros didáticos e em 1935, já possuía vários títulos adotados em escolas públicas e privadas. Mantém-se ativa até hoje, atuando nos seguintes segmentos: na fabricação de papel, indústria gráfica e editorial, sendo “[...] o grupo familiar mais antigo em atividade contínua no mundo editorial brasileiro” (LINDOSO, 2004, p. 74).

Além das editoras, o aparecimento de gráficas especializadas no segmento editorial como, por exemplo, a Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, contribuiu para o desenvolvimento e ampliação da atividade voltada

para a produção de livros, sobretudo no momento em que, segundo Lindoso (2004, p.76),

[...] se desenvolvia, no Brasil, toda uma nova mentalidade acerca da escola. Educadores como Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando Azevedo e outros promoviam um amplo movimento de reformulação da educação, que veio a ser conhecido como Escola Nova e que se cristalizou na primeira grande reforma do ensino, feita alguns anos depois, já no período getulista, com Gustavo Capanema no Ministério da Educação.

A atividade editorial continuou, naquele período, regida pela educação. O livro didático era o segmento em que as editoras mais investiam. Tanto que a maioria dos autores modernistas bancou a edição de suas obras, pagando às editoras para uso do selo editorial.

No Rio de Janeiro, após a revolução de 30 houve uma retomada do movimento literário. A Francisco Alves continuou atuando, embora sua maior loja estivesse situada em São Paulo. Augusto Frederico Schmidt marcou, nesse período, sua atuação na atividade editorial. Ele que foi considerado o primeiro autor moderno brasileiro, era poeta e se dedicou também aos negócios. Publicou muitos autores importantes, independente de simpatia partidária – esquerda ou direita. Criou a *Coleção Azul* que abrigou especialmente o debate político em torno da Revolução de 30, além de publicar autores de ficção como Rachel de Queiroz, e ter descoberto Graciliano Ramos, de quem publicou o seu primeiro romance *Caetés*. De Gilberto Freyre, publicou a primeira edição de *Casa grande e senzala*. Em 1937, Schmidt encerrou suas atividades empresariais na área editorial, permanecendo como escritor.

José Olympio foi o principal editor carioca dessa década. Após trabalhar na livraria Garraux em São Paulo, em 1931 iniciou seu próprio negócio. Adquiriu a maior biblioteca particular do estado, pertencente a Alfredo Pujol e mais tarde comprou a de Estevão de Almeida. Essas aquisições formaram o acervo inicial da sua livraria. Foi na atividade editorial, no entanto que Olympio desempenhou importante papel. Seu ponto de partida foi a publicação do livro *Conhece-te pela psicanálise*, manual de divulgação do freudismo, mantido no catálogo da editora por cerca de vinte anos.

A Editora José Olympio ficou conhecida como Casa e tornou-se a principal editora de literatura do País. Autores como: Graciliano Ramos, Jorge Amado, Guimarães Rosa, dentre outros, publicaram suas obras. Merece destaque a extensa série de ensaios – *Documentos Brasileiros*. Olympio mantinha uma relação de amizade com seus autores a ponto de desafiar as censuras impostas pelo então Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) criado em 1939 no governo de Getúlio Vargas e que passou a atuar como órgão responsável por “[...] controlar a produção cultural do País” (PAIXÃO, 1995, p. 98). Alguns autores foram presos, mas continuaram sendo publicados pela Casa que se destacou, também, pela apresentação gráfica dos seus livros, graças à contratação de ilustradores como: Portinari, Luis Jardim e Tomás Santa Rosa. Em 1964, atuou no segmento do livro didático e manteve-se durante a década de sessenta como uma das quinhentas maiores empresas do País. Em 1974, a empresa passou para o controle do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE) atual BNDES, em função das dificuldades financeiras pelas quais passou em consequência da crise econômica mundial gerada pela crise do petróleo. A José Olympio ainda está ativa com uma produção editorial modesta e pertence, como selo editorial, à Editora Record (LINDOSO, 2004).

Fundada em 1929, a Editora Civilização Brasileira, foi adquirida em 1932 por Octalles Marcondes Ferreira, sócio de Lobato na Editora Nacional. Atuou como uma filial dessa última no Rio de Janeiro. Os livros para-didáticos e os de ficção eram publicados através do selo editorial da Editora Nacional. Do seu catálogo, faziam parte autores importantes como: Edison Carneiro, José de Alencar, Dumas, Gorki, Balzac e muitos outros.

Na década de 30 surgiram, ainda, as seguintes editoras: Edições Paulinas (1931) e a Tecnoprint (1939) que iniciou as edições de bolso com o selo *Edições de Ouro*. Em 1937, José de Barros Martins inaugurou, em São Paulo, a Livraria Martins que se transformou num marco da vida intelectual da cidade. Ficou conhecida pelos livros importados que comercializava e a partir de 1940, em função das dificuldades de importação, passou a editar autores brasileiros.

Destaca-se, ainda nos anos 40, o início das atividades da Editora

46 Record, que em 1942, entra no mercado como distribuidora de revistas

em quadrinhos publicadas pela imprensa e traduzidos por Alfredo Machado, um dos sócios. Incentivado por seu sócio, Décio de Abreu, passou a investir o seu lucro na publicação de livros e na abertura de uma rede de livrarias. A linha editorial foi pensada, inicialmente, para o público infantil e universitário, mas o que de fato aconteceu foi a publicação de ficção, traduções de autores estrangeiros considerados best-sellers. Com a crise da Martins e da José Olympio, a Record adquiriu os direitos de publicação de vários autores destas editoras. Hoje, é considerado um dos maiores grupos editoriais brasileiros de obras gerais, agregando os seguintes selos: Civilização Brasileira, Bertrand Brasil e José Olympio.

Educação na década de 30 e os reflexos na atividade editorial

O período pós-revolução de 30 foi marcado por uma série de fatos políticos decorrentes de mudanças na economia do País, estimulado pelo setor industrial brasileiro, voltado para o desenvolvimento nacional, em detrimento ao modelo baseado nas importações. Surgiram novos partidos políticos representativos das classes até então dominantes e insatisfeitos com a situação econômica, que não atendia às suas expectativas. Havia uma classe média também insatisfeita liderada pelos tenentes e massas populares que formaram a Aliança Liberal.

Vitorioso na Revolução de 30, assumiu o governo brasileiro, Getúlio Vargas que ao tomar posse, fez um resumo do seu programa de reconstrução nacional, em dezessete itens, contemplando no terceiro item a “[...] difusão intensiva do ensino público principalmente técnico-profissional [...]” (RIBEIRO, 1987, p. 94). Criou o Ministério da Educação e Saúde sob a responsabilidade de Francisco Campos que através dos decretos nº 19. 851 e nº 19. 852 de 11 de abril de 1931 empreendeu a Reforma do Ensino Superior, objetivando a organização do sistema universitário brasileiro.

Em 18 de abril do mesmo ano, através do Decreto nº 19.890, organizou o ensino secundário que foi dividido em duas etapas. A primeira com duração de cinco anos (curso fundamental) e a segunda com a duração de dois anos, visando à adaptação às futuras especializações

profissionalizantes. Esta reforma foi responsável pela introdução de disciplinas obrigatórias como: Sociologia, História da Filosofia, Higiene, Economia Política e Estatística.

Em 1932, um grupo de reformadores liderados por Lourenço Filho e com a participação de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Fernando Campos, dentre outros que defendiam uma nova maneira de pensar acerca da educação e em função do atraso na implantação das reformas propostas pelo próprio governo, divulga o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova que defendia, dentre outras coisas, a função social da educação e a responsabilidade do Estado na organização, custeio e o compromisso de assegurar a educação para todos.

O fato de relevância ocorrido nessa década de 30 foi a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, definida por alguns historiadores como a primeira universidade do Brasil, no sentido da significação da palavra, ou seja, “Em sentido amplo, denotando o conjunto de instituições de ensino superior [...]” (CUNHA, 1989, p. 14), pois as primeiras universidades brasileiras que surgiram na década de 20 – a Universidade do Rio de Janeiro (1920), Universidade de Minas Gerais (1927) e a Universidade do Rio Grande do Sul (1928) – formavam apenas um aglomerado de escolas com interesses e objetivos distintos. Um ano depois foi fundada no Rio de Janeiro, a Universidade do Distrito Federal (1935) pelo prefeito Pedro Ernesto Batista. “Essas instituições recrutaram proeminentes professores estrangeiros – em sua maioria franceses – e introduziam muitas disciplinas novas, em especial a Sociologia” (HALLEWELL, 2005, p 373). A criação destas duas instituições de ensino superior pode ser creditada aos esforços do grupo da Escola Nova, particularmente a Fernando de Azevedo e a Anísio Teixeira.

Muitas coleções foram desenvolvidas pelas editoras voltadas para o mercado da educação superior. A Editora Nacional, por exemplo, além da *Brasiliana* lançou a *Biblioteca Médica Brasileira* e a *Biblioteca Pedagógica Brasileira*. A própria livraria Martins (1937) surgiu em consequência da retomada da vida cultural de São Paulo, a partir da fundação da USP. Ela passou a exercer a atividade editorial voltada para o público universitário, inicialmente com livros de Direito. Martins criou coleções importantes como:

48 *Biblioteca Histórica Brasileira, Biblioteca de Literatura Brasileira, Biblioteca do*

Pensamento Vivo dentre outras e procurou “[...] arregimentar colaboradores em instituições de renome como a Universidade de São Paulo e o departamento de Cultura do Município [...]” (PAIXÃO, 1995, p. 111).

Os membros do governo de Getúlio Vargas não demonstravam entusiasmo pelo desenvolvimento do ensino superior, sobretudo, não eram favoráveis às inovações introduzidas pelo grupo da Escola Nova. Por intervenção do governo, as atividades da Universidade do Distrito Federal foram interrompidas e a Instituição fechada. “Em consequência, as estatísticas da educação superior para o período [...] revelam uma queda de 25% no número de estudantes entre 1935 e 1940” (HALLEWELL, 2005, p 374).

Em 1942, Gustavo Capanema, novo ministro da educação e saúde, realizou a reforma do sistema educacional brasileiro conhecida como “Reforma Capanema”, “[...] marcada pela articulação junto aos ideários nacionalistas de Getúlio Vargas e seu projeto político ideológico, implantado sob a ditadura conhecida como *Estado Novo*” (DICIONÁRIO, 2001). Foi dado um prazo de apenas quatro meses para que as editoras fizessem as adequações dos seus títulos às novas normas estabelecidas ao ensino secundário, a partir dessa reforma. Para as editoras significava, em um curto espaço de tempo, revisar e modificar radicalmente o conteúdo dos seus títulos, voltados para os princípios estabelecidos pela reforma de “[...] valorização da auto-imagem do brasileiro e a criação de uma identidade nacional”. Nesse mesmo período, Capanema aprovou a criação de uma série de órgãos, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Serviço Nacional de Radiodifusão Educativa.

Segunda metade do século XX e início do século XXI

O período do Pós-Guerra levou o mercado editorial brasileiro a uma retração em função, sobretudo, da taxa cambial que se tornou desfavorável ao livro. Aos poucos o setor recuperou sua estabilidade. O País passou a receber influência cultural dos Estados Unidos, que buscava uma política de cooperação com os países latino-americanos.

A partir da década de 50, quando Juscelino Kubitschek (1956-1961) assumiu a presidência da república, foi adotada uma política que se baseou na modernização do País e em ações desenvolvimentistas, fator decisivo para o crescimento da indústria local. Houve um reflexo positivo na indústria gráfica que cresceu 143% na década de 50 (PAIXÃO, 1995).

Na primeira metade dos anos de 1960, o parque gráfico brasileiro iniciou sua renovação, beneficiando a atividade editorial. Desse modo, na primeira metade dos anos de 1970, as gráficas já tinham migrado do velho linotipo para os modernos equipamentos de fotocomposição. Essa renovação do parque gráfico ocorreu graças a algumas medidas tais como: taxa de câmbio especial para importação, isenção de taxas alfandegárias para máquinas destinadas à produção de livros (Decreto-lei 46 de 1966), além da isenção de taxas alfandegárias e dos impostos em todas as etapas da produção e venda de livros, estabelecidos na Constituição de 1967.

Novas editoras passaram a atuar no mercado, que cresceu em função da produção de livros didáticos. Nesse período, ocorreu também um direcionamento nos seus catálogos para o público universitário, em particular na área de ciências humanas. Destacou-se nesse segmento a Editora Civilização Brasileira, sobretudo quando foi dirigida por Ênio da Silveira, cuja atuação como editor, foi inquestionável.

Sua contribuição em métodos administrativos, publicidade, produção gráfica e política editorial foi, no conjunto, quase tão importante em seu tempo quanto haviam sido as inovações de Monteiro Lobato (HALLEWELL, 2005, p 535).

Ele trouxe para a atividade editorial seus ideais políticos colocando “[...] à prova os limites de tolerância de todos os governos, desde Castelo Branco até Geisel” (HALLEWELL, 2005, p 535). Cumpriu seu papel como editor coerente com sua postura política firme. Formou um dos mais importantes catálogos entre as editoras brasileiras, cujo foco principal eram as áreas de economia, sociologia e política. Estimulou os autores nacionais sem, no entanto, esquecer importantes traduções da literatura moderna da Europa e Estados Unidos.

Antecederam aos anos 1960 as seguintes editoras: Difel (1951), se ocupava da tradução de livros franceses para o público universitário, mais tarde associou-se à Civilização Brasileira; Cultrix (1956); Zahar Editores (1957), especializada em publicações na área de Ciências Sociais, Arte, Filosofia, Antropologia, Comunicação, História e Linguística; e a Itatiaia (1959), que firmou uma série de co-edições com a Editora da Universidade de São Paulo(USP) desde sua fundação em 1962 até 1988. Em 1960, foi criada a Editora do Autor unindo três importantes nomes da literatura nacional – Rubem Braga, Fernando Sabino e Manuel Bandeira. No ano seguinte, foi fundada a Editora Tempo Brasileiro, voltada para o público universitário. Esta editora começou a publicar uma revista que levava o seu nome e os textos estavam voltados para a política, religião e filosofia.

Em 1965 surgem três novas editoras: a Ática, a Nova Fronteira e a Perspectiva. A Editora Ática se originou da produção de apostilas para atender às demandas do Curso de Madureza Santa Inês, criado em 1956, esse setor de apostilas da editora, evoluiu, de forma a continuar atuando no segmento de livros didáticos. Mais tarde, acrescentou livros para-didáticos ao seu catálogo, privilegiando os autores brasileiros e nos anos 70, lançou a coleção *Ensaio* que marcou a presença da editora junto ao público universitário, ao mesmo tempo em que divulgava o resultado de pesquisas originárias de dissertações e teses realizadas nas universidades.

A editora Nova Fronteira foi fundada por Carlos Lacerda, líder da direita no Brasil e do Golpe de 64 (LINDOSO, 2004). Publicou autores nacionais e traduções. Em 1979, Lacerda convidou o designer Victor Burton, para ser diretor de arte de sua editora e a partir dele foi criado um estilo de design próprio para área editorial, envolvendo desde a criação da capa, até o projeto gráfico do miolo do livro, havendo uma valorização do design editorial. A editora Perspectiva foi fundada por Jacó Guinsburg e em 1968, lançou o primeiro título da coleção *Debates*, entrando no mercado de livros acadêmicos.

O ano de 1966 foi marcado pela fundação de mais duas editoras: a Sabiá, dos escritores Fernando Sabino e Rubem Braga e a Editora Paz e Terra. Sabino e Braga como autores, achavam o percentual de dez por cento que ganhavam como direito autoral insignificante, o melhor seria

ganhar noventa por cento como editor. Esqueceram eles que teriam de arcar com todos os custos do processo de produção e distribuição do livro, sobrando quase os mesmos dez por cento que recebiam como autores, a título de direito autoral. Em 1967, foi criada a Editora Imago com o objetivo de publicar as obras completas de Sigmund Freud.

No final da década de sessenta, início da década de setenta, o Brasil viveu o chamado “milagre brasileiro” que se espalhou pelos diversos setores da indústria local e o produto interno bruto chegou a 11,3% ao ano. O setor editorial também se beneficiou, sobretudo o segmento do livro didático. O Brasil situou-se entre um dos dez maiores produtores de livros. Segundo Reimão (1996, p.18),

[...] dados básicos correlatos ao “milagre econômico” brasileiro, como a queda nas taxas de analfabetismo, o crescimento do número de universitários e o crescimento do Produto Interno Bruto, informam e esclarecem o crescimento quantitativo do mercado editorial nacional nos anos 70, década em que se ultrapassa a deplorável barreira de um livro por habitante ao ano.

Novas editoras continuaram surgindo em função do momento econômico bastante propício. Na década de setenta, Ivan Pinheiro Machado fundou a editora gaúcha L & PM (1974). Segundo Machado, o que permitiu a sobrevivência da Editora foi o lançamento no final da década de 90 da Coleção Pocket, livros de bolso de qualidade a preço compatível com o poder aquisitivo do brasileiro. No ano de 1974 foi fundada a Summus Editorial, voltada inicialmente para o segmento universitário, publicando livros nas áreas de Educação, Psicologia, Comunicação e Administração. Hoje o Grupo Summus Editorial compõe-se de sete editoras, atuando, inclusive, no segmento considerado de minorias sexuais através do Selo GLS e temas voltados para afro-descendentes, com o Selo Negro.

Em 1975, Paulo Rocco, economista de formação que desde o final dos anos sessenta iniciou sua carreira no setor editorial, criou sua própria editora, a Rocco, no Rio de Janeiro, voltada para autores nacionais e estrangeiros de ficção. Sua consolidação ocorreu, em 1987, com a publicação do *Diário de um Mago* de Paulo Coelho. Hoje é uma das importan-

tes editoras do País, atingindo uma diversidade de público graças a coleções criadas para vários segmentos. No ano de 1977, surge mais uma editora no mercado nacional, a editora Nova Aguillar, que se especializou na publicação de obras completas.

O regime de censura ainda dominava no início dos anos oitenta, no entanto, no que diz respeito à atividade editorial, havia cerca de 400 editoras em funcionamento no país, concentradas na região sudeste e sul, situação que permanece até hoje. Segundo Reimão (1996, p.77), “[...] a correlação média anual de livros publicados por habitantes ficou em torno de 1,5 livros [...]”, índice baixo quando comparado a outros países como, por exemplo, os Estados Unidos que alcança o índice de dez livros por habitante. Continuando, Reimão (1996, p.80) comenta:

Se esta situação é lamentável de um ponto de vista político e humano, revela, por outro lado, a grande potencialidade do mercado editorial no Brasil, uma vez que com uma diminuta parcela da população em condições de ler e comprar livros já se atingiu o patamar citado. Além disso, a parcela participante do consumo de livros enfrenta um complicador que é a má comercialização e distribuição dos mesmos considerada a pequena rede nacional de livrarias e pontos de vendas de livros.

Ainda na década de oitenta, destacam-se outros fatos relevantes em relação ao mercado editorial. Dentre eles, a criação da Editora Companhia das Letras, de Luiz Schwarcz que se iniciou na atividade editorial na Brasiliense ao lado de Caio Graco Prado. Schwarcz, como editor, destaca-se por algumas inovações introduzidas nesse mercado: mudanças no padrão gráfico das edições, a estratégia de marketing e um catálogo que contempla uma diversidade de autores nacionais e estrangeiros.

A década de 1980 foi também um marco na editoração universitária. Ampliou-se o intercâmbio entre as editoras universitárias que cada vez mais buscavam soluções para os problemas comuns. Em agosto de 1987 foi criada a Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU), que passou a abrigar a rede de distribuição de livros denominada de Programa Interuniversitário para Distribuição do Livro (PIDL), já em pleno funcionamento desde o início dos anos 80, inicialmente entre as editoras

universitárias da região nordeste. Segundo Bufrem (2002, p. 111), “o propósito de transferir a informação a parcelas cada vez maiores da sociedade [foi] expresso desde os primeiros encontros dos responsáveis pelas editoras universitárias [...]”.

As editoras religiosas também se expandiram nesse final de século. Até então, dominavam o mercado editoras católicas tais como: Vozes, fundada em 1901; a Loyola; a Santuário; a Ave Maria e as Paulinas. Com a ampliação do número de igrejas evangélicas, surgiram novas editoras voltadas para esse segmento, que estão organizadas através de uma associação, a Associação Brasileira de Editoras Cristãs.

O final do século XX e o início do século XXI trouxeram uma série de alterações para a atividade editorial. No contexto da sociedade da informação, há uma mudança de paradigmas imposta pela globalização do mercado inclusive no que diz respeito à produção intelectual. Segundo Jambeiro (2004, p74),

[...] dentro do quadro de mudanças estruturais porque vem passando o mundo, a globalização de padrões de produção e consumo de bens materiais e simbólicos vem se expandindo. Tal situação tem se acentuado principalmente em função das necessidades de produção em escala, para atender os ditames da economia de mercado.

No Brasil, a globalização se refletiu na área editorial com a vinda de grandes editoras estrangeiras que aqui se instalaram, seja a partir da aquisição de editoras brasileiras, como foi o caso das editoras espanholas Planeta e Santillana, seja com a reabertura de escritórios de representação local, como ocorreu com as editoras Oxford, Cambridge e a Longman; bem como pela fusão de algumas editoras locais, formando fortes grupos editoriais como foi o caso da Editora Record, Moderna e outras.

A mudança no conceito de livraria com o aparecimento das *mega stores* foi um outro reflexo do mercado globalizado. Instalou-se primeiramente em São Paulo e depois no Rio de Janeiro o grupo livreiro francês FNAC (Fédération Nationale d'Achat des Cadres) especializado na distribuição e comercialização de livros, tanto através de *mega stores* como de lojas virtuais.

Outro ponto a considerar, no que diz respeito à promoção do livro, foi a consolidação das bienais, as quais inicialmente aconteciam no eixo Rio de Janeiro/São Paulo e se difundiu por quase todas as capitais do Brasil e muitas cidades do interior. Foi uma inovação que reverteu em vendas, divulgação e uma maior aproximação do público leitor com os autores, possibilitando que regiões do País como o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste onde a indústria editorial ainda se encontra em implantação ou desenvolvimento, sejam inseridas, de alguma forma, no circuito editorial brasileiro.

A indústria editorial brasileira, seja ela pública ou privada, está aquém das expectativas econômicas do setor, bem como da contribuição efetiva para a educação e cultura da sociedade. Vive-se um paradoxo muito grande, conforme demonstra o depoimento de Zaid (2004, p.13): “[...] a escrita de livros está crescendo exponencialmente. Se nossa paixão por escrever não for controlada, no futuro próximo haverá mais pessoas escrevendo livros que lendo”.

Por outro lado, as políticas públicas para o livro, a leitura e a biblioteca não foram ainda consolidadas no País. Objeto de diversas ações governamentais após a criação do Instituto Nacional do Livro em 1937, o tema é propósito de mais uma iniciativa oficial, ao findar o ano de 2005 (Ano Ibero-americano do Livro e da Leitura), com a criação do programa denominado Vivaleitura. A partir de março de 2006, esse programa foi transformado em política de Estado, com o lançamento pelo Ministério da Cultura (MIINc) em conjunto com o Ministério da Educação (MEC), sociedade civil, entidades do livro do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). De qualquer modo, há ainda um abismo entre as realizações de fato e os objetivos propostos no documento *Por uma agenda de políticas públicas de leitura*, elaborado por 18 especialistas ibero-americanos, convocados pelo Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe (CERLALC) e a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) (CENTRO..., 2004).

A situação atual do mercado editorial brasileiro, do ponto de vista econômico, reflete uma concentração de editoras nas regiões Sul e Sudeste. O Governo ainda é o principal responsável “[...] pela mudança na quantidade de livros vendidos no Brasil” (EARP; KORNIS, 2005, p.32).

Segundo Earp e Kornis, essas aquisições são feitas com descontos especiais exigidos pelo Governo e muitas vezes chegam a representar até 100%, em relação às compras efetuadas pelo setor privado.

O problema da distribuição da produção editorial ainda é grave. A dimensão territorial do País e a deficiente malha rodoviária, além da ausência de malha ferroviária operante, oneram e dificultam a circulação dessa produção. No caso dos livros didáticos e dos livros científicos, técnicos e profissionais (CTP), mais de 20 milhões de exemplares são doados anualmente aos professores, a título de divulgação, que representa 5% dos livros editados em todo o País (earp; kornis, 2005).

Segundo dados da CBL, o setor editorial brasileiro, cresceu 3,86% em termos de faturamento em 2005 (SETOR...,2006), em relação ao ano anterior. Houve um crescimento de 19,1%, também, no número de títulos novos publicados e uma redução no número de exemplares da ordem de 4,26% (EDITORAS...,2006).

Com relação à atividade editorial de Salvador, esta ainda hoje reflete a sua origem “[...] historicamente marcada pelo entusiasmo de grupos de intelectuais e artistas, que não buscavam o retorno financeiro como objetivo principal” (BARROS, 2006, p.52). A atuação do governo como financiador e como editor de autores baianos prevaleceu e prevalece em detrimento da iniciativa de investimento por parte do setor privado. Segundo pesquisa realizada por Barros, existem oito editoras em atividade continuada e regular em Salvador e quase metade delas têm menos de cinco anos de fundada (BARROS, 2006).

Este ambiente cultural do Brasil, onde e ainda são patentes os efeitos de uma cultura ágrafa, enfrenta atualmente outra questão: a das cópias de textos em geral que, a par da sua inegável praticidade para alguns fins, toca também de forma nefasta em pontos-chave do circuito que envolve o livro: sua produção, seu comércio, o direito de autor.

Universidades: o palco do movimento político dos anos 60 até a atualidade

O período tratado – segunda metade do século XX e início do século XXI – foi marcado pela federalização das universidades e a criação da Universidade de Brasília que ao longo da década de 50, foi o espaço

da movimentação política, da contestação e efervescência cultural. Como afirma Paixão (1995, p.109),

[...] o ensino superior cresceu muito, passando de cerca de 44 mil universitários para 280 mil, no final dos anos 60. O voluntarismo político tomou conta dos jovens, gerando movimentos de maior importância em termos de cultura brasileira contemporânea, como o Teatro de Arena, o centro Popular de Cultura – CPC, da União nacional de Estudantes – UNE, o Cinema Novo e as canções de protesto.

Os estudantes desejavam “[...] sacudir a cabeça nacional [...]” (PAIXÃO, 1995, p 109). Vários intelectuais de esquerda pertencentes ao meio acadêmico colaboraram com o movimento estudantil e a atividade editorial teve um papel fundamental, graças às publicações voltadas para o público universitário, sobretudo os ensaios teóricos e livros que analisavam a situação político-econômica do País.

Em 31 de março de 1964, inicia-se um período ditatorial que se impôs à sociedade brasileira, indo de encontro às aspirações revolucionárias de grande parte da juventude e da população como um todo.

A perda da liberdade de expressão, em decorrência ao autoritarismo da censura reflete-se no veto a peças de teatro, músicas, roteiros de filmes, novelas, etc. A produção editorial não ficou impune. Vários autores e editores foram presos. Os livros sofriam censura e muitas vezes depois de publicados eram recolhidos. Os editores ficavam na expectativa do prejuízo econômico. No primeiro período do governo militar, anterior à decretação do AI-5 em dezembro de 1968, ainda predominava certo grau de liberdade, porém depois o quadro mudou e coube aos autores continuar escrevendo, utilizando uma linguagem cifrada e direcionada, sobretudo, para o público universitário.

Muitos editores resolveram trilhar o percurso aberto pela Civilização Brasileira cujo editor, Ênio da Silveira, não mediu riscos nem esforços para disponibilizar para os jovens universitários importantes obras da intelectualidade nacional e estrangeira. Foram criadas pelas editoras coleções específicas para o debate acadêmico. Destacaram-se nesse período as editoras: Perspectiva, Difel, Paz e Terra, Zahar Editores, Cultrix, Imago

e Ática. Esta última, na década de setenta, criou uma coleção específica para as universidades – Ensaios. Além destas, algumas editoras publicavam para um segmento mais específico, como a Saraiva e a Forense, especializadas na área jurídica e outras como: Ao Livro Técnico, Globo, Científica e Guanabara-Koogan, que publicavam obras técnicas em geral.

Ao mesmo tempo em que punia e perseguia, o Governo foi indiretamente um incentivador da produção atuando como:

[...] investidor em áreas geradoras de infra-estrutura para a indústria, como transportes e comunicação; de outro decretou medidas que viabilizaram subsídios, reduziram impostos e taxas de importação. Esse processo foi fundamental para as empresas gráficas e de papel, tornando possível a resolução de seus problemas básicos de industrialização. Com isso, o setor livreiro foi bastante beneficiado (PAIXÃO, 1995, p.142).

A indústria cultural brasileira acompanhou os anos do “milagre econômico” com o crescimento do número de emissoras de rádio, ampliação do mercado fonográfico, o êxito da televisão, maior participação do cinema nacional e a indústria editorial que quadruplicou sua produção de livros, revistas e fascículos. “Vivíamos efetivamente um paradoxo: nunca se proibiu e nunca se produziu tanta cultura como nos anos do regime militar” (PAIXÃO, 1995, p.143).

Paralelamente, o mercado editorial do livro didático crescia a cada ano. Algumas medidas governamentais favoreceram esse mercado, sobretudo através dos programas criados para aquisição de livros didáticos diretamente das editoras, com descontos especiais, para serem distribuídos gratuitamente nas escolas públicas. Nos anos sessenta o órgão responsável por essa política era a Comissão Nacional do Livro Técnico e Didático (COLTED). Nos anos 1970 essa comissão foi absorvida pelo Instituto Nacional do Livro que passou a realizar co-edições de livros didáticos com editoras privadas para o ensino fundamental.

Em 1972, o programa de co-edições foi estendido aos livros universitários, sendo publicados dezenove títulos naquele ano, e o dobro em 1973. Nesse mesmo ano [...] começou a financiar autores brasileiros na produ-

ção de manuais universitários em áreas em que não existisse obra disponível em português (HALLEWELL, 2005, p. 568).

Nos anos oitenta, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é quem passa a coordenar essas ações. A sistemática de aquisição do livro didático pelo fato de movimentar altas somas de recursos financeiros, sempre causou bastante polêmica, ora por não satisfazer a expectativa do professor que muitas vezes não participou do processo de escolha, ora por não satisfazer aos editores que não foram contemplados. Além do livreiro que não tem como participar do processo, já que as aquisições são efetuadas com descontos, diretamente das editoras.

O setor editorial brasileiro, no final de século XX e início do XXI, passou por uma crescente profissionalização, devido às exigências do público, face aos novos suportes e às tecnologias da informação, bem como em função da expansão do ensino do terceiro grau que produziu um diversificado sistema de instituições.

A nova Lei de Diretrizes e Bases (Lei n. 9.394 de 1996) determinou a criação de cursos seqüenciais, uma abrangência maior das IES, diretrizes curriculares, avaliações periódicas, outras formas de acesso ao ensino superior, criação de centros universitários (BRASIL..., 1996). No final dos anos noventa existiam cerca de novecentas e setenta e três IES, sendo apenas duzentas e nove públicas (MARTINS, 2000). Este panorama educacional onde o número de instituições privadas, supera em muito as instituições públicas, contribuiu para ampliar o mercado editorial para esse segmento. Embora a situação econômica do País demonstrasse uma queda no poder aquisitivo, a população vive mais um paradoxo, ou seja, o acesso facilitado ao ensino superior privado, versus as dificuldades para financiá-lo.

O crescimento da atividade editorial no Brasil em função da educação é algo indiscutível, ao longo da história do Brasil. Os programas de aquisição do livro didático demonstram claramente o porquê da vinda de grupos editoriais estrangeiros. A consolidação das editoras universitárias a partir dos anos oitenta e, sobretudo nos anos noventa confirma a influência do ensino superior nesse mercado. Um exemplo dessa iniciativa foram os programas de aquisição planejada para as bibliotecas universi-

tárias promovidos pelo Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU) da SESu/MEC. Trata-se do BIBLOS para compra de livros e o PAP para periódicos.

Apesar dessas iniciativas, a situação tanto quantitativa quanto qualitativa dos acervos não foi solucionada, o que contribuiu para o uso de cópias no ambiente universitário. Este fato foi agravado pela situação caótica das bibliotecas das IES, questões visíveis e que dificultam o acesso livre aos livros e a outras produções científicas, conforme se vê a seguir:

Há casos famosos de instalações faraônicas, com obras de arte importantes e requintada infra-estrutura, nas quais só faltam os livros! [...] num Estado desenvolvido, foi apelidada pelos alunos de “predioteca”, tamanha a imponência do edifício e a pobreza do acervo. Sem bibliotecas adequadas, as próprias universidades incitam às reproduções ilegais. (AS CÓPIAS..., 1998)

Quanto ao uso das novas tecnologias, nem elas superarão as necessidades informacionais através do livro impresso. Segundo Reale, “Por mais que o computador enriqueça a Internet, o livro continuará sendo um ente essencial e necessário, exatamente por sua unidade sistêmica, que é um valor autônomo” (Reale, 2006).

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), existem no Brasil 2 013 instituições de ensino superior, categorizadas como universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, escolas, institutos ou centros de educação tecnológica (INSTITUTO..., 2004). A educação superior no País tem crescido num ritmo acentuado nos últimos anos e com isso surge uma variedade de instituições com objetivos e funções diferenciadas. Um grande mercado para absorver anualmente os novos lançamentos das publicações categorizadas de científicas, técnicas e profissionais.

No contexto desta pesquisa, com a análise da legislação do direito autoral vigente no Brasil, e dos acordos internacionais dos quais o País faz parte, será acrescentado mais um ator à *rede de associações*, denominado legislação. Será adicionada, também, a cópia que faz parte da *rede* e na interpretação de muitos, deve ser tratada à luz da legislação.

Resgate histórico

O aparecimento de um público leitor com a criação das universidades na Idade Média contribuiu para o desenvolvimento de um comércio de cópias manuscritas. A autoria destas obras nem sempre era conhecida, pois alguns autores sofriam punições ao manifestar livremente seu pensamento. Ao longo da história, novas tecnologias intelectuais (LÉVY, 1993) sempre contribuíram para ampliar o acesso à informação, um processo cujo último marco ocorreu no século XV, com a tipografia de Gutenberg, como foi dito anteriormente. Naquele período, o direito autoral não era tratado da forma como é visto hoje, mas o advento da imprensa trouxe novos papéis para os atores da cadeia editorial.

Gandelman (2004, p.11), diz que o direito autoral “[...] passa [...] a estruturar a proteção jurídica da matéria-prima da comunicação entre os seres humanos. E essa formatação legal, [...] perdura até os dias atuais [...]” e vem acompanhando, de certa forma, a evolução tecnológica.

Complementando esse pensamento, segundo Felicié (2004, p.79), as novas tecnologias da informação e comunicação (NTICS) potencializam a disseminação da informação e contribuem para preservar o uso legítimo de bens de informação como nunca antes visto. No entanto, as grandes corporações e a indústria editorial e discográfica exercem pressão para que a regulamentação da propriedade intelectual e a lei do direito autoral favoreçam a mercantilização e a privatização da informação, dificultando o acesso público à informação.

Para Cabral, o direito autoral sempre transitou entre a propriedade individual do criador e o interesse público “[...] no benefício das artes, das ciências e na faculdade de compartilhar livremente, dos processos de aquisição do conhecimento” (CABRAL, 1998, p.30). Continuando, ele diz que o sistema da sociedade em que se vive, baseia-se na propriedade privada de bens e serviços, e o produto intelectual está incluso, e este é “[...] fruto da capacidade, da experiência e da sensibilidade especial de certas pessoas com atributos peculiares para a tarefa criativa” (CABRAL, 1998, p.31).

Segundo Manso, (1980, *apud* CABRAL, 1998, p.31) o objeto do direito autoral é a obra intelectual

[...] enquanto seu conteúdo é a faculdade de utilizá-la (intelectual ou economicamente), faculdade essa que se desenvolve mediante o exercício de prerrogativas de ordem não patrimonial ou de ordem patrimonial. Essas prerrogativas, assim agrupando-se em normas jurídicas, distribuem-se de acordo com suas próprias características em feixes de direitos patrimoniais e morais. O que efetivamente distingue o direito autoral dos demais direitos é o seu objeto, a obra intelectual, como bem suscetível de utilização que, no entanto, se dá em duas ordens de atividades: utilização intelectual, ou seja, a fruição do próprio corpo místico da obra mediante seu aproveitamento artístico, científico, didático, informativo, ou de outra natureza; e a utilização econômica que se opera através de sua apresentação pública remunerada, através de sua reprodução [...].

Guilherme Carboni diz que hoje o direito do autor passa do mecanismo de estímulo à criação intelectual à poderosa ferramenta de apropriação da informação enquanto mercadoria, reduzindo a esfera de liberdade de expressão e construindo obstáculos para o acesso ao conhecimento. Desse modo, a crise do direito do autor torna conflitante o interesse individual do autor pela autoria de sua criação e o interesse coletivo pelo desenvolvimento cultural, econômico e tecnológico.

Na Europa da Idade Média, assim como na Grécia Antiga, prevalecia uma cultura essencialmente oral, os sermões eram o meio mais importante de disseminar a informação. A confiabilidade do registro escrito ocorre a partir do século XI, utilizada por papas e reis com propósitos variados (BURKE; BRIGGS, 2004, p. 22).

Com o aparecimento das universidades, surge um público leitor constituído por professores e estudantes, à procura de textos, obras de referência, comentários de textos e manuscritos e desloca a produção dos copistas, antes restrita aos mosteiros para o entorno das universidades, formando verdadeiras corporações. As universidades procuravam controlar economicamente e intelectualmente as obras que circulavam. Os textos eram verificados para que não houvesse erros que comprometessem o sentido ou prejudicassem o entendimento. O sistema de empréstimo do manuscrito que servia de base para ser copiado era taxado. “[O] manuscrito de base, ‘o exemplar’, voltava, após feita a cópia, ao *stationarius* [designação de livreiro, que remonta à antiguidade romana] e este então podia alugá-lo novamente” (FEBVRE; MARTIN, 1992, p. 29).

Caso fosse identificado um erro no “exemplar”, este era retirado de circulação. De certa forma, o sistema da *Pasta do professor* remonta da Idade Média, prática surgida com as Universidades, a partir dos textos adotados pelos professores nas diversas disciplinas ministradas.

No século XV, a revolução desencadeada pela imprensa em relação ao registro e à disseminação da informação colaborou para aumentar rapidamente a disponibilidade de textos impressos satisfazendo à demanda das universidades.

Nos séculos XVI, XVII e XVIII a atividade editorial estava relacionada, sobretudo, ao comércio do livro, centrada na figura do “livreiro-edi-

tor”. Além de vender os livros que editava, ele vendia os livros que obtinha através de troca com outros livreiros que por sua vez desempenhavam a mesma função. Esses atores tinham, portanto, uma posição privilegiada e dominavam grande parte do mercado livreiro, pois detinham os direitos sobre a obra. Como afirmou Chartier (1998, p. 54) “a atividade de livraria comanda[va] [...] a atividade de edição, seus mecanismos e seus limites”.

Na Inglaterra, no século XVI, por decisão da monarquia, o controle do que se publicava foi delegado à comunidade, à corporação dos livreiros-gráficos londrinos. Desse modo, ao obter um manuscrito, o livreiro ou gráfico o registrava e assegurava, a partir daí, o direito “[...] perpétuo e imprescritível [...] de editá-lo e reeditá-lo indefinidamente” (CHARTIER, 1998, p. 55). Este fato levou muitos escritores a assumirem a publicação das próprias obras. Somente a partir de 1709, no reinado da rainha Ana foi que a monarquia inglesa limitou o prazo do *copyright*, elaborando o *Copyright Act* e os autores ficaram protegidos dos abusos praticados pelos empresários gráficos. Foi concedido, então aos autores, o exclusivo direito de imprimir suas obras, após o prévio registro das mesmas. Desta forma, a Inglaterra foi o primeiro país do Ocidente a estabelecer uma lei para o direito autoral.

Para Eisenstein, somente após o surgimento da imprensa e dos tipos móveis, por Gutenberg, foi possível diferenciar os papéis do autor, do escriba, do tradutor, do comentarista, do compilador e definir, de fato, o conceito de autoria. Sobre o direito autoral, afirma o seguinte:

A competição pelo direito de publicar um dado texto gerou também controvérsias a respeito de novos tópicos, como o monopólio e a pirataria. A imprensa trouxe a necessidade de definir legalmente o que pertencia ao domínio público. Uma espécie de ‘terra de ninguém’ literária tornou-se com o tempo objeto de um ‘loteamento’ e um individualismo começou a caracterizar a atitude dos escritores para com suas obras. Os termos plágio e direito de reprodução [...] não existiam para o menestrel. Somente depois do advento da imprensa é que passaram a ter significação para o autor (EISENSTEIN, 1998, p. 101).

Na França a interferência do Estado era muito mais ampla, cabendo à monarquia os privilégios e permissões de livrarias. A partir de 1777 foi que os autores, e não só os livreiros, passaram a ter o privilégio de publicar e muitos tentaram transformar-se em editores. Finalmente, foi com as discussões das assembléias revolucionárias que o Estado francês interveio fortemente na legislação para proteger o autor e o público em seus direitos de, respectivamente, serem remunerados pelo seu trabalho e terem acesso às obras originais (CHARTIER, 1998). Após a revolução de 1789 definiu-se um prazo para a propriedade literária, ou seja, um prazo para que a obra se tornasse pública, iniciativa que vigora até os dias atuais.

Acordos internacionais

Ao longo do tempo, vários acordos e convenções internacionais foram realizados e tinham como foco a proteção dos direitos dos autores. A Bélgica, em 1858, foi o primeiro país a realizar uma conferência internacional sobre o tema. A terceira conferência diplomática sobre direitos autorais – que resultou num importante documento, o mais antigo tratado internacional em defesa e proteção dos direitos patrimoniais e morais do autor – foi realizada em Berna, em setembro de 1886. O documento sofreu várias revisões, a última ocorreu em 28 de setembro de 1979, o qual tem servido como base para as legislações sobre direitos autorais de vários países, inclusive o Brasil.

A adesão a tratados internacionais permite uma reciprocidade dos direitos autorais dos titulares entre os países que participam desses acordos, geralmente assina-se uma Convenção Internacional.

Outra recomendação dessas convenções, adotada com o apoio da maioria dos Estados, foi o princípio de que “[...] a propriedade das obras literárias e artísticas em favor de seus autores deve inscrever-se na legislação de todos os povos civilizados” (LINS, 1969, p. 78). Assim, “[...] o direito do autor deve ser concedido aos autores dos países membros sem qualquer exigência referente à formalidades” (HAMMES, 1984, p. 32). Em 1948, após a Segunda Guerra Mundial, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu Art. 27, item 2, estabelecia que “todo homem tem direito à proteção de seus

interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor” (ORGANIZAÇÃO..., 1948).

Em 1961, foi realizada uma Convenção Internacional em Roma, da qual o Brasil participou, voltada para a proteção dos artistas intérpretes ou executantes, dos produtores de fonogramas e dos organismos de radiodifusão. No Art. I deste documento foi reforçada e mantida a decisão da Convenção anterior, no que diz respeito ao direito autoral:

[...] A proteção prevista pela presente Convenção deixa intacta e não afeta, de qualquer modo, a proteção do direito de autor sobre as obras literárias e artísticas. Deste modo, nenhuma disposição da presente Convenção poderá ser interpretada em prejuízo dessa proteção (CONVENÇÃO..., 1961).

Na legislação brasileira, as decisões dessa Convenção foram aprovadas pelo Decreto legislativo de nº 26/64 e promulgada, através do Decreto nº 57 125, de 19 de setembro de 1965 da presidência da república.

Em 1971, o Brasil assinou o tratado da Convenção Universal sobre o direito do autor, revisto em Paris. A aprovação no Brasil ocorreu através do Decreto Legislativo de 28 de junho de 1975 e depois promulgado pelo Decreto nº 76 905 de 24 de dezembro de 1975.

Quanto à propriedade intelectual, ocorreu em Estocolmo, em 14 de julho de 1967, uma importante conferência internacional onde foi instituída a World Intellectual Property Organization (WIPO) – Organização Mundial de Propriedade Intelectual que passou a vigorar em 26 de abril de 1970. Sendo uma instituição especializada do Sistema das Nações Unidas, o objetivo da WIPO é “promover melhor compreensão e colaboração entre os Estados [...] [e] encorajar a atividade criativa promovendo a proteção da propriedade intelectual no mundo” (HAMMES, 1984, p. 147). A propriedade intelectual está dividida em duas vertentes: a propriedade industrial e o direito do autor. A primeira visa proteger marcas, patentes, desenhos industriais, dentre outros, enquanto a segunda, tem como objetivo proteger as criações intelectuais nas áreas de literatura, artes plásticas, cênicas, música, cinema. (MELO, 2002, p. 122)

Legislação brasileira

No Brasil, antes da Convenção de Berna, o direito do autor estava assegurado pela Lei Imperial de 1827, que protegia o trabalho intelectual por um período de dez anos, mas não se baseava em nenhuma documentação internacional. Nesse mesmo ano, com a criação dos cursos jurídicos passou-se a garantir aos professores remuneração pelas aulas que viessem a ser publicadas (CABRAL, 1998, p.35).

O Código Criminal do Império, 1830, estabeleceu pela primeira vez no Brasil, normas de proteção ao direito autoral. No Art. 261, previa:

Imprimir, gravar, litografar ou introduzir quaisquer escritos ou estampas, que tiverem sido feitos, compostos ou traduzidos por cidadãos brasileiros, enquanto estes viverem, e dez anos depois de sua morte, se deixarem herdeiros.

Penas: Perda de todos os exemplares para o autor ou tradutor, ou seus herdeiros, ou na falta deles, do seu valor e outro, a de multa igual ao trespdobro do valor dos exemplares.

Se os escritos ou estampas pertencerem a corporações, a proibição de imprimir, gravar, litografar ou introduzir durará somente por espaço de dez anos. (CABRAL, 1998, p.36)

No ano de 1896, o disposto na Convenção de Berna passou a ser adotado no Brasil, através da Lei 496, que estendeu o período de proteção do direito autoral por dez anos após a morte do autor se este tivesse deixado herdeiros. Com a entrada em vigor do Código Civil de 1912, cujos Arts. 649 a 673 regulamentavam a matéria, houve uma complementação da Lei 496, quando foi reconhecido o direito de autor às obras publicadas em países estrangeiros, qualquer que fosse a nacionalidade dos autores.

Em 14 de dezembro de 1973, após vários anos de estudos e discussões, o Congresso Nacional promulgou a Lei 5 988, que definiu o direito autoral e estabeleceu as penalidades no caso do descumprimento do mesmo. A Constituição Federal brasileira promulgada em 5 de outubro

de 1988, também dispõe sobre a proteção ao direito do autor e aos direitos e deveres individuais e coletivos. Em seu Cap. I, Art. 5º diz:

XXVII – aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVII I são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas. (BRASIL, 2005)

A Lei 9.610 foi promulgada em 19 de fevereiro de 1998 para regulamentar os itens dispostos na Constituição, estabelecendo as formas de controle e estipulando o tempo durante o qual este direito pode ser exercido. Nesta Lei, o Art. 5º § 1, conceitua publicação como:

[...] o oferecimento de obra literária, artística ou científica ao conhecimento público, com o consentimento do autor, ou de qualquer outro titular do direito do autor, por qualquer forma ou processo.

No Cap. IV, o Art. 46, sobre as delimitações dos direitos autorais, dispõe, em seu § 2, que “a reprodução em um só exemplar de pequenos trechos, para uso privado do copista, desde que feito por este, sem intuito de lucro não constitui ofensa aos direitos autorais”. A subjetividade do legislador no que diz respeito à “pequenos trechos” tem gerado discussões polêmicas, sobretudo no meio acadêmico.

Em 2 de agosto de 2003 entrou em vigor a Lei nº 10.695, que alterou os dispositivos do Código Penal e do Código de Processo Penal no que se refere à tipificação do crime de violação do direito autoral e às medidas processuais cabíveis. Carboni comenta o seguinte no que tange ao Art. 46:

[...] a Lei 10.695/03 resolve definitivamente a polêmica questão a cerca da cópia única para uso privado do copista, sem intuito de lucro, ao inserir o parágrafo 4º no artigo 184, que exclui tal prática, de

forma expressa, da incidência das penas previstas nos parágrafos precedentes. Portanto, copiar obra integral, em um só exemplar, para uso exclusivamente privado, sem intuito de lucro, não é tipificado como crime.

Essa, porém, não era a regra do nosso ordenamento jurídico até a entrada em vigor da Lei 10 695 razão pela qual tal alteração é muito bem vinda. De fato, o artigo 46, inciso II, da Lei de Direitos Autorais, diz que não constitui ofensa aos direitos do autor “a reprodução em um só exemplar, de pequenos trechos, para uso privado do copista, desde que feita por este, sem intuito de lucro”. Portanto, a limitação ao direito de autor contida no referido artigo legal seria aplicada apenas à reprodução de pequenos trechos e não de obra integral. É por essa razão que a cópia integral de uma obra qualquer, como um livro, por exemplo, até a entrada em vigor da Lei 10 695, era tipificada como crime de violação do direito do autor.

No entanto, apesar de a Lei 10.695/03 ter expressamente excluído da tipificação penal a reprodução privada da obra para uso particular do copista, em um único exemplar, sem intuito de lucro, o fato é que continua em vigor a regra do artigo 46, inciso II, da lei de Direitos Autorais. Portanto, o titular dos direitos autorais ainda pode ingressar com uma ação na esfera civil, visando a apreensão das obras reproduzidas ou a suspensão da prática, além do pagamento de uma indenização pela reprodução integral não autorizada. Por essa razão, já existem diversos estudos em andamento visando alterar a redação do artigo 46, inciso II, da Lei de Direitos Autorais, de forma a permitir a cópia integral nos termos estabelecidos pela Lei 10 695/03.

Em abril de 2005, o deputado Antonio Carlos Mendes Thame tramitou no Congresso Nacional o Projeto de Lei 5.046, que autorizava a reprodução de livros, desde que sem fins comerciais, para uso exclusivo de estudantes universitários. Este projeto foi submetido à Câmara e, na Comissão de Educação e Cultura, a proposta não recebeu nenhuma emenda no prazo regimental. Tramitou em caráter conclusivo, isto é, não foi necessário que o Plenário abrisse uma votação para que a Câmara o considerasse aprovado, bastando apenas que as comissões designadas para analisá-lo o aprovassem. Só haveria necessidade de que o projeto fosse votado em Plenário caso uma das comissões o rejeitasse ou, mes-

mo se aprovado, dez por cento dos deputados entrassem com recurso para que ele fosse votado em Plenário.

O relator dessa proposta foi o deputado Chico Alencar que, no dia 1º de setembro, emitiu parecer favorável ao Projeto de Lei, destacando “[...] o enorme alcance educacional e cultural, que é também um alcance social, de uma proposta [...] que visa permitir ao estudante universitário, exclusivamente e sem fins comerciais [...]”, o acesso a qualquer obra pela via de reprodução reprográfica, desde que limitada a um só exemplar. O relator ainda complementa que essa proposição deve ser vista “[...] como uma via alternativa válida, justa e de grande mérito pelo aprimoramento intelectual que pode propiciar aos universitários brasileiros”.

Em outubro de 2005, no entanto, o deputado Jonival Lucas Júnior apresentou um requerimento para retirada do projeto antes de ir ao Plenário para ser votado.

O Ministério da Justiça (MJ), em outubro de 2004, criou o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual. Este órgão dedica-se à proposição do Plano Nacional de Ações contra a Pirataria cujo objetivo é combater a pirataria, a sonegação fiscal que é por ela gerada e os crimes contra a propriedade intelectual. Este plano abrange não apenas a indústria editorial, mas também as indústrias de confecções, calçados e especialmente a fonográfica, possuindo algumas ações direcionadas para coibir a reprodução de livros, embora não haja propriamente pirataria e sim reprodução ilegal.

Como entidade representativa das editoras, ou melhor, dos empresários do livro, para combater a cópia, foi fundada em 1992 a Associação Brasileira de Direitos Reprográficos (ABDR). Em 16 de março de 2004 a ABDR uniu-se à Associação Brasileira para a Proteção dos Direitos Editoriais e Autorais (ABPDEA), fundada em 1999, com o objetivo de,

[...] conscientização da população sobre a necessidade de se respeitar o direito autoral, na esteira da Lei nº 9.610/98, que o regulamenta no Brasil, esclarecendo, educando, proporcionando encontros e discussões sobre a preservação desses direitos, atuando como entidade *fiscalizadora e repressora da reprodução ilegal das obras de seus associados* [...] (grifo nosso) (ASSOCIAÇÃO..., 2005).

A ABDR vem agindo de forma repressora através de “ações policiais [que] são planejadas a partir de denúncias anônimas feitas ao site da associação”, tendo como foco as instituições de ensino superior (IES), defendendo desse modo as 160 editoras e as filiadas, que correspondem a 90% das principais editoras do País.

Segundo o advogado Ronaldo Lemos, coordenador do Centro de Tecnologia e Sociedade da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, a legislação de direitos autorais no Brasil é uma das mais restritivas do mundo e não considera a realidade sociocultural e os problemas educacionais. Em outros países como: Austrália, França, México, Índia, Suíça, Alemanha, Itália, Estados Unidos, Espanha, Portugal e Japão as restrições à reprodução de obras são mais brandas (CONDE, 2006).

Na maioria dos países, existem associações privadas ou mesmo ligadas ao Estado que têm como objetivo representar autores e editores junto àqueles que desejam copiar obras. Até mesmo as instituições de ensino pagam uma taxa pelo uso da cópia. A taxa varia de 10% a 20% a depender do país. Além disso, já há uma regulamentação, em alguns países, para a cópia digital. O Brasil ainda está muito longe de chegar a um acordo legal para o uso de cópias. Sabe-se que a questão sócio-econômica tem sido um dos fatores de impedimento para a solução dessa questão. Segundo George Kornis, do Grupo de Pesquisa em Economia do Entretenimento da UFRJ, o preço dos livros e a renda do brasileiro estão em descompasso. A renda média brasileira vem caindo, sobretudo da denominada classe média. A maioria dos universitários tem origem nas classes baixa ou média, e o preço do livro é incompatível com a renda dessas pessoas. Muitos não têm dinheiro para pagar o transporte e não se espera que esse estudante adquira um livro (CONDE, 2006).

Uso de cópia nas universidades

As universidades são responsáveis por grande parte das pesquisas científicas desenvolvidas no mundo, produzindo, sistematizando, difundindo informações e gerando conhecimento. Para que a produção científica

ca das IES seja disseminada é necessário, de um lado, o intercâmbio de informações e idéias entre os cientistas e, de outro, uma política institucional específica que apóie e valorize a produção intelectual.

A cultura do sistema educacional brasileiro, destacando o universitário, não favorece a valorização, de forma adequada, da produção científica dos seus autores, nem tampouco procura resguardar os direitos autorais que hoje estão envolvidos em uma realidade polêmica, [...] sobre como devem ser acomodados neles os interesses públicos e os interesses privados. Apesar dos direitos patrimoniais do autor, a cultura humana é um *bem* comum (ORTELLADO; MACHADO, 2006, p.7).

Até mesmo os empresários do livro, muitas vezes não tratam a questão com a responsabilidade devida. Segundo Osman Lins (1969, p. 76), “com o objetivo de amenizar seus riscos [...] nossos editores, quase todos, quando se decidem a lançar um livro brasileiro, [agem] de maneira muito discutível no que se refere aos direitos autorais”.

O processo reprográfico surgiu nos Estados Unidos no final da década de 30, quando Chester Carlson, advogado e cientista desenvolveu esse processo em Astória, Queens, Nova York. Em 22 de outubro de 1938, Carlson conseguiu atingir seus objetivos, transferindo a imagem contida na superfície de uma lâmina de vidro transparente, para a superfície de uma folha de papel comum.

Carlson teve bastante dificuldade em inserir seu invento no mercado. Somente em 1944, o Battelle Memorial Institute, em Columbus, Ohio, contratou o inventor para aperfeiçoar o seu novo processo, chamado por ele de “eletrofotografia”. Três anos depois, a empresa The Haloid Company, fabricante de papel fotográfico em Nova York, entrou em contato com Battelle e obteve uma licença para desenvolver e comercializar uma máquina de cópia com base na tecnologia de Carlson, obtendo mais tarde os direitos da invenção. Nessa ocasião, achando inadequada a denominação até então vigente – “eletrofotografia”, por sugestão de um professor da Ohio State University, sugeriu “xerografia” palavra derivada do grego, “seco” e “escrita”.

A Haloid adotou então o termo Xerox para as novas copiadoras, sendo em 1948, uma marca registrada. A empresa passou a chamar-se, em 1958, Haloid Xerox Inc. e em 1961, após grande aceitação da primeira

copiadora automática para escritório, que utilizava papel comum, a empresa tornou-se Xerox Corporation. A consagração desse processo reprográfico determinou a adoção corrente da expressão *processo xerográfico*, embora Xerox se refira a uma marca.

No País, a Xerox do Brasil foi fundada em 1965, como empresa de copiadoras. Inicialmente, sua atividade principal era o aluguel de máquinas, manutenção e venda de suprimentos. Hoje, disponibiliza diferentes equipamentos para cópias coloridas e em preto e branco, além de *softwares*, *scanners* e outros produtos e suprimentos. Ao longo desses 40 anos em território brasileiro, sempre foi líder de mercado, tendo como principais clientes empresas estatais e órgãos do Governo, incluindo as universidades.

Em 1990, lançou um novo equipamento, denominado Docutech, voltado para a impressão de livros por demanda e outros tipos de impressos da área editorial. O arquivo do documento a ser impresso é enviado diretamente do computador para máquina reprográfica, sem a utilização de chapa e fotolito, elementos usados no sistema de impressão *off-set*. Juntamente com o equipamento para impressão, há equipamentos para o acabamento, ou seja, dobra, cola e corte.

A facilidade de reproduzir artigos, capítulos de livros, documentos em geral, a baixo custo e rapidamente, gerou uma prática constante nos meios laborais, com destaque específico no âmbito das universidades. Isto pode ser atribuído a diversos fatores, quais sejam: a própria praticidade com que se depararam os professores, em contraposição à modalidade de reprodução de documentos por mimeógrafo para disponibilizar textos para seus alunos; a facilidade encontrada pelos alunos para reproduzir textos de difícil acesso nas bibliotecas, em decorrência do pouco número de exemplares existentes e/ou das limitações do serviço de empréstimo em geral; o elevado custo dos materiais bibliográficos para aquisição pessoal, entre outros. Acrescente-se a isto, a introdução da Internet nos anos 90, que possibilitou, através de um simples comando, o desenvolvimento desta prática, já de maneira ilimitada no que diz respeito ao acesso a documentos, contribuindo para consolidar uma prática já existente.

No ambiente universitário, a falta de consciência sobre o direito autoral está aliada a fatores como: a popularização das máquinas

reprográficas, ao surgimento de novos suportes de informação, a condição sócio-econômica dos estudantes e a situação dos acervos das bibliotecas universitárias, sobretudo das IES públicas.

Na opinião do presidente da Fundação Editora UNESP, José Castilho Marques Neto, o uso de cópia é um fenômeno extra-editorial. Essa problemática já faz parte da cultura das universidades. Complementa, dizendo que na academia vive-se um dilema. Por um lado, reflete no faturamento das editoras e na usurpação do direito autoral, por outro tem-se a questão pedagógica relacionada à liberdade do professor. Cabe ao professor criar dentro da sala de aula seu método de ensino “[...] inclusive recomendando a cópia de trechos e não do livro todo” (CATALISADORES ..., 2006).

A instalação de máquinas reprográficas vem se multiplicando a cada dia nas universidades, sendo ainda respaldada pelos critérios de avaliação para reconhecimento de cursos de graduação estabelecidos pelo MEC. No que concerne à infra-estrutura, no item *biblioteca*, no indicador serviços, para efeito de avaliação, considera-se que biblioteca “[...] deva fornecer, dentre outros serviços, acesso a serviço de cópia de documentos internamente na instituição (ainda que não no espaço físico da biblioteca)” (INSTITUTO..., 2002; 2006).

Cada vez mais, a cópia parece ser um instrumento indispensável ao ensino de uma disciplina. O número de autores é cada vez maior e o crescimento de Programas de Pós-graduação no Brasil contribui para a ampliação do resultado de pesquisas para serem divulgadas. A diversidade do pensamento científico é fator decisivo para que o professor não se satisfaça em definir um único autor como a principal autoridade naquele assunto. Assim, não existem mais autores que sejam autoridades absolutas em seus próprios assuntos.

Além disso, para compreender bem determinado assunto – seja de forma panorâmica ou pormenorizada – um aluno precisa ler três, quatro, cinco ou às vezes mais autores e obras. O professor, diante da situação condição sócio-econômica do aluno, não tem como obrigá-lo a adquirir todos os livros indicados na bibliografia da disciplina. O próprio professor admite que cada obra, isoladamente, não é suficiente e é dito que o melhor ou o importante daquele autor é apenas um determinado capítulo de um livro.

Com o número de IES existente no País, ainda que jovens instituições surgidas no século XX, são elas responsáveis pela produção do conhecimento, considerado a maior fonte de riqueza do mundo atual. A diversidade de contexto, de visões, de atores e autores envolvidos no processo de disseminação desse conhecimento científico tem gerado polêmica em função da autoria, dos direitos desses autores, e acesso livre dessa produção. Respalhada em acordos internacionais e na Constituição do país, verificar-se-á que no decorrer da história a forma de acesso à informação foi responsável pelas alterações na legislação e que hoje ainda há um abismo entre os avanços tecnológicos e a legislação vigente.

Uma solução para esse embate seria a produção de “livro didático universitário”, composto por recortes que os professores efetuariam na lista de referências básicas de cada disciplina. Assim, um livro que servisse aos alunos da USP poderia não servir aos da UFBA – e, dentro da mesma universidade, poderia não servir a dois professores da mesma disciplina. Ou, ao contrário, poderíamos chegar à completa uniformidade de pensamento: todos os brasileiros lendo pelas mesmas cartilhas e pagando *royalties* sempre aos mesmos “autores”. Em qualquer caso, o conhecimento, em cada área e em cada disciplina, ficaria restrito ao “editorialmente autorizado”, desestimulando e até mesmo bloqueando a diversidade cultural e a autonomia de pensamento. Além disso, as próprias editoras iriam formar grupos que entrariam em árduas disputas financeiras para produzir esses “materiais didáticos”, tal como já se vê hoje em torno do livro didático do ensino fundamental e do ensino médio.

Outro fator que é considerado determinante para o fenômeno das cópias é a condição sócio-econômica dos estudantes. Isso parece ser, visivelmente, conseqüência do baixo crescimento econômico do País, que se reflete no poder aquisitivo da maioria da população, contribuindo assim, para que o livro seja visto como artigo de luxo.

Nesse sentido, as bibliotecas têm a função de prover o acesso à informação. Para tanto, é necessário que elas possuam acervos atualizados e com a quantidade de exemplares compatível com a quantidade de alunos, bem como tecnologias informacionais adequadas às novas formas de acesso à informação. Quanto ao acervo das bibliotecas universitárias,

o MEC estabelece critérios de avaliação para reconhecimento de cursos de graduação e, no que se refere ao item *biblioteca*, no indicador acervo, considera com relação ao número de exemplares o seguinte:

Muito fraco – quando não atendem aos programas das disciplinas, não há quantidade suficiente (na proporção de um exemplar para mais de 20 alunos matriculados no curso, para quaisquer dois títulos selecionados pelo docente da disciplina) e não são atualizados.

Regular – quando atendem parcialmente aos programas das disciplinas, a quantidade é razoável (na proporção de um exemplar para mais de 10 até 20 alunos matriculados no curso, para quaisquer dois títulos selecionados pelo docente da disciplina) e são parcialmente atualizados.

Muito bom – quando atendem aos programas das disciplinas, há quantidade suficiente (na proporção de um exemplar para até 10 alunos matriculados no curso, para quaisquer dois títulos selecionados pelo docente da disciplina) e são atualizados. (INSTITUTO..., 2002).

Esta categorização está muito aquém da necessidade real dos estudantes, sobretudo no tocante à bibliografia básica. Classificar como *muito bom* à proporção de um exemplar para até 10 alunos – quando, de acordo com Earp e Kornis (2005), o padrão internacional é de “cerca de um exemplar para cada cinco usuários” – é mais um estímulo para conduzi-los à prática da cópia de livros.

O MEC, em parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), anunciou, em 2004, a criação do Portal de Livros, com o intuito de possibilitar acesso aos textos completos indicados pelos professores, e de acordo com as bibliografias básicas das disciplinas. Tudo indica que essa iniciativa tem como objetivo minimizar as dificuldades econômicas dos estudantes universitários. Segundo Kehrlé (2004) “[...] além da leitura e da pesquisa, professores, pesquisadores e alunos poderão imprimir, parcialmente, as informações contidas na obra, sem descumprimento da Lei de direitos autorais. [...]”

A intenção para a elaboração do portal com esse objetivo era fazer contato com os editores das publicações para uma negociação.

Nesses últimos dois anos, o MEC tem investido em portais de livre acesso, como é o caso do Domíniopúblico (www.dominiopublico.gov.br)

lançado em 2004 e que no início de 2006 alcançou 10 mil títulos disponíveis, com uma predominância de obras clássicas. Foi anunciada no início deste ano pelo MEC e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) a implantação no segundo semestre de 2006 do Portal de Livros Didáticos Eletrônicos e o Portal de Periódicos e Repositórios de Acesso Livre. Os portais serão financiados pelo Finep/MCT e custarão R\$ 1,5 milhão, cada um. O Portal de Livros Didáticos Eletrônicos vai facilitar o acesso aos livros adotados nos cursos de graduação da IFES. Já o Portal de Periódicos e Repositório de Acesso Livre será um grande banco de dados nacional a concentrar todos os repositórios de revistas e publicações de acesso livre existentes no País.

Outra questão que precisa ser considerada quando se trata de novas tecnologias de acesso à informação, é a capacidade instalada de computadores no âmbito das IES, o que dificulta o acesso às obras digitalizadas. A instalação física dos institutos de pesquisa e unidades universitárias onde todos estes recursos eletrônicos de informação terão que ser consultados, lidos ou manipulados não tem sido ampliada e aparelhada com suficiente presteza para atender à crescente demanda por computadores ligados à Internet, sugerindo um futuro colapso de todo o sistema.

Livre acesso à informação

A *Open Archives Initiative* (OAI) Iniciativa dos Arquivos Abertos, que surgiu nos Estados Unidos no final da década de 1990, como afirma Kuramoto (2005, p.150) para a comunicação científica, conseqüentemente para a publicação eletrônica e bibliotecas digitais essa iniciativa foi um marco. “[...] Promoveu a elaboração e o estabelecimento de padrões e protocolos para interoperar bibliotecas digitais.”

A OAI fez surgir um novo paradigma com relação ao uso da informação e a significação do acesso livre, ou seja, disponibilizar integralmente na Internet textos de caráter acadêmico e científico, possibilitando além de acesso: pesquisar, copiar, descarregar, distribuir, imprimir e citar (IBICT, 2006).

No Brasil, também nos anos noventa, os primeiros periódicos eletrônicos surgiram em consequência da implantação da Rede Nacional de Pesquisa (RNP) que possibilitou a chegada da Internet e da Web. Além dos avanços tecnológicos, houve um crescimento no número de periódicos eletrônicos. Esse crescimento foi proporcionado por fatores, tais como: custo elevado das assinaturas dos periódicos científicos impressos, possibilidades advindas com a tecnologia que permite o uso de vários recursos audiovisuais e imagens tridimensionais, e uma avaliação mais rápida entre os pares.

O custo elevado das assinaturas afetou imensamente os países em desenvolvimento, e foi através das mudanças no fluxo comunicacional e o avanço da Rede que foi possível superar essa questão. Além disso, o movimento em prol do *open access* vem mobilizando o mundo todo e algumas iniciativas e acontecimentos convergem nessa direção:

- Declaração de Budapeste *Open Access Initiative* (BOAI), 2001;
- Declaração de Bethesda *Statement on Open Access Publishing*, abril de 2003;
- Resolução da Câmara dos Comuns, Reino Unido, 2003;
- Declaração de Berlim sobre o Acesso Livre ao Conhecimento em Ciências e Humanidades;
- Carta de Salvador, sobre software livre e outras providências legais, em agosto de 2004, III CIBERCON
- Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação, IBICT, 2005;
- Carta de São Paulo sobre acesso livre, iniciativa de pesquisadores, bibliotecários e representantes de organizações da sociedade civil, em dezembro de 2005;
- Portaria de nº 13 de 15 de fevereiro de 2006, da CAPES publicada no Diário Oficial, estabelece acesso livre a teses e dissertações; (CAPES,2005)
- Declaração de Florianópolis em favor do Acesso Aberto, durante o XI simpósio de Intercâmbio Científico da Associação Nacional de pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, maio de 2006.

Ao lado do *Open Access*, discute-se uma outra possibilidade que surgiu com o advento da Internet, que é o projeto dos Creative Commons. Nasceu nos Estados Unidos por iniciativa do Prof. Lawrence Lessig. Está sediada na Universidade de Stanford e tem como objetivo [...] desenvolver licenças públicas, isto é, licenças jurídicas que possam ser utilizadas por qualquer indivíduo ou entidade, para que seus trabalhos sejam disponibilizados na forma de modelos abertos (LEMOS, 2005, p.82-83)

O Brasil foi um dos países pioneiros em aderir ao movimento do Creative Commons. A responsabilidade pela implantação do projeto, em 2003, foi do Centro de Tecnologia e Sociedade da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.

O Creative Commons, a partir de instrumentos jurídicos, possibilita que o autor, o criador ou mesmo uma entidade se posicione de forma clara, definindo se uma obra intelectual sua está liberada para distribuição, utilização e até cópia. Desse modo, criam-se alternativas ao direito de propriedade intelectual tradicional, uma vez que o proprietário pode permitir o acesso às suas obras.

Um importante projeto que contribuiu para ampliar o acesso à comunicação científica foi a criação, em 1997, da primeira biblioteca virtual de revistas científicas brasileiras em formato eletrônico, o *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO). Originou-se de um projeto piloto por iniciativa da Biblioteca Regional de Medicina (BIREME), em 1965 e foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP). O principal objetivo desse projeto era o desenvolvimento de uma metodologia que permitisse o armazenamento, a disseminação e avaliação da literatura científica disponível em formato eletrônico, constituindo uma biblioteca digital de periódicos eletrônicos com texto na íntegra (CUNHA, 1999).

Destaca-se nesse contexto, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), agência do Ministério da Ciência e Tecnologia, criado em 1976 a partir do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). Sua missão, além de centro de pesquisa, intercâmbio científico e treinamento e capacitação do corpo científico tem por finalidade contribuir “[...] para o avanço da ciência, da tecnologia e da inovação tecnológica do País, por intermédio do desenvolvimento da comunicação e informação nessas áreas”. (IBICT, 2003)

Dentro dos projetos desenvolvidos pelo IBICT, mantém-se o Programa de Informação e Comunicação para a Pesquisa (PROSSIGA), criado em 1995 e, em 2001 foi transferido para o portal do IBICT. Tem o propósito de possibilitar a criação e uso de serviços de informação na Internet nas áreas de interesse do Ministério da Ciência e Tecnologia, além de incentivar o uso de meios eletrônicos de comunicação pelas comunidades. Desde 2004, após uma avaliação por especialistas em informação, o PROSSIGA passa por ajustes e busca reforçar sua atuação “[...] na organização, disseminação de informações para a gestão de ciência, tecnologia e inovação” (IBICT, 1997). Mantém, também, “[...] um diretório com ponteiros para sítios selecionados nas diversas áreas de C&T, possui [...] uma série de bibliotecas digitais [...] denominadas *bibliotecas virtuais*” (cunha, 2005, p.28). Até maio desse ano, 20 temas eram contemplados pelas bibliotecas virtuais.

Estão ainda disponibilizados através do IBICT, o portal Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) que oferece, desde o final de 2001, acesso a teses e dissertações digitalizadas. O Diálogo Científico, implantado no final de 2001, que através do projeto Arquivos Abertos “[...] visa oferecer à comunidade científica uma alternativa de comunicação de textos acadêmicos, científicos e tecnológicos via ambiente web” (CUNHA, 2005, p.34). Dois periódicos eletrônicos: *Ciência da Informação* e *Informação e Inclusão Digital*, ambos produzidas através do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), customizado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) “[...] baseado no software desenvolvido pelo Public Knowledge Project (Open Journal Systems) da Universidade British Columbia (<http://pkp.sfu.ca/ojs/>)” (IBICT, 2003).

O IBICT disponibiliza ainda o software DSPACE, específico para criação de repositórios nas instituições e aceita desde artigos, à teses, dissertações, bem como material didático, e tem seus utilitários livres, os *Open Sources*.

O Ministério da Educação vem também desenvolvendo ações na área da informação digital, possibilitando aos professores, pesquisadores e estudantes universitários acesso à produção científica disponível em periódicos eletrônicos através do Portal da Coordenação de Aperfeiçoa-

mento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), além de teses e dissertações, acessadas através da Base de Dados desta mesma coordenação. Outra ação do MEC é o Portal Domínio Público, mencionado anteriormente, que foi lançado em novembro de 2004, com um acervo inicial de 500 títulos e em maio de 2006 dispunha de 17.328 títulos. A sua missão, segundo o que informa o site é

[...] disponibilizar informações e conhecimentos de forma livre e gratuita, busca incentivar o aprendizado, a inovação e a cooperação entre os geradores de conteúdo e seus usuários, ao mesmo tempo em que também pretende induzir uma ampla discussão sobre as legislações relacionadas aos direitos autorais de modo que a *preservação de certos direitos incentive outros usos* –, e haja uma adequação aos novos paradigmas de mudança tecnológica, da produção e do uso de conhecimentos. (2004)

No que diz respeito ao Portal de Periódicos da CAPES, sua implantação ocorreu no final do ano de 2000 no contexto das reformulações do Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos (PAAP). Nessa ocasião, foi criado o Consórcio Nacional de Periódicos Eletrônicos que passou a disponibilizar, eletronicamente, o conteúdo de periódicos internacionais. Essa ação visava reverter a escassez de recursos repassados às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) para aquisição de periódicos científicos impressos.

Os gastos anuais com o Portal de Periódicos da Capes são da ordem de US\$ 18,7 milhões anuais, em 2003 (ORTELLADO; MACHADO; 2006, p.13). Este portal sofre críticas em função do baixo acesso em relação ao investimento, duplicidade de periódicos disponíveis, entre outras questões. Além disso, “[...] o sistema é pouco interativo, tanto na entrada como na saída dos dados, especialmente em relação ao refinamento da busca [...]” (MEIRELLES, 2005, p.29).

Em 13 de fevereiro de 2006, a CAPES publicou a Portaria nº 13/2006, deliberando que as teses e dissertações defendidas a partir de março de 2006 passarão a ser disponibilizadas em ambiente da Internet, através do Portal Domínio Público. Essa medida vem sofrendo críticas pela duplicidade de ação, já que integra o portal do IBICT e BDTD cujo

propósito “[...] é viabilizar a criação de um consórcio de publicações eletrônicas com a finalidade de localizar e disponibilizar teses e dissertações produzidas no Brasil” (CUNHA, 2005, p.33). Independente das críticas, a CAPES já estabeleceu que as avaliações de cursos feitas em 2007 exigirão o cumprimento dessa norma e afirma que “[...] a publicação *on line* das teses têm importância extra. Permitirá à agência auditar os dados sobre produção acadêmica informados pelos programas de pós-graduação” (PRODUÇÃO..., 2006, p.32).

Ainda no âmbito do Ministério da Educação, foi lançado no início deste ano, o Portal Acesso Livre e dois projetos de portais científicos estão em andamento: o Portal de Periódicos e Repositórios de Acesso Livre, uma iniciativa do IBICT e o Portal de Livros Didáticos, criado pelo MEC com o objetivo de disponibilizar as obras mais utilizadas pelos estudantes universitários das instituições federais de ensino superior. A concretização desse Portal poderá significar uma superação das deficiências dos acervos das bibliotecas universitárias e uma redução no uso de cópias de livros.

Observa-se que há um grande investimento do governo e de órgãos financiadores para ampliar o acesso à informação científica, sobretudo na forma digital, quer seja através de portais de acesso livre, quer seja financiando pesquisas para aperfeiçoar a tecnologia disponível. O impacto desse investimento é conseguir a tão desejada visibilidade internacional dos pesquisadores brasileiros, bem como a popularização, ainda que no ambiente acadêmico, da comunicação científica para estudantes, docentes e corpo técnico.

Algumas questões precisam ser mais bem definidas. São questões de ordem tecnológica, política e cultural. Dentre elas, e talvez a mais preocupante, refere-se à preservação digital da informação técnica-científica. Para Márdero Arellano (2006, p. 188), a preservação digital vai além de um processo técnico.

[...] é um processo social e cultural pelo fato de que se aplicam critérios de seleção. É também um procedimento legal porque define os direitos e privilégios necessários para a manutenção permanente dos registros

científicos e culturais. Uma percepção duradoura da preservação digital precisa abarcar várias gerações de sistemas e tecnologias e unir as mudanças organizacionais com as necessidades de atualização dos responsáveis pelas coleções digitais.

O movimento mundial em favor do acesso livre é um segundo ponto a ser observado. São muitas as iniciativas, as pesquisas e as tecnologias disponíveis, no entanto, Marcondes (2006, p. 153), considera que a grande dificuldade para que o movimento pró-livre acesso passe a dispor de uma infra-estrutura consistente e confiável em todo mundo, “[...] é ainda a dispersão e a falta de articulação da comunidade”. Há um desconhecimento dessa comunidade como um todo. As iniciativas de articulação são de caráter individual. Continua Marcondes (2006, p. 153) é necessário que haja

[...] articulação política dessa comunidade que vai viabilizar as necessidades de infra-estrutura que garantirão o livre acesso. [...] [de forma a] propor e firmar compromissos cada vez mais sólidos [...] envolvendo sociedades científicas, universidades, institutos de pesquisa, agências de fomento e organismos internacionais. Esses compromissos garantirão os fóruns, acordos e consensos necessários para a adoção de padrões e protocolos [...] para complementar o ambiente tecnológico pró-livre acesso.

Segundo Horn, estabelecer livre acesso como um vantajoso procedimento de forma ideal, requer o compromisso ativo de cada um e de todo produtor individual do conhecimento científico e detentor do patrimônio cultural. Contribuições de acesso livre incluem: resultados para pesquisa científica original, dados não tratados, metadados, materiais fontes, representações digitais de pictogramas, materiais gráficos e material multimídia acadêmico (HORN, 2005).

Finalmente, cabe às instituições desenvolverem políticas internas para assegurar meios de registro da sua comunicação científica, levando em conta o fluxo da informação introduzido a partir das TICs, usando padrões estabelecidos pela comunidade acadêmica, agências de fomento e demais atores envolvidos no processo da comunicação científica, os quais podem interferir no reconhecimento e na certificação da qualidade acadêmica (OLIVEIRA, 2006).

POLÍTICAS PARA O LIVRO E PARA A LEITURA

Ao longo da história do Brasil, foram adotadas várias políticas para o livro, leitura e biblioteca. Órgãos foram criados com objetivos definidos para atuar nessa área, mas se avançou muito pouco. Chega-se ao Século XXI com baixos índices de leitura, número reduzido de bibliotecas e restrito acesso às fontes de informação. Das abordagens que serão feitas neste capítulo, a biblioteca e os leitores serão os últimos atores a serem incluídos na *rede de associações*.

Breve panorama da leitura no Brasil: cenário contraditório e desigual

O Brasil tem a maior produção editorial da América Latina e é responsável por mais da metade dos livros editados no continente latino americano (LINDOSO, 2004). Com uma indústria editorial bem sucedida, apesar de uma trajetória que se iniciou tardiamente no século XIX, chegou-se ao novo milênio consolidada, como indústria, notadamente no que diz respeito à qualidade gráfico-editorial. Possui um número razoável de editoras em atividade – 530 editoras, concentradas nas regiões Sul

e Sudeste – segundo a CBL, 114 editoras universitárias, conforme dados da ABEU e um mercado potencial que tem despertado a cobiça dos grandes grupos editoriais estrangeiros, sobretudo por conta do mercado de livros didáticos altamente subsidiados pelo Governo Federal. Mesmo assim, existem fatores que interferem no seu processo de expansão. O baixo índice de leitura de sua população talvez seja o obstáculo mais comprometedor para a superação das dificuldades e é uma consequência das condições sócio-econômicas e educacionais da população do País.

Ainda que a Constituição Federal, no seu *Título I – Dos Princípios Fundamentais*, disponha como objetivos fundamentais uma sociedade livre, justa, solidária, com a redução das desigualdades sociais e a erradicação da pobreza; e no *Capítulo II – Dos Direitos Sociais* assegure ao cidadão os direitos sociais à educação, trabalho, lazer, saúde, segurança, moradia, (BRASIL, 2005), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil traduz uma situação de desigualdade social e de não cumprimento ao que determina a Constituição.

O IDH é a síntese de três fatores: longevidade, educação e renda, apresentado no Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Situa o Brasil em 63ª posição entre 177 países auditados, ficando atrás, inclusive, de sete países da América Latina, quais sejam: Argentina (34º), Chile (37º), Uruguai (46º), Costa Rica (47º), Cuba (52º), México (53º) e Panamá (56º) (BRASIL tem índice...,2006). Além do IDH, outros índices são preocupantes não apenas pelo seu reflexo na atividade editorial especificamente, mas porque demonstram que o País ainda está distante de alcançar o desenvolvimento nacional e a cidadania.

Com relação ao analfabetismo, uma pesquisa nacional denominada Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF), realizada pelo Instituto Paulo Montenegro Ação Social do IBOPE e pela ONG Ação Educativa tem como dados conclusivos o seguinte:

Quadro I

Indicador de Alfabetismo Funcional

Habilidade de alfabetismo	INAF 2001	INAF 2003	INAF 2005
Analfabetismo absoluto	9%	8%	7%
Muito baixa	31%	30%	30%
Básica	34%	37%	38%
Plena	26%	25%	26%

Fonte: Pesquisa da autora, 2006

A pesquisa do INAF ao estabelecer a correlação entre *letramento* e condição social, tornou “[...] possível perceber que, [...] quanto menor o tempo de escolaridade e a condição socioeconômica, tanto menor é o desempenho do candidato” (BRASIL tem índice...,2006). Conclui-se que a condição socioeconômica é fator responsável não só pela permanência do aluno na escola, como pelo seu desempenho para alcançar satisfatoriamente o letramento.

Dados do INEP reforçam os índices apresentados e revelam que existem atualmente no Brasil mais de 16 milhões de analfabetos, considerando os analfabetos funcionais, caracterizados como pessoas com menos de quatro séries concluídas. São mais de 33 milhões de analfabetos. A região Nordeste concentra quase 50% desse contingente e, por esses indicadores pode-se relacionar o baixo desenvolvimento econômico dessas regiões e conseqüentemente as desigualdades regionais do País. A Bahia está entre os cinco Estados onde se situa metade dos analfabetos do País na distribuição total de analfabetos absolutos. E, apesar de ser, dentre eles, o Estado que mais possui escolas, apresenta o menor percentual de escolas com bibliotecas: 7,06%, como foi citado pelo jornal *A Tarde* (LIVRO..., 2005).

Em que pesem os problemas de analfabetismo, o baixo índice de leitura e as discussões sobre o futuro do livro, este é ainda considerado “[...] o mais poderoso instrumento do saber jamais inventado pelos homens [...]” (CROPANI, 1998). Os autores da Lei nº 10.753, conhecida como a Lei do Livro de 30 de outubro de 2003 e que institui a Política Nacional do Livro, definiram o livro como,

[...] o meio **principal e insubstituível** da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida (grifo nosso) (BRASIL..., 2003).

Convivendo com outros meios eletrônicos de armazenamento e acesso à informação, o conhecimento que circula na sociedade ainda tem no livro o seu principal meio e nas bibliotecas o local para a guarda do acervo e da memória de um povo. Segundo Eco (2004, p.2), no decorrer dos séculos, as bibliotecas têm sido “[...] o meio mais importante de conservar nosso saber coletivo. Foram e são ainda uma espécie de cérebro universal onde podemos reaver o que esquecemos e o que ainda não sabemos”.

Apesar de se saber a “fórmula” para fazer circular a informação inclusive com as novas tecnologias que facilitam o acesso, a questão da leitura não está afirmada. Não basta ter acesso, é fundamental que ao longo da sua formação escolar, o indivíduo seja estimulado à prática da leitura. Caso contrário, o livro não cumpre sua função, como questiona Chartier (1998, p.154):

[...] um livro existe sem leitor? Ele pode existir como objeto, mas sem leitor, o texto do qual ele é portador é apenas virtual. Será que o mundo do texto existe quando não há ninguém para dele se apossar, para inscrevê-lo na memória ou transformá-lo em experiência?

Nesse sentido, acrescenta-se que, se o indivíduo não incorpora a prática de leitura, ele não desenvolve de forma satisfatória as habilidades necessárias ao uso do conhecimento para poder entender, compreender e apreender. De acordo com a American Library Association (ALA) (1989):

[...] Para ser competente em informação, uma pessoa deve ter habilidade para reconhecer quando a informação é necessária e ter a capacidade para localizar, avaliar e suprir efetivamente a necessidade de informação. Para produzir tal cidadão será necessário que escolas e faculdades compreendam e integrem o conceito de *information literacy* (competência em informação) nos seus programas de aprendizagem e que elas desempenhem um papel de liderança na preparação dos indivíduos e instituições para tirar vantagem das oportunidades inerentes à sociedade da informação. Finalmente, pessoas com competência em informação são aquelas, as quais aprenderam a aprender [...].

Para Cropani (1998), baseado em estudos globais encomendados pela Unesco, os fatores críticos que fortalecem o estabelecimento das práticas de leitura de um povo ou mesmo de um indivíduo são: ter nascido numa família de leitores; ter passado a juventude num sistema escolar preocupado com o estabelecimento da prática de leitura; o preço do livro e o valor simbólico que a população atribui ao livro. Dadas essas pré-condições, o que se verifica é que expressiva parcela da população não possui condições de desenvolver a prática leitora. Embora a escola seja um espaço adequado para o contato do leitor com essa prática, o que se observa é que o ambiente escolar não tem sido explorado adequadamente para atingir aquele objetivo de formar leitores. Essa questão é mais grave nas nações com altos índices de cidadãos não-alfabetizados, onde se inclui o Brasil.

Quanto aos estudantes do 3º grau, a maioria ingressa na universidade sem habilidades leitoras amadurecidas. Isso fica mais acentuado na cultura de pré-vestibular, já que o ensino médio tem se voltado quase exclusivamente, para facilitar o acesso à universidade. O material didático utilizado como base do estudo dos estudantes, nesse período é de conteúdo reducionista. Como exemplo, os módulos e resumos de textos de literatura e de demais disciplinas. Os próprios cursinhos e escolas reproduzem esses materiais didáticos, que são compilações de várias obras, que raramente são citadas ou referenciadas. Soma-se a esse quadro o fato da relação do estudante com os livros estar sendo fragilizada pelo surgimento de novos suportes de informação, propiciados pelo advento

das tecnologias de informação e comunicação. A atual sociedade apóia-se cada vez mais na cultura digital, o que também traz implicações para a indústria editorial. Segundo Freitas e Silva (1998, p.87),

Por um lado, o professor universitário constata que a leitura decodificação [...] não é suficiente para que o aluno possa fazer, via texto, o nível de intermediação necessário na construção do seu conhecimento. Essa leitura é quase sempre classificada como “ingênua”, “pobre”. Por outro lado, os professores universitários, inclusive os de Língua e Literatura, se eximem da tarefa de lidar com o ensino da leitura, promovendo uma espécie de adiamento às avessas do problema, ou seja, procrastina-se a responsabilidade com a “empreitada” aos graus anteriores: responsabilidade com o ensino da leitura cabe [...] aos professores de Português do 1º e 2º graus. Assim, o ensino da leitura na escola assume o papel de verdadeira “batata quente”: ninguém quer segurar o encargo e a questão é arremessada de mão em mão num sucessivo adiamento de responsabilidade.

Um fato a ser considerado é o baixo poder aquisitivo da população e o conseqüente obstáculo à aquisição de bens culturais, que contribui para que o livro seja tido como artigo de luxo. Pesquisa encomendada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), revelou no seu relatório final o seguinte dado: “o PIB brasileiro apresentou um crescimento de 16% entre 1995 e 2003, enquanto no mesmo período o faturamento declarado pelas editoras teve uma queda de 48%” (EARP, 2005, p.29, 30). Dessa forma, fica claro que a indústria editorial não contribuiu para o aumento do PIB. Altbach (1997, *apud* ODDONE, 1998, p.30) diz que:

[...] A atividade editorial tem uma importância que ultrapassa seu limitado papel econômico, porque ela é essencial à vida cultural, científica e educação das nações. [...] A produção de livros que reflete de maneira direta a cultura, a história e os interesses de uma nação ou de um povo – é algo que não pode ser transferido a terceiros. [...] Essa é uma parte vital de uma cultura. Nesse sentido, a atividade editorial é diferente, merecendo consideração especial. [...]

Transformar o Brasil em um país de leitores não é tarefa fácil, sobretudo no contexto da sociedade da informação, onde novos suportes
90 informacionais direcionam as políticas não apenas para as práticas leitoras e

para a alfabetização cidadã, mas principalmente para o domínio das novas tecnologias, muitas vezes distantes da formação do cidadão leitor e apenas instrumentalizadoras de habilidades primárias, que tem como objetivo incluir o cidadão nessa sociedade. Para Barros (2005, p.3), com o advento da indústria editorial no Brasil no século XIX, foram implantadas as políticas públicas voltadas para o livro, no entanto “[...] o que tem variado é o caráter [...] que [transitou] entre o controle, a repressão, a distribuição gratuita, o incentivo à leitura [...]”. A falta de continuidade dessas políticas e o pouco envolvimento da sociedade civil e demais atores sociais contribuíram para que o País chegasse ao século XXI com uma média de leitura por ano equivalente a 1,8 livros por habitante, segundo dados da CBL.

De acordo com Soares (2002, p. 214), “A insistência por uma política pública de promoção à leitura se justifica pelo fato de o Brasil possuir uma imensa diversidade cultural e gigantesca dimensão territorial”. Citando Eliana Yunes, Soares (2002, p. 214) complementa dizendo que cabe ao Estado estas ações por ser a única instância com poder convocatório capaz de alcançar “[...] ações políticas educativas e culturais que se constituam num movimento ao qual se articulem com autonomia todas as demais instituições interessadas [...]”.

Políticas públicas no Brasil

Uma política pública reflete a vontade de diferentes setores da sociedade em avançar para uma determinada direção e representa uma articulação coerente de medidas para transformar uma situação. Sua eficácia se mede por sua sustentabilidade e sua coerência interna que faz com que nos distintos setores envolvidos tenha repercussão positiva. Uma política pública permite garantir que os problemas não serão crônicos e idênticos aos que sempre existiram (GOLDIN, 2003, p.163).

Nessa perspectiva de política pública, o Brasil ainda está distante de alcançar seus objetivos, notadamente, na área cultural e educacional. Historicamente, a política cultural adotada pelo País a partir do século XIX

foi protecionista, uma vez que exercia o mecenato junto aos artistas que viviam na Corte e promovia viagens à Europa para jovens talentosos, que tinham seus projetos financiados pelo governo, além de postos diplomáticos e políticos para poetas e romancistas numa verdadeira troca de favores. (LINDOSO, 2004, p. 24) Esta situação perdurou durante todo o Império e somente foi alterada no período denominado República Velha, graças à expansão do sistema educacional e a autonomia alcançada em algumas áreas da produção artística.

Na década de 1930, quando o cenário no Brasil era de mudanças econômicas, políticas e culturais, a partir de dois acontecimentos importantes – a Revolução de 30 e o Estado Novo – foi institucionalizado o primeiro órgão para efetivar “[...] políticas de bibliotecas públicas, mecanismos institucionais que facultavam o compartilhamento, a difusão e o uso da informação disponível para as comunidades” (OLIVEIRA, 1994, p.17). Em pleno governo ditatorial de Getúlio Vargas, através do Decreto-lei nº 93 de 21 de dezembro de 1937, criou-se o Instituto Nacional do Livro (INL), por iniciativa do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, com as seguintes competências: organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, editar obras de interesse para a cultura nacional, criar bibliotecas públicas e estimular o mercado editorial através da promoção de medidas para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no País (OLIVEIRA, 1994, p.43). A origem do INL resultou da incorporação das funções do Instituto Cairu, criado no mesmo ano para produzir a Enciclopédia Brasileira, e o Plano Nacional de Educação (PNE). Conforme explica Silva (1994, p.20), o Plano foi um documento,

[...] que consolidava os intensos debates, que ocorreram nos anos 20 e 30, sobre o sistema educacional brasileiro. Debates objetivando ampliar o acesso da população à educação, definir as responsabilidades da União, estados e municípios em assuntos educacionais, propor currículos e métodos de ensino, enfim, dotar o país de uma política nacional de educação, até então inexistente.

Em 1973, o Instituto é reestruturado através do Decreto nº 72.614 de 15 de agosto e nas suas atribuições ela passa de “editor” para “promotor

de publicações” não apenas de interesse à cultura nacional, mas também, de interesse educacional, científico e cultural (OITICICA, 1997, p. 6). Esse foi o período em que o INL mais beneficiou a iniciativa privada, transferindo a sua linha editorial para editoras comerciais estabelecidas.

A avaliação da atuação do INL nos seus cinquenta e dois anos de existência, de 1937 a 1989, é um tanto polêmica. No que diz respeito ao mercado livreiro do País, o Instituto buscou “[...] contribuir para a criação de uma cultura nacional [...] centrou seu trabalho no livro, como instrumento de estabilidade social e transmissão desta cultura” (OLIVEIRA, 1994, p.43). No entanto, na análise de Miceli (1979, p.159)

Estas competências do Instituto, agregadas às políticas de cooptação de intelectuais para o trabalho em organismos governamentais e de censura da atividade intelectual, permitiram ao Estado Novo controlar todo o ciclo de produção cultural impressa, desde a elaboração, passando pela editoração e comercialização, até sua divulgação.

Para Oiticica (1997, p.7), a transferência da linha editorial do INL para o setor privado não privilegiou a difusão do livro nem o estímulo à leitura, questão que se manteve insolúvel, pois

[...] o alvo imediato [...] não era necessariamente o público, mas a iniciativa privada, que além da exclusividade do mercado e da subvenção de seus custos, ganhava ainda o redimensionamento das compras de parte da edição pelo Estado [...].

Ficou patente que a simples oferta de livros não garantiu a formação de práticas de leitura, esta é uma crítica que se faz às ações do Instituto que deixou de lado mecanismos de desenvolvimento e formação leitora que “[...] deveriam ser ativados nas comunidades, concentrando sua ação na mera distribuição de obras como instrumento de enraizamento da biblioteca na sociedade” (OLIVEIRA, 1994, p.71).

A intervenção do Estado, pelo INL, na qualidade da difusão da informação através dos livros que comporiam os acervos das bibliotecas públicas foi algo bastante clara, sobretudo no período pós-64 já que “[...] sob o regime de co-edição a partir da Portaria nº 35, de 11/3/70, o INL

censurou diversas propostas de publicação através de pareceres que introjetavam a repressão do período” (OITICICA, 1997, p. 2). Ao mesmo tempo, o Instituto não conseguiu implementar a criação da Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional que constava do decreto de sua criação.

Considerando o quadro político, econômico e cultural daquele período, as ações do INL não devem ser tomadas apenas nos seus pontos negativos. Sua contribuição para o desenvolvimento da biblioteca pública no Brasil foi expressiva, bem como no desenvolvimento da biblioteconomia para a formação de recursos humanos especializados. Em 5 de novembro de 1987, através da Lei nº 7.624 o Instituto Nacional do Livro e a Biblioteca Nacional passaram a integrar a Fundação Nacional Pró-Leitura, que em 12 de abril de 1990 foi extinta, pela Lei nº 8.029 e suas atribuições foram transferidas para a Fundação Biblioteca Nacional.

Políticas Públicas nos Dias Atuais

A partir da década de oitenta, após o período ditatorial, algumas políticas foram empreendidas para a área cultural, através das chamadas leis de incentivo, como foi a Lei nº 7.505 de 20 de junho de 1986 – Lei Sarney – criada pelo Presidente José Sarney. Esta Lei foi substituída em 1991 pela Lei nº 8.313 – Lei Rouanet – elaborada pelo diplomata, ensaísta e cientista político Sérgio Paulo Rouanet, Secretário de Cultura da Presidência (1991/1992) no Governo de Fernando Collor.

A Lei Rouanet englobou todo o setor cultural e instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), com a finalidade de captar e canalizar recursos para a cultura, e a Comissão Nacional de Incentivo a Cultura (CNIC) ficou responsável pela análise dos projetos que se candidatam a receber incentivos da Lei. Ficou estabelecido que o PRONAC fará captação de recursos através do Fundo Nacional de Cultural (FNC), anteriormente denominado Fundo de Promoção Cultural; através do Fundo de Investimento Cultural e Artístico (FICART) e outros incentivos a projetos culturais. Estes incentivos poderão ser concedidos por pessoa jurídica ou pessoa física que poderão utilizar descontos do imposto de renda até

o limite de 4% do valor devido para empresa e de 6% para pessoa física. Quanto aos recursos do FNC, serão captados das empresas e de outros setores previstos na lei, dentre os quais, um por cento da arrecadação dos fundos de investimentos regionais e 3% oriundos das loterias federais.

Nas suas disposições preliminares, a Lei Rouanet avança em relação às práticas intervencionistas do Estado na produção cultural e prevê: a promoção da regionalização da produção cultural; o livre acesso às fontes de cultura; a valorização das manifestações culturais e seus criadores; a preservação dos bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico brasileiro; o estímulo à produção e difusão de bens culturais de valor universal formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória e prioridade ao produto cultural nacional. Bastante abrangente nas suas disposições, cita especificamente projetos na área editorial no Capítulo III, quando se refere ao uso do Fundo de Investimento Cultural e Artístico (FICART). O item III deste documento trata da “edição comercial de obras relativas às ciências, às letras e às artes, bem como de obras de referência e outras de cunho cultural” e no Capítulo IV, sobre incentivo a projetos culturais, cita no parágrafo terceiro os segmentos a serem beneficiados: no item b deste capítulo, consta “livros de valor artístico, literário ou humanístico” (BRASIL ..., 1991).

Embora bastante abrangente nas suas ações, a Lei Rouanet recebe várias críticas quanto à sua eficácia e à concentração das ações na região Sudeste e Sul onde estão situadas as grandes empresas que têm, de fato, interesse em financiar projetos culturais. Na área editorial quase que exclusivamente livros de arte são contemplados e, mais recentemente, projetos de livros em Braille. Segundo Dória (2006, p.1),

[...] não há muita transparência nos dados que permitiram julgar a eficácia da Lei Rouanet, mas também falta às análises uma clara consciência do sentido democrático que deveria perseguir uma lei que destina recursos do tesouro para atividades públicas. Ora, num país onde as leis costumam “pegar” ou “não pegar”, a Lei Rouanet inaugura uma nova modalidade: a das leis que “pegam” e fracassam. Ela não fracassou por falta de adesão, mas por excesso de adesão interesseira, contemplando apenas a perspectiva dos ganhos financeiros.

Ao completar 15 anos, em 2006, a Lei Rouanet continua provocando polêmica, mesmo após um ano e meio de discussões organizadas pelo Ministério da Cultura em todo País, e resultou num novo decreto que regulamenta a Lei Federal de Incentivo à Cultura. As mudanças, para alguns, tímidas, para outros prejudiciais aos denominados captadores de recursos, não altera os percentuais de renúncia fiscal, o que deverá acontecer no texto reformulado da lei que brevemente tramitará no Congresso Nacional. Na opinião de Paulo Oliver, conselheiro da área de humanidades da CNIC do Minc e vice-presidente do Instituto Interamericano de Direito Autoral, “[...] a noiva é a mesma, só mudou o vestido [...], o que deveria mudar é a ótica de análise dos processos. Há projetos bons, mas às vezes não são bem fundamentados” (O INCENTIVO..., p.16).

Outras políticas para o setor surgiram expressas na forma de leis mais específicas, como é o caso da Lei do Direito Autoral – Lei 9.610/98 e a denominada Política Nacional do Livro – Lei 10.753/2003, sendo esta voltada para as questões do livro e através dela instituiu-se “[...] o instrumento legal que autoriza o Poder Executivo criar e executar projetos de acesso ao livro e incentivo à leitura” (BRASIL..., 2003). As políticas também se manifestaram através de programas governamentais como Pró-leitura, Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), Fome do Livro e Vivaleitura, e programas mais específicos voltados para o livro didático e a biblioteca escolar – Programa Nacional de Biblioteca Escolar (PNBE) e o Programa Nacional de Livro Didático (PNLD).

Uma atualização da Lei do Direito Autoral ocorreu em 19 de fevereiro de 1998, quando entrou em vigor a Lei 9.610/98, a qual ampliou os suportes possíveis para difusão da informação, englobando as novas tecnologias. Baseia-se em convenções internacionais assinadas pelo Brasil. No Capítulo I, Título IV, trata-se especificamente da edição, e é enfática no binômio autor/editor, com relação à reprodução, conforme foi tratado no Capítulo 2.

Em 30 de outubro de 2003, foi sancionada a Lei nº 10.753, a Lei do Livro proposta pelo Senador José Sarney e que instituiu a Política Nacional do Livro. Esta Lei trata de questões pontuais relacionadas ao livro, desde a política nacional para a difusão e a leitura, até a editoração, distribuição e comercialização.

A regulamentação dessa Lei deverá apresentar o **Plano Nacional do Livro e Leitura**, “[...] de caráter trienal, e formas possíveis para a organização e estruturas capazes de formular, coordenar e executar ações dessa política setorial” (BRASIL..., 2003). O Artigo 7º do Capítulo III dessa Lei prevê o estabelecimento de linhas de crédito específicas para o financiamento das editoras e distribuidoras de livro. Essas linhas de crédito tornaram-se disponíveis, em 2005, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que, após estudo encomendado ao Grupo de Pesquisa em Economia do Entretenimento do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, intitulado *O desenvolvimento da cadeia produtiva do livro no Brasil em perspectiva internacional comparada: propostas de ações públicas e privadas na construção de uma agenda de transformação setorial*, estabeleceu parâmetros e normas para a liberação de crédito para o setor produtivo do livro.

A Lei do Livro não é algo novo. Entre 1974 e 1976, um grupo de editores e livreiros representando a CBL e o SNEL preparou um anteprojeto da Lei e, quando concluído, foi encaminhado ao Ministro da Educação Ney Braga, durante o Governo do presidente Geisel, que não deu a devida importância ao documento (hallowell, 2005, p. 597).

O Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) foi apresentado pelos Ministros da Cultura e da Educação, no dia 13 de maio de 2006. Por ocasião do encerramento do FORUM – PNLL/Vivaleitura 2006/2008. No documento apresentado é dito que o PNLL (2006, p.5)

[...] é uma ação liderada pelo governo federal para converter esse tema em política pública mediante a concentração e articulação dos esforços desenvolvidos pelos diversos atores sociais: estado, universidade, setor privado e demais organizações da sociedade civil que formam o chamado terceiro setor. Tem como objetivo central melhorar a realidade da leitura no País e, por isso, é construído e se desenvolve por meio de um processo que transcende a imediatez [...].

O PNLL possui quatro eixos estratégicos, vinte linhas de ação e um calendário anual de eventos. Os quatro eixos são os seguintes: democratização do acesso, fomento à leitura e à formação, valorização da leitura

e da comunicação e o quarto eixo, apoio à economia do livro. O primeiro eixo – democratização do acesso – contém uma referência à “melhoria do acesso ao livro e a outras formas de cultura letrada” e “incorporação e uso de novas tecnologias” (PNLL..., 2006 p.6). Essa ressalva é importante uma vez que no Capítulo II – DO LIVRO, na Lei nº 10.753, o livro não foi pensado e definido dentro dos parâmetros da sociedade da informação e dos novos suportes possíveis, salvo no item VII que trata de livros em meio digital para “uso exclusivo de deficientes visuais” (BRASIL..., 2003).

Um longo caminho foi percorrido até se chegar ao PNLL. No início do atual governo, a Secretaria Nacional do Livro e da Leitura – (SNLL) foi extinta e suas atribuições passaram à Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Antes de ser extinta a SNLL, responsável pela política do livro e da leitura no País, teve como secretário o poeta baiano Wally Salomão. Com a morte de Salomão em maio de 2003, a Secretaria foi dissolvida, obedecendo ao projeto do próprio secretário. Em 2004, é criado o Programa Fome do Livro, denominação bastante emblemática do populismo do governo, ligado à FBN que resultou de “[...] parte dos esforços do governo federal na tarefa de se construir uma política pública nacional para o livro, a leitura e a biblioteca pública no Brasil” (FUNDAÇÃO...,2005). Assumiu sua coordenação, Galeno Amorim, ex-secretário de cultura de Ribeirão Preto, primeiro município brasileiro a implantar uma Lei do Livro, Lei nº 9.353 de 5 de outubro de 2001.

Em julho de 2004, realizou-se em Ribeirão Preto o I Encontro Preparatório para o Fórum Nacional da Leitura, coordenado por Galeno Amorim, cujo objetivo era apresentar o Programa Fome do Livro – responsável pela implantação ou melhoria de bibliotecas públicas em municípios brasileiros – e discutí-lo com os vários segmentos ligados ao livro e a leitura. Esse Programa foi debatido em centenas de cidades brasileiras no decorrer do ano. A receptividade do programa, aparentemente não convenceu o então Presidente da FBN, Pedro Côrrea do Lago, e o Ministro da Cultura, Gilberto Gil tomou a seguinte medida “[...] tirou a coordenação do Programa Fome do Livro/ Plano Nacional do Livro e da Leitura de sob as asas da Fundação Biblioteca Nacional” (WASSERMAN, 2005).

De fato, a missão da FBN é ser: depositária do patrimônio bibliográfico e documental do Brasil, “[...] tem o objetivo de garantir a todos os cidadãos, desta e das futuras gerações, o acesso a toda memória cultural que integra seu acervo” (FUNDAÇÃO..., 2005). Cabe à Fundação cuidar do acervo, preservá-lo, recuperá-lo e disponibilizá-lo. Políticas de leitura cabem a outras instâncias. Ainda em 2002, a Câmara Brasileira do Livro, conforme relata Wassermann (2005), entregou um documento aos candidatos à Presidência da República, onde alertava sobre a missão da Biblioteca Nacional que deveria ser:

[...] focar o importante trabalho de preservação de seu valioso acervo e deixar a política do livro e da leitura para um órgão independente, capaz de dialogar com várias instâncias do governo para que o assunto deixasse de ser tratado como “perfumaria cultural” (WASSERMANN, 2005).

O ano de 2004 encerra-se, assim, com expectativas otimistas para os que fazem parte da denominada cadeia produtiva do livro. Em 21 de dezembro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei de Desoneração Fiscal (Lei Federal 11.030) que isenta “[...] a produção, comercialização e importação de livros do pagamento do PIS/Cofins/Pasep, o que varia entre 3,655 a 9,25%” (scortecci; perfetti, 2006, p. 29). Desse modo, editores, livreiros e distribuidores não mais pagarão qualquer tipo de taxa ou imposto sobre operações com livro gozando, pois, de imunidade tributária, conforme prevê a Constituição, na Seção II – Das Limitações do Poder de Tributar, Art. 150, inciso VI, alínea “d” (BRASIL. Ministério da Cultura, 2005). A desoneração é vista por alguns de forma bastante otimista, sobretudo pelo próprio governo, como uma garantia de uma redução no preço do livro, fato que não está assegurado. O Ministério da Cultura prevê

[...] que a lei vai causar dois tipos de impactos imediatos no mercado editorial brasileiro. Um deles é a redução dos preços nos livros, prevista para ocorrer já a partir deste mês e que deve chegar a 10% em três anos. A outra consequência é a retomada dos investimentos por parte de editores e livrarias para lançamentos de novos selos editoriais e a abertura de pontos de venda ainda no primeiro semestre deste ano (SCORTECCI; PERFETTI, 2006, p. 29).

A contrapartida dos empresários do livro à desoneração fiscal é oferecer “espontaneamente” 1% sobre o resultado da venda de livros para criar o Fundo Pró-Leitura. A expectativa do Fundo é gerar recursos da ordem de R\$ 45 milhões anuais a serem utilizados em projetos e programas para fomentar a leitura, as bibliotecas e, conseqüentemente, a própria indústria editorial. Em outubro de 2005, cinco entidades do livro – Associação Brasileira de Difusão do Livro (ABDL), Associação Brasileira de Editores e Livreiros (Abrelivros), Associação Nacional de Livrarias (ANL), Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL) e Câmara Brasileira do Livro (CBL), assinaram a ata de criação do Fundo. Os primeiros recursos do Fundo foram utilizados numa campanha de incentivo à leitura, com a participação, em caráter voluntário dos atores “globais” Reynaldo Gianecchini e Cleo Pires. O objetivo da campanha foi mostrar o livro como fonte de lazer e entretenimento, no entanto, a sofisticação do cenário dos *clips*, continua reforçando a idéia do livro como um lazer de elite. A escolha de atores que não têm uma trajetória profissional consolidada e popularizada junto às camadas sociais que seriam o foco da campanha e os livros apresentados como leituras desses atores, desconhecidos do grande público, fazem com que os *clips* não fixem a imagem de popularizar a leitura.

Na mesma solenidade de assinatura da Lei de Desoneração, foi lançado o calendário do Ano Ibero Americano do Livro e da Leitura – Ilimita que no Brasil recebeu a denominação de Viveleitura. Coordenado pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe (CERLALC), Unesco e governos dos países da região. Esse Programa teve como objetivo gerar políticas que contribuíssem para uma mudança de cenário para o livro e a leitura nos países Ibero-americanos, numa tentativa de reverter os baixos índices de leitura dos seus cidadãos. O Ilimita foi deliberado na XIII Reunião Anual de Cúpula Ibero-Americana dos Chefes de Estado e de Governo, realizada em novembro de 2003, em Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia (CENTRO...,2004).

No Brasil, no Ano Ibero Americano do Livro e da Leitura/Viveleitura foram realizadas inúmeras ações tais como: identificar e apoiar projetos já

existentes, criar medidas para promoção do livro e da leitura, articular com todos os segmentos da sociedade – instituições de ensino, iniciativa privada, representantes do mercado editorial, instituições não-governamentais. Essas ações incentivaram a criação da Câmara Setorial do Livro e Leitura (CSLL) (BRASIL.Ministério da Cultura...,2005) que faz parte dos órgãos consultivos do Sistema Minc e será acolhida pelo Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC).

A Câmara Setorial do Livro e Leitura é composta por vinte e seis membros, desde representante dos Ministérios da Cultura e da Educação, até representantes das diversas entidades do segmento livreiro, dos escritores, dos bibliotecários além de representantes das cinco regiões do País. A instalação e a posse da CSLL ocorreram em dezembro de 2005 e na oportunidade, foi discutida e elaborada a proposta do PNLL, lançado em março de 2006. No momento, esse Plano passa por uma consulta pública disponível no site www.pnll.gov.br.

O Plano que estava a cargo de Galeno Amorim até abril de 2006 está sob a coordenação de José Castilho Marques Neto e contará com um Comitê Executivo que será instituído pelos Ministérios da Cultura e da Educação. Segundo Castilho, a Coordenação Geral do PNLL poderá ser instalada tanto no Ministério da Cultura como na Biblioteca Nacional, porém o Comitê Executivo será o interlocutor entre o PNLL e os participantes do universo editorial, para que haja uma maior dinâmica (PNLL ..., 2006).

Em 11 de agosto de 2006, foi publicado no Diário Oficial da União, a Portaria nº 1 442, assinada pelo Ministro da Educação, Fernando Haddad e da Cultura, Gilberto Gil que institui o PNLL, com duração trienal, cuja execução será em regime de colaboração entre os governos federal, distrital, estadual e municipal tendo por finalidade:

[...] assegurar a democratização do acesso ao livro, fomento e valorização da leitura e fortalecimento da cadeia produtiva do livro como fator relevante para o incremento da produção intelectual e o desenvolvimento da economia nacional (BRASIL..., 2006).

Programas governamentais para o livro didático e para leitura

Sob a tutela do Governo Federal, por intermédio do MEC, existem ainda os programas específicos voltados para aquisição do livro didático para as escolas públicas Programa Nacional de Livro Didático (PNLD), Programa Nacional de Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) e para as bibliotecas escolares Programa Nacional de Biblioteca Escolar (PNBE). Essas aquisições, pelo volume de recursos que envolvem, sempre geraram uma disputa entre as editoras de livros didáticos e para-didáticos nacionais e nos últimos anos, a cobiça das editoras estrangeiras que se instalaram no Brasil.

Os programas governamentais de distribuição de livros didáticos se iniciaram em 1938, através do Decreto-Lei nº 1.006, que sob a coordenação do MEC, instituiu a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD). A finalidade desta Comissão era estabelecer condições para produção, importação e utilização do livro didático. Em 1966 foi criada a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), com o objetivo de coordenar as ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático. Em 1971 essa atribuição passou para o INL através do Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF) (BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Nacional do Desenvolvimento..., 2004).

Em **1976** a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) foi criada e assumiu, além das atribuições referentes ao material escolar, a execução do programa do livro didático. Até a implantação do PNLD e do PNLEM, várias outras denominações e siglas foram substituindo os programas existentes. Em 1983 a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) assumiu as atribuições da FENAME. No ano de 1985, com a edição do Decreto nº 91.542, de 19/8/85, o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF) foi substituído pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e ocorreram algumas mudanças: extinção do livro descartável para permitir a sua reutilização; aperfeiçoamento das especificações técnicas para produção dos livros; ampliação da oferta para os alunos de todas as séries e, finalmente, a participação dos professores no processo de escolha dos livros e o fim da participação financeira dos estados.

Atualmente, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/ FNDE mantém, com recursos financeiros do Orçamento Geral da União e da arrecadação do salário-educação, os programas voltados para o livro didático (PNLD) e (PNLEM). Adotou-se um processo de análise para a aquisição dos livros a serem distribuídos e, a cada três anos, é lançado um edital com os critérios estabelecidos, a fim de que os detentores dos direitos autorais inscrevam as obras didáticas. O processo de avaliação conta com a participação das universidades, uma vez que envolve livros de todas as disciplinas do currículo da educação básica. Ao final do processo de avaliação é elaborado o Guia dos Livros Didáticos, contendo resumo das obras para que os professores das escolas procedam à escolha dos livros a serem adotados. A principal crítica que se faz a esses programas voltados para o livro didático é a seguinte:

A acentuada centralização da participação de um grupo de editores no PNLD coloca em questão as perspectivas de descentralização do programa. Na medida em que, por sua posição no mercado, dispõe de mecanismos mais eficientes de divulgação, de *marketing* [...] alcançam grande poder de penetração e circulação entre seus “clientes”. Essa situação, associada a outros fatores, condiciona, em grande medida, a escolha feita pelo professor (HÖFLING, 2000, p.9).

O PNBE foi criado em 28 de abril 1997 através da Portaria Ministerial nº 584 e tem como objetivo possibilitar o acesso dos alunos e professores à informação, contribuindo para fomentar a prática da leitura e formação dos professores das escolas de ensino fundamental. Por intermédio deste Programa foram constituídos os acervos das bibliotecas escolares, formados por obras de referência, literatura e de apoio à formação dos professores. Esse acervo passa por um processo de escolha e seleção, através de edital previamente divulgado (BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, [1997]).

Quanto aos programas voltados às práticas leitoras, o Pró-Leitura foi criado em 1992 por iniciativa da Secretaria de Educação Básica - MEC em parceria com as Secretarias de Educação dos Estados, Universidades e Embaixada da França. Ele objetivou a formação continuada,

oportunizando ao professor a discussão teórica e ampliação do repertório de vivências de leitura e escrita, além de constituir estratégias de reflexão e de intervenção nas práticas pedagógicas. No atual site do MEC, este Programa não está mais acessível. Na página da Secretaria de Educação Básica faz-se referência à Política de Formação de Professores e Alunos Leitores cujo objetivo é similar ao Pró-Leitura.

Voltado para formação de leitores nos espaços sociais, o PROLER surgiu em 1992, quando foi institucionalizado através do Decreto nº 519 de 13 de maio e coordenado pelo teatrólogo Francisco Gregório e a Professora Eliana Yunes. Segundo os coordenadores, o PROLER

[...] já tinha como pressuposto o não estabelecimento de planos verticalizados e acabados para implantação. Pelo contrário, teorias e práticas vêm constantemente sendo repensadas e hoje o Programa continua adequando-se em resposta aos indicadores sinalizados pela sociedade (SILVA FILHO, 2006).

Atualmente ele está vinculado à Fundação Biblioteca Nacional e tem como sede a Casa da Leitura, no Rio de Janeiro, que dispõe dentre outras coisas de centro de referência e documentação para jovens e duas bibliotecas: uma infantil e outra juvenil. Sua atuação está vinculada a uma política de leitura e busca colaborar para qualificar as relações sociais, através da formação de leitores conscientes e críticos dentro do seu contexto social. Em meados de 1996, a nova direção da Fundação Biblioteca Nacional, através da Comissão Nacional, promoveu a integração do Proler com o MEC e outras instituições com experiência de leitura, tais como: Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), Associação de Leitura do Brasil (ALB), Programa de Alfabetização e Leitura da Universidade Federal Fluminense (PROALE/UFF) e MEC.

Ações para o livro e para cópias

Em busca de alternativas para solucionar a questão das cópias de livros em universidades, varias ações têm sido sugeridas. A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), propõe um sistema de Intranet

em que todas as obras ou trechos exigidos pelos cursos da instituição estejam disponíveis para impressão nos terminais da própria universidade. A Anhanguera Educacional, que mantém 10 faculdades no interior de São Paulo, criou o Programa Livro-texto. Através da parceria com quatro editoras, fazem tiragens personalizadas para as disciplinas da instituição. Com esse programa já foram publicados quatro títulos com uma tiragem de 32 mil exemplares.

Na Universidade de São Paulo (USP) foi aprovada uma norma sobre o uso de cópias, em que fica entendido como “pequenos trechos” como disposto na Lei 9.610, capítulos de livros ou de trabalhos científicos em revistas especializadas. A Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) criou um projeto intitulado *Cadernos Universitários*, cujo objetivo é estimular a produção de material didático pelo corpo docente e, conseqüentemente, diminuir o uso das cópias. Em 2004, foram impressos 19 384 exemplares, sendo que 85% deles tiveram um custo de R\$ 0,08 por página, incluindo a capa. Já foram publicados 302 cadernos para serem utilizados em sala de aula nos diversos cursos da instituição.

Algumas editoras comerciais, como a Forense, Saraiva, Atlas, Thomson dentre outras, possuem um catálogo *online* de obras. O interessado pode baixar o texto ou parte dele, de acordo com o que desejar, pagando por meio de cotas que variam entre R\$ 20,00 e R\$ 1.000,00 e que podem ser quitadas através de boletos bancários ou de cartões de crédito. As editoras estrangeiras instaladas no Brasil têm apostado na venda de conteúdo pela Internet. A Pearson lançou uma Biblioteca Virtual com acesso para aquisição do conteúdo. McGraw Hill Interamericana do Brasil, por exemplo, fornece exercícios complementares para professores via Rede. Várias ações vêm sendo desenvolvidas pelas editoras já que, segundo dados da ABDR, o gasto de cópias pelos alunos é superior ao faturamento das editoras de livros técnicos e científicos (EDITORAS investem..., 2006).

A Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU), em reunião anual realizada em Canela/RS, em agosto de 2005, decidiu pelo encaminhamento da *Carta de Canela*, destacando como pontos importantes: implantação de uma política institucional de apoio à produção do livro

universitário, inserção de percentual de 0,5 no orçamento global da instituição para a formação de um fundo que possibilite às bibliotecas universitárias adquirirem obras produzidas pelas editoras universitárias, além de estabelecer política interna inibidora de reprodução de cópias.

A própria ABDR lançou uma campanha em julho de 2005, que acabou sendo adiada, para ampliar o acervo das bibliotecas universitárias através de vendas em condições especiais, necessitando, no entanto da adesão das editoras. Houve de imediato uma reação por parte da Associação Estadual de Livrarias do Rio de Janeiro (AEL-RJ), pois as condições especiais oferecidas às universidades retirariam “as vendas às bibliotecas da alçada dos livreiros, os quais já não participam das polpudas vendas do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) [...], [o que] significa estrangular ainda mais o principal canal de distribuição do livro”. Mesmo sob protestos, a campanha foi implantada em outubro oferecendo 40% de desconto para as bibliotecas sobre o preço de capa, frete pago pelas editoras, no total de 58 participantes, e prazo de até 180 dias para o pagamento da fatura, conforme o número de exemplares adquiridos.

Em janeiro de 2006, o MEC lançou o Censo Bibliográfico da Graduação como parte de um projeto maior de ampliação e modernização do acesso à informação da comunidade universitária. Este projeto tem como objetivo “[...] recuperar e qualificar o acervo bibliográfico disponível aos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior”. (BRASIL...,2006). Além disso, pretende mapear a bibliografia básica considerada fundamental pelos docentes nas suas áreas de atuação acadêmica. O Censo servirá ainda como indicador para aquisição de novas obras para o acervo das bibliotecas das IFES. O investimento financeiro para implantação dessa ação é da ordem de 20 milhões de reais. O Censo foi disponibilizado no site do MEC no período de 23 de janeiro a 23 de abril. Até 1º de junho, 5.418 professores de 56 das 59 universidades federais tinham participado e indicaram 58.295 bibliografias entre livros e periódicos. A participação dos professores foi baixa tendo em vista que as IFES possuem 43.157 professores (lorenzoni, 2006). As ações subseqüentes já se iniciaram. O MEC enviou correspondência para as editoras referenciadas para iniciar o processo de aquisição da bibliografia indicada.

Essa ação do censo bibliográfico não foi algo novo. Em 2004, o MEC tentou implantar um Portal de Livros a partir do cadastramento de uma bibliografia básica pelos professores. O resultado ficou abaixo do esperado. Não se sabe qual o destino desse banco de dados, resultado do censo bibliográfico de 2004.

Os estudantes também desenvolveram ações que reforçam a posição adotada por eles, em defesa do uso de cópias de livros. Desse modo, seis diretórios acadêmicos do Rio de Janeiro e São Paulo (USP) – PUC-SP, Fundação Getúlio Vargas, Mackenzie, Ibemec-RJ e Universidade São Judas lançaram no final de fevereiro deste ano, um movimento denominado *Copiar livro é direito* e prepararam amplo material de divulgação em manifesto a favor da xerox. O principal argumento dos estudantes é o direito ao acesso à informação.

Nessa mesma linha de ação, o Instituto de Direito do Comércio Internacional e Desenvolvimento (IDCID), organização não-governamental (ONG) brasileira, deu entrada em junho, numa ação civil pública na justiça paulista contra a ABDR. O objetivo era conseguir na Justiça permissão para que estudantes e professores universitários possam reproduzir parcialmente obras protegidas desde que seja para fins educacionais, pesquisa acadêmica e docência.

A ação mais recente e em desenvolvimento pela ABDR trata da implantação da Plataforma Eletrônica de Venda de Conteúdo, uma parceria da ABEU, SNEL e a própria ABDR e tem como objetivo:

[...] legalizar a prática da cópia através da oferta de forma lícita de conteúdos acadêmicos. Para isso, a iniciativa transforma em parceiras as editoras, instituições de ensino superior com centrais de cópias homologadas, livrarias – incluindo aquelas com vendas on-line – e os alunos (ASSOCIAÇÃO...,2006).

Oito grandes editoras de livro técnico e científico – Atlas, Artmed Bookman, Forense, Guanabara Koogan, LTC, RT e Saraiva associadas à ABDR financiarão o projeto cujo investimento deficitário por nove meses é de 950 mil reais.

A mais recente iniciativa é a Declaração de Montevideo, como resultado da IX Conferência Ibero Americana de Cultura, realizada de 13 a 14 de julho de 2006 nessa cidade e encaminhada aos ministros e outras autoridades ligadas às políticas culturais dos países Ibero Americanos. Dentre os compromissos assumidos está a ratificação do “[...] interesse de garantir o acesso ao livro e a leitura, que contribuirá particularmente para o fortalecimento das bibliotecas públicas e escolares” (DECLARACIÓN..., 2006).

Como se observa, alternativas começam a surgir como solução para a questão das cópias nas universidades, mas não alcançaram ainda alguns de seus pontos essenciais. Tais propostas permanecem como soluções institucionais isoladas e, muitas vezes, conflitantes.

Discussões, ações institucionais e isoladas, em favor de políticas nacionais de leitura, como foi visto, vêm acontecendo há alguns anos. Em 1992, por exemplo, foi realizado no Rio de Janeiro, promovido pelo CERLALC e a Fundação Biblioteca Nacional, a Reunião Internacional de Políticas Nacionais de Leitura para América Latina e Caribe. Nesta reunião, a leitura foi defendida como responsabilidade de todos e recomendava-se que os países participantes criassem programas de efeitos multiplicadores, cujo objetivo era atingir um maior número de cidadãos – crianças, jovens e adultos – na tentativa de criar condições favoráveis ao desenvolvimento da capacidade leitora. Sobre o Estado e as políticas de leitura foi dito que

É função primordial do Estado ocupar-se dos direitos básicos da população e de seu desenvolvimento econômico e social. A leitura constitui-se num desses direitos e contribui para o desenvolvimento. O que se pede ao Estado é a *vontade política* para articular, estimular e apoiar experiências qualificadas (FUNDAÇÃO; CENTRO..., 1994, p.16) (grifo nosso)

Através da publicação que reúne os documentos das Reuniões Internacionais de Políticas Nacionais de Leitura para América Latina e Caribe ocorridas entre 1992 e 1994, verifica-se que muitas questões colocadas hoje, não diferem de quatorze anos atrás. Faltou e falta vontade política para avançar. Conforme divulgação do Instituto Paulo Montenegro o Brasil situa-se “[...] em último lugar numa avaliação que mediu a capacidade de leitura em 32 países” (A MELHOR ..., 2006).

A política pública do governo para o livro, leitura e biblioteca que desde 2003, a partir da Lei do Livro, vem sendo discutida e avaliada por todo o segmento da denominada cadeia produtiva do livro e com a sociedade em geral, precisa ser mais objetivada para se chegar a ações concretas que, de fato, possam reverter os quadros atuais. Observa-se que dentre as políticas propostas o ensino superior não é contemplado. Sabe-se que a realidade do estudante universitário é de baixa frequência nas bibliotecas, leituras fragmentadas através de cópias de livros, e embora vivendo na sociedade da informação, o acesso a informação está abaixo do desejável. A tecnologia faz parte do dia a dia de muitos estudantes, mas está longe de ser utilizada na ampliação do conhecimento, através do acesso a portais confiáveis.

PERSPECTIVAS DO ACESSO À INFORMAÇÃO

Diante do exposto, ao longo desse livro, no contexto da sociedade da informação, as influências dos avanços tecnológicos nas relações de poder destacam a informação como ponto central da sociedade contemporânea. A emergência de um novo paradigma tecnológico organizado em torno de novas tecnologias da informação para Castells (2003, p. 119), “[...] possibilita que a informação se torne o produto do processo produtivo”. As tecnologias são utilizadas pelas pessoas em seus ambientes sociais, econômicos e políticos, criando uma nova comunidade local e ao mesmo tempo global.

Nas universidades, o uso das tecnologias da informação tornou-se essencial para a conquista e democratização de novos saberes, avanço e difusão do conhecimento gerado através das pesquisas. Além do domínio da tecnologia em si, é preciso integrá-la às práticas cotidianas e fazer o uso devido dos conteúdos disponíveis, ou seja, adquirir competências para transformar as informações disponíveis em conhecimento e não fazer uso da *Pasta do professor*, prática que vem se ampliando no meio acadêmico. Segundo Marcovitch (2002), em função do volume e dos meios de acesso à comunicação científica, é preciso, “[...] uma nova atitude mental das pessoas e das instituições. [...] Não basta investir pesadamente na compra de equipamentos. É necessário mudar a [cultura] dos usuários”

Para Gomes, o acervo informacional, composto de dois ambientes, um individual e outro público, é construído a partir das práticas comunicativas e experiências vividas. O ambiente individual está relacionado ao “[...] *acervo armazenado* na memória [...] corresponde à subjetividade. O ambiente público relaciona-se aos acervos compostos dos conhecimentos comunicados, materializados em um *artefato* que chamamos informação [...]” (GOMES, 2000, p.64). Continuando sua análise, Gomes (2000, p.64) diz que no ambiente informacional público o conhecimento encontra-se materializado “[...] mediante uma determinada linguagem, em um determinado suporte, o que assegura sua navegação para além do espaço e do tempo de sua construção”.

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) possibilitam que o acesso e uso da informação ocorram num contexto diferente e distante de onde foi produzido. Os emissores originais fazem a interlocução com vários sujeitos ao mesmo tempo. Não é possível controlar o que está disponível e acessar tudo aquilo que possa contribuir para receptores avançarem em novos conhecimentos. É necessário que os receptores realizem uma seleção, verifiquem a legitimidade dos conteúdos e para tanto, é preciso adquirir competências. Para Marcovitch (2002), ao refletir sobre o ambiente das universidades “[o] grande desafio que teremos pela frente será o de preparar nossos quadros de referência para lidar com essa quantidade de informações e saber selecionar o que precisamos dentro da extraordinária disponibilidade existente”. Segundo Targino (2003, p.6)

[...] o processo avaliativo é básico quando da distinção entre o que é científico ou não, e assim sendo, o usuário requer, agora, treinamento que lhe permita explorar a riqueza de possibilidades dos meios eletrônicos de forma racional, responsável e ágil.

Esse processo avaliativo é dificultado pela própria cultura do sistema educacional brasileiro, destacando o universitário, que não favorece, na maioria das vezes, a valorização, de forma adequada, da produção científica dos seus autores, bem como, segundo Waters (2006, p.25) “[...] a insistência na produtividade, sem a menor preocupação com a

recepção do trabalho. Perdeu-se o equilíbrio entre estes dois elementos – a produção e a recepção”.

Um dos caminhos para superar o uso da *Pasta do professor* é incorporando as TIC ao cotidiano das universidades. No entanto, é fundamental adquirir competências informacionais. Para isso é necessário uma adaptação ao novo tipo de suporte utilizado para leitura. Para Chartier (2002, p.113),

[...] uma revolução da técnica de produção dos textos, uma revolução do suporte do escrito e uma revolução das práticas de leitura. [...] transformam profundamente nossa relação com a cultura escrita [...] [e] a apresentação eletrônica do escrito modifica radicalmente a noção de contexto e, ainda, o próprio processo da construção do sentido.

A construção do texto no formato eletrônico utiliza uma arquitetura textual que transfere para o leitor o domínio da composição, do recorte e da seleção do que ele deseja ler. O desenvolvimento da Internet possibilitou essa nova forma de escrita, de edição, de distribuição e de leitura, sobretudo a “[...] multiplicação de documentos digitais, de editores eletrônicos, de livrarias virtuais, de obras de referência e de bases de dados textuais *on-line*, de obras hipertextuais [...]” (FURTADO, 2006, p.29).

É necessário o empenho de cada sociedade não apenas na composição do conjunto de tecnologias cada vez mais disponibilizadas, mas, conforme se posiciona Werthein (2000, p.77),

[...] ampliar o volume de informações de *qualidade* e de domínio público disponível na Internet no(s) idioma(s) de expressão da população de cada sociedade. Isso envolverá convencer o governo e centros produtores do conhecimento financiados por recursos públicos a tornarem disponíveis ao público as informações produzidas. [...] Cabe a cada sociedade decidir que composição do conjunto de tecnologias educacionais mobilizar para atingir suas metas de desenvolvimento. (grifo nosso)

O uso das tecnologias educacionais no Brasil ainda está longe de atingir metas de desenvolvimento. No caso das universidades é grave a situação, sobretudo pelo uso da tecnologia para copiar,

[...] instrumento básico de formação dos alunos, lamenta Yvonne Maggie, editora da UFRJ. [...] As pastas que os professores deixam nas lojas [copiadoras] geralmente estão recheadas de textos mal organizados e sem identificação da obra ou do autor. 'O aluno perde a noção do que está lendo', alerta Renato Janine (ALVES, 2001).

As práticas de acesso à informação e sua disponibilidade no meio acadêmico precisam ser mais bem direcionadas para os estudantes. Assim como a leitura é também uma política de governo e como tal deve envolver toda a sociedade, ela precisa ser discutida e definida, particularmente a comunicação científica que é financiada, na maioria das vezes com recursos públicos através das agências de fomento à pesquisa.

As IES precisam inserir nas práticas pedagógicas, o quê de melhor as tecnologias podem agregar de valores para os avanços nos sistemas de aprendizado e formação profissional do seu corpo discente. A apropriação de novos saberes, para o domínio da tecnologia disponível, requer investimento na preparação dos professores e dos servidores técnico-administrativos no domínio das novas competências. Estas se tornam necessárias para estimular uma maior interlocução com os estudantes e a adoção de uma “cultura” de uso de fontes de informação que procure um equilíbrio entre o direito autoral e o interesse público, assegurando o acesso à informação.

pasta do
professor
professor
textos didáticos

PASTA DO PROFESSOR: A PRÁTICA DE COPIAR TEXTOS DIDÁTICOS

Este capítulo trata da análise dos principais resultados obtidos com a pesquisa. Foram distribuídos 21 questionários a professores, previamente selecionados, dos cursos de Administração de Empresas das quatro universidades de Salvador – UFBA, UNEB, UNIFACS e UCSAL, conforme estabelecido nos critérios da pesquisa. A taxa de retorno foi de quase 100%. Apenas um professor não respondeu. Considerou-se, portanto, que a taxa de questionários preenchidos permitiu uma análise satisfatória.

O instrumento de coleta de dados estava dividido em cinco partes:

1. Perfil do sujeito;
2. Bibliografia (indicação, atualização);
3. *Pasta do professor* e atuação da Associação Brasileira de Direitos Reprográficos (ABDR);
4. Censo bibliográfico;
5. Direito autoral

Como resultado obtido, o perfil do sujeito dessa pesquisa foi caracterizado como: maioria do gênero masculino, média de idade de aproximadamente 50 anos, graduação em Administração pela UFBA e, como maior titulação, especialização ou mestrado.

Para segunda parte os resultados indicam:

- Todos os professores entrevistados adotam uma bibliografia;
- Apenas quatro respondentes não participaram da definição da bibliografia;
- A maioria (16 entrevistados) mantém a bibliografia atualizada;
- Quanto a atualização: sete fazem anualmente e seis, sempre que necessário;
- A maioria procede com a leitura dos itens que compõem a bibliografia indicada;
- O português é o idioma preferido para fontes de informação indicadas, ficando o espanhol em segundo lugar.

Para identificar quais os meios utilizados pelos docentes para conhecer os lançamentos editoriais, foram relacionadas quinze opções de respostas, sendo possível marcarem mais de uma alternativa. Dos 20 respondentes, 17 afirmaram visitar livrarias locais, 16 disseram receber por e-mail informativo dos lançamentos das editoras, 12 assinalaram receber informativos impressos enviados pelas editoras e o mesmo número de respondentes indicou acatar sugestões de colegas. Complementando esta questão, 13 indicaram receber exemplares de livros enviados como cortesia pelas editoras, o que mostrou que a antiga prática do mercado editorial de livros didáticos, de proceder à divulgação de seus lançamentos no segundo semestre para adoção no ano seguinte, foi incorporada também pelas editoras de livros científicos, técnicos e profissionais, que anualmente distribuem entre os professores, 10% do total de livros produzidos nesses dois setores. (EARP; KORNIS, 2005, p.44)

A preferência pela atualização da bibliografia através de visita às livrarias demonstra que o contato direto com as fontes de informação pertinentes às disciplinas ministradas pelo docente, além da possibilidade de rápido acesso aos lançamentos, ainda é preponderante para a população estudada. Ressaltamos, no entanto, que dos 45 pontos de venda de livro existente em Salvador, 23 têm no livro apenas um item, dentre tantos outros que são comercializados. As livrarias que estão voltadas

para o livro científico, técnico e profissional, “[...] não comercializam outros produtos, ou quando comercializam têm no livro sua principal fonte de faturamento e principal produto oferecido ao consumidor” (Barros, 2006). Estas, conforme pesquisa de Barros (2006), totalizam quatro em Salvador sendo três no centro da cidade e uma na Região Administrativa da Barra, bairro dessa cidade.

Quanto à informação via e-mail, percebe-se a estratégia de marketing adotada pela maioria das editoras que fazem uso das TICs para alcançar o seu público, graças ao sistema de cadastramento utilizado por elas. A estratégia de divulgação é reforçada pela distribuição gratuita de exemplares de suas publicações, conforme comentado anteriormente. A indicação de colegas, por fim, demonstra que há um diálogo entre os pares.

Quanto à forma de acesso aos itens que leram ou estão lendo, 13 dos respondentes informaram ter adquirido os mesmos com recursos próprios. Este mesmo percentual foi válido para aqueles que os receberam como doação das editoras. Confirmou-se o procedimento adotado pelas editoras como instrumento de divulgação. Três alternativas obtiveram uma mesma frequência relativa correspondente a quatro indicações, quais sejam: acesso através da internet, empréstimo através da biblioteca e empréstimo de um colega. De certa forma esse quadro ratifica o hábito da troca de informações entre os pares e a baixa frequência dos serviços de empréstimo através das bibliotecas, além de confirmar que o uso do livro eletrônico vai conquistando o meio acadêmico, através do professor. A pergunta previa a seleção de mais de uma alternativa.

As três últimas questões dessa parte do instrumento de coleta de dados referiam-se às preferências dos respondentes quanto ao tipo de fonte de informação. A preferência para leitura pessoal foi o livro, que obteve frequência relativa de 40,7%, seguido do artigo de periódico. Quanto à preferência para indicação na bibliografia, prevaleceu capítulo de livro e artigo de periódico, itens que também são disponibilizados para cópia.

Constatou-se e confirmou-se, portanto, o que ocorre na prática. Os professores universitários não têm por hábito a adoção de um único livro. Eles estruturam suas disciplinas sob a ótica de diferentes autores, o que provoca a fragmentação das leituras e, conseqüentemente,

do conhecimento. Daí a prevalência do uso de cópia de capítulos de livros e de artigos de periódicos. Um outro fator que parece contribuir também, para a predominância dessa prática é o elevado número de obras esgotadas. “Um levantamento recente realizado por estudantes do curso de Ciências Sociais da FFLCH-USP mostrou que mais de 30% da bibliografia básica [...] estavam esgotadas” (ORTELLADO; MACHADO, 2006, p.13).

A terceira parte do instrumento de coleta de dados referia-se mais de perto ao tema desta pesquisa – a *Pasta do professor* – denominação utilizada para designar a pasta que contém os textos selecionados pelos professores das disciplinas e que estão disponíveis nas copiadoras instaladas nas próprias universidades. Quando perguntados se sabiam o que era a *Pasta do professor*, a maioria dos respondentes (12) afirmou saber o que o termo significava e sete afirmaram desconhecê-lo, confirmando que essa prática faz parte da cultura do meio acadêmico.

Metade dos entrevistados assume que existe uma *Pasta do professor* para uso da sua disciplina e assumem a iniciativa de disponibilizá-la, a maioria utiliza a copiadora da própria unidade de ensino.

Após a análise dos resultados obtidos para esse grupo de questões, tudo indica que a prática de copiar textos para leitura no âmbito das disciplinas acadêmicas, instituída nas universidades por meio da *Pasta do professor*, tem no próprio professor uma figura central. O papel deste ator na *rede de associações* que mantém esta prática viva e cada vez mais forte é sem dúvida muito importante, pois não só o professor é quem indica os itens da bibliografia, os quais devem ser lidos, como muitas vezes ele mesmo cria a *Pasta* da sua disciplina que será mantida na copiadora. Evidentemente, embora seu papel seja crucial, o professor não produz sozinho tal comportamento social. É importante observar que há vários fatores já mencionados nesta análise, os quais funcionam como estimuladores para a prática da cópia, sobretudo os políticos e econômicos.

As quatro últimas questões da terceira parte do questionário faziam referência à Associação Brasileira de Direitos Reprográficos (ABDR), entidade que representa os empresários do livro e age de forma punitiva com relação ao uso das cópias. Obteve-se os seguintes resultados: 70% dos sujeitos afirmaram conhecer a Associação e 30% disseram não a conhecer.

A quarta parte do instrumento de coleta de dados fez referência ao *Censo Bibliográfico*, organizado pelo MEC com o objetivo de mapear a bibliografia básica considerada fundamental pelos docentes nas suas áreas de atuação acadêmica. O Censo servirá ainda como indicador para aquisição de novas obras para o acervo das bibliotecas das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Essas questões apresentaram baixos percentuais de resposta. Apenas quatro tinham conhecimento do Censo e 15 manifestaram total desconhecimento. Vale ressaltar que entre os sujeitos pertencentes à UFBA, instituição federal diretamente atingida pela ação, nenhum tinha conhecimento, apesar da ampla divulgação feita pelo MEC e pela própria Universidade. Dos quatro que tinham conhecimento do Censo, três elencaram os benefícios declarados dessa ação, quais sejam o aumento do hábito de leitura e o crescimento da aquisição de livros.

A quinta e última parte do questionário buscou identificar a relação dos respondentes com a questão do direito autoral, através da publicação de obras de sua autoria. Contudo, apenas um respondente possuía livro publicado nos últimos cinco anos e este, em se tratando de edição do próprio autor, não permitiu responder as questões subsequentes: assinatura de contrato e recebimento de direito autoral. Essa constatação reflete a realidade da atividade editorial de Salvador, marcada por iniciativas pessoais, já que o número de editoras existentes é bastante reduzido. Das quatro instituições que fazem parte do universo dessa pesquisa, apenas uma possui editora atuante, a Universidade Federal da Bahia. O respondente que possui livro publicado não faz parte dessa Instituição. Essa realidade não é privilégio apenas de Salvador. Nas regiões Norte e Nordeste a indústria editorial ainda é bastante incipiente, e as editoras universitárias exercem importante papel como difusoras da produção científica local.

Entre os demais indivíduos da amostra prevaleceram publicações em eventos científicos, talvez em função da frequência com que esses eventos ocorrem no ambiente acadêmico.

conclusão

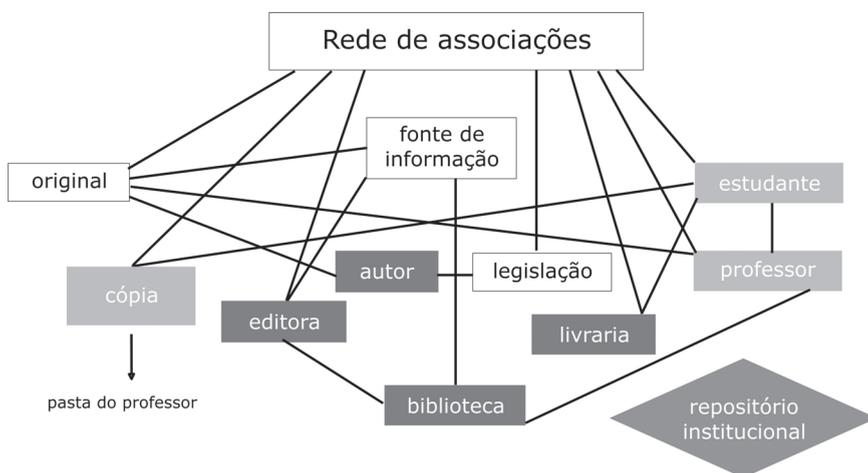
CONCLUSÃO

conclusão

Os resultados desta pesquisa demonstraram que seu objetivo principal, de descrever e estudar o uso de cópias no ambiente universitário de Salvador foi plenamente alcançado. Pôde-se, em especial constatar e comprovar o papel decisivo desempenhado pelo professor na *rede de associações* que dá sustentação à prática da cópia neste contexto. No cumprimento de sua função profissional, o professor universitário vem levando o estudante à prática da cópia, mesmo que, na maior parte das vezes, por desconhecimento da complexidade da questão.

O baixo desempenho da atividade editorial em Salvador e um reduzido número de autores com livros publicados, refletem-se no posicionamento dos respondentes quanto ao direito autoral, bem como na atitude do mesmo em relação à *Pasta do professor*, quando se trata de texto de sua autoria. Observa-se também esse fenômeno cultural no meio universitário – o uso de cópia – tem nas bibliotecas universitárias o ambiente propício para que essa prática seja incentivada, em função dos acervos defasados e reduzidos. O compromisso dos professores com relação às fontes de informação que utilizam em suas disciplinas, atualizando a bibliografia e, adquirindo novos livros, demonstra haver uma preocupação com as indicações que faz para o aluno. A preferência por capítulos de livros confirma a prática da fragmentação da informação e, conseqüentemente, o comprometimento do conhecimento.

Para que as instituições de ensino superior (IES) estejam inseridas na sociedade da informação, modifiquem a cultura, hoje em vigor nas Instituições, qual seja o uso de fontes de informação disponíveis na *Pasta do professor*, é necessário fortalecer alguns atores da *rede de associações*. Após análise dos resultados desta pesquisa, verificou-se que existem especificidades locais que tornam a atuação de determinados atores bastante “fraca”, no caso a editora, em função do baixo desempenho da atividade editorial, seria a principal, seguida pela livraria e biblioteca. Por outro lado, a legislação não exerce a função punitiva como ocorre no eixo Rio de Janeiro – São Paulo. A fonte de informação é o *ponto de passagem* e a cópia, o professor e o estudante são os atores mais “fortes” dessa rede. De fato, o cumprimento da legislação fica sujeito a ingerências que fogem ao controle desses atores, sendo a condição sócio-econômica a principal causa.



Acredita-se que dentre as medidas que devem ser adotadas para uma ampla disseminação da comunicação científica produzida no âmbito acadêmico e uma redução no uso da cópia seja a introdução de um ator na *rede de associações* denominado repositório institucional. O principal desafio é a mudança de paradigmas com relação à produção apenas do texto impresso uma vez que disponibilizar os resultados das pesquisas em meio eletrônico significa difundir em rede mundial ampliando o acesso, a visibilidade e a avaliação pelos pares. A perspectiva para as IES é a adoção desses repositórios para abrigar a produção científica, artística e cultural objetivando a preservação da memória e a democratização do conhecimento produzido.

Esse poderá ser um caminho para que as universidades ampliem os acervos de suas bibliotecas, mesmo que na forma digital, e que o estudante tenha acesso a uma diversidade de pensamento, porém não-fragmentado.

Dentre as recomendações destacam-se:

- a) Definir uma política das Instituições para a criação do repositório institucional, através do qual será disponibilizado um conjunto de serviços para seu corpo docente, discente e de técnicos;
- b) Criar estrutura para instalar os repositórios institucionais e estabelecer normas para o seu funcionamento;
- c) Adequar a produção editorial das instituições às tecnologias de comunicação e informação adotando o sistema de publicação eletrônica para livros e periódicos, que deverão conviver com a edição em papel em menor escala, inserindo as editoras universitárias no contexto das TICs;
- d) Difundir as bibliotecas digitais para livros e periódicos no âmbito das universidades;
- e) Assegurar o acesso livre como forma de maximizar a pesquisa e a disseminação de documentos de interesse da comunidade acadêmica e científica.

Entre os Impactos dessas ações podem ser citados os seguintes:

- a) Ampliação da visibilidade e reputação da instituição trazendo ganhos para toda a comunidade;

- b) Adoção das publicações eletrônicas como meio de reduzir custos e ampliar o acesso para garantir a atualidade da informação;
- c) Apoio de órgãos financiadores que vêm no mundo digital uma forma democrática de acesso à informação;
- d) Integração global da instituição;
- e) Internacionalização das pesquisas.

referências

REFERÊNCIAS

ALVES, Rodrigo. A pedagogia da fotocópia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, 20 maio 2001. Disponível em <http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/cadernob/2001/05/20/jorcab20010520005.html>. Acesso em: 14 de jun. 2005.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **Presidential committee on information literacy**: final report. Washington, D.C., 1989. Disponível em: <<http://www.ala.org/ala/acrl/acrlpubs/whitepapers/presidential.htm>>. Acesso em: 06 ago. 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS. **Carta de Canela**. São Paulo, 2005. Disponível em: http://www.abeu.org.br/releases/carta_de_canela.doc. Acesso em: 26 set. 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIREITOS REPOGRÁFICOS (ABDR). **Plataforma eletrônica de venda de conteúdo**. São Paulo, 2006. Apresentação durante a Reunião dos associados da ABDR, SNEL e ABEU.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA A PROTEÇÃO DOS DIREITOS EDITORIAIS E AUTORAIS. [Site eletrônico]. Disponível em: <<http://www.abdr.org.br/>>. Acesso em: 25 ago. 2005.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Mudanças estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica. **Ciência da Informação**, Brasília, v.27, n.2, p.122-127, maio/ago. 1998.

_____. Transferência da informação para o conhecimento. In: AQUINO, Miriam de Albuquerque (Org.). **O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades.** João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2002. p. 49-59.

BARROS, Susane Santos. **Produção e comercialização do livro na Sociedade da Informação: o caso de Salvador.** 2006. 70f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) - Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____; JAMBEIRO, Othon; BORGES, Jussara. Políticas públicas para o livro e a leitura e sua influência na indústria editorial de Salvador. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2005.

BERTOL, Rachel. Mitos e verdades: livro no Brasil é caro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 fev. 2006. Disponível em <www.abrelivros.org.br>. Acesso em: 24 de fev. 2006

BOMFÁ, Cláudia Regina Ziliotto. **Revistas científicas de engenharia de produção: critérios e procedimentos para a concepção em mídia digital.** 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina.

BRAGANÇA, Aníbal. A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leituras, história e história da leitura.** Campinas, SP: Mercado de Letras; Associação de Leitura no Brasil, 1999. p.451- 476.

BRASIL tem índice de desenvolvimento médio (ONU). Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/materias/economia/2105001-2105500/2105414/2105414_1.xml>. Acesso em: 1º abr. 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 25. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005. (Textos básicos; n. 37)

BRASIL. **Lei 10.695, de 1º de julho de 2003.** Altera e acresce parágrafo ao art. 184 e dá nova redação ao art. 186 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/combatepirataria/servicos/legislacao/2003lei10695.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2005.

BRASIL. **Lei 10.753, de 30 de outubro de 2003.** Institui a política nacional do livro. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.753.htm> Acesso em: 25 abr. 2004.

BRASIL. **Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991.** Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Cultura - PRONAC. Disponível em: <<http://www.minc.gov.br/legisl/docs/L-008313.htm>> Acesso em: 14 abr. 2006.

BRASIL. **Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/legis/leis/9610_98.htm>. Acesso em: 24 abr. 2004.

BRASIL. **Lei 9.934, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/CCIVIL/leis/L9394.htm>. Acesso em: 24 abr. 2005.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Diretrizes básicas para a política nacional do livro, leitura e bibliotecas (2006/2022)**. Brasília, 2005. Documento apresentado durante a reunião de instalação da Câmara Setorial do Livro e Leitura (CSLL).

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo bibliográfico da graduação**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/acsindex.php?option=content&task=view&id=135&Itemid=303> . Acesso em: 10 fev. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Nacional do Desenvolvimento da Educação. **Livro didático**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.fn.de.gov.br/home/index.jsp?arquivo=/livro_didatico/livro_didatico.html#historico>. Acesso em: 23 maio 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Interministerial n. 1442, de 10 de agosto de 2006. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Seção 1, Brasília, DF, n. 154, p. 18-19, 11 de ago. 2006. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/imprensa/in>>. Acesso em: 17 ago. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Coordenação Geral de Estudos e Avaliação de Materiais. **[Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)]**. [Brasília, 1997]. Disponível em <<http://www.mec.gov.br/sef/fundamental/avaliv.shtm>>. Acesso em: 27 out. 2005.

BRASIL. Ministério da Justiça. Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual. **Combate à pirataria**. [Brasília, 2004]. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/combatepirataria>>. Acesso em: 20 ago. 2005.

BRASIL. **Projeto de Lei 5.046, de 12 de abril de 2005**. Altera a Lei 9.610. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/proposicoes>. Acessado em: 11 jun. 2005.

BRITO, Agnaldo. Livro sob encomenda vira arma contra fraude. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 08 jun. 2005. Disponível em: <<http://www.abrelivros.org.br/abrelivros/texto.asp?id=1214>>. Acesso em: 15 ago. 2005.

BUFREM, Leilah S. **Editoras universitárias no Brasil**. São Paulo: USP, 2002

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2003.

_____; BRIGGS, Asa. **Uma história social da mídia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

CABRAL, Plínio. **Revolução tecnológica e direito autoral**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1998.

CAMPBELL, Angus, A.; KATONA, Georgia. The sample survey: a technique for social science research. In: NEWCOMB, Theodore M. (Ed.). **Research methods in the behavioral sciences**. New York: The Dryden Press, 1953. p.14-55.

CAMPELLO, Bernadete Santos; CEDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

CARBONI, Guilherme C. Os desafios do direito autoral em tempos de Internet. **Revista do Terceiro Setor**, Rio de Janeiro, 12 nov. 2004. Seção Ponto de Vista. Disponível em:

<<http://amuda.rits.org.br/notitia/servlet/newstorm.notitia.apresentacaoServletDeSecao?codigoDaSecao=11&dataDoJornal=1100293228000>>. Acesso: 19 jul. 2005.

CARBONI, Guilherme C. **A lei nº 10.695/03 e seu impacto no direito autoral brasileiro**. Disponível em: <<http://psj.com.br/artigos/artigos100/PROLEGIS-136.htm>>. Acesso em: 07 jul. 2005.

CARVALHO, Kátia de. **Travessia das letras**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 7.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v.1)

CATALISADORES do conhecimento. **Panorama Editorial. Revista Mensal da Câmara Brasileira do Livro**, São Paulo, v.2, n.20, p. 20-26, jun. 2006.

CENTRO REGIONAL PARA EL FOMENTO DEL LIBRO EM AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CERLALC); ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (OEI). **Agenda de políticas públicas de leitura**. Colômbia, 2004.

CHARTIER, Roger. **As aventuras do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

COLORADO STATE UNIVERSITY. Welcome to writing @CSU. Disponível em: <<http://writing.colostate.edu/index.cfm>>. Acesso 19 fev 2006.

CONDE, Miguel. Em outros países, cópia integral é permitida. **O Globo**, Rio de Janeiro, 1º abr. 2006. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 3 abr. 2006.

CONVENÇÃO de Roma para proteção dos artistas, interpretes e executantes, de 1961. Disponível em: <www.aptc.org.br/biblioteca/roma.htm>. Acesso em: 24 jul. 2006.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Portaria nº 13, 15 fevereiro de 2006**. Institui a divulgação digital de teses e dissertações produzidas por programas de doutorado e mestrado reconhecidos. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em: 20 maio 2006.

AS CÓPIAS de livros. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 set. 1998. Notas e Informações.

CROPANI, Ottaviano De Fiori. **Livro, biblioteca e leitura no Brasil**. Brasília, 1998. Disponível em <<http://www9.cultura.gov.br/textos/of01.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2004

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica**; o ensino superior na república populista. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

CUNHA, Murilo Bastos da. Desafios na construção de uma biblioteca digital. **Ciência da Informação**, Brasília, v.28, n.3 p. 255-266, jan./abr. 2000.

_____. Estado atual das bibliotecas digitais no Brasil. In: MARCONDES, C. *et al.* (Org.). **Bibliotecas digitais**: saberes e práticas. Salvador: EDUFBA; Brasília: IBICT, 2005.

_____. **Para saber mais: fontes de informação em ciências e tecnologia**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2001.

DECLARACIÓN de Montevideo. In: CONFERENCIA IBEROAMERICANA DE CULTURA, 9., 2006, Montevideo, Uruguay. Disponível em <<http://www.oei.es/ixcic.htm>>. Acesso em: 27 jul. 2006.

DIAS, Cláudia Augusto. Hipertexto: evolução histórica e efeitos sociais. **Ciência da Informação**, Brasília, v.28, n.3, p.269-277, set./dez. 1999. Disponível em: <<http://www.ibict.br/>>. Acesso em 28 abr. 2004.

DICIONÁRIO interativo da educação brasileira. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=371>>. Acesso em 24 de fev. 2006

DOMÍNIO público. Missão. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/Missao/Missao.jsp>>. Acesso em: 20 maio 2006.

DORIA, Carlos Alberto. É chato dizer, mas a Lei Rouanet fracassou. **Trópico**. Disponível em: <<http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/1411,1.shl>> . Acesso em: 14 abr. 2006

EARP, Fábio S.; KORNIS, George. **A economia da cadeia produtiva do livro**. Rio de Janeiro: BNDES, 2005. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/ebook/ebook.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2005.

ECO, Humberto. **Muito além da Internet**. Disponível em <www2.fgv.br/biblioteca/geral/docs/Internet.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2004

EDITORAS investem em livros sob encomenda... e internet contra a pirataria. **Valor Econômico**, 8 mar. 2006. Disponível em: <http://www.valoronline.com.br>. Acesso em: 20 mar 2006

EDITORAS lançam títulos com tiragem menor. **Valor Econômico**, 31 ago. 2006. Disponível em: <http://www.valoronline.com.br>. Acesso em: 5 set 2006.

EISENSTEIN, Elizabeth L. **A revolução da cultura impressa**: os primórdios da Europa moderna. São Paulo: Ática, 1998.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. **O aparecimento do livro**. São Paulo: Editora UNESP; HUCITEC, 1992.

FELICIE, Ada Myriam. Reflexión sobre el lado oscuro de la propiedad intelectual: amenazas al acceso a la información. **Acesso: Revista Puertorriqueña de Bibliotecología a la Información**, San Juan. 2004. p. 79-89. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=25600606>>. Acesso em: 21 jan. 2006

FREITAS, Lídia S.; SILVA, Maurício da. Leitura e universidade: reflexões para a construção de uma outra história. In: MACIEL, Alba Costa. **Algumas reflexões sobre o ensino e práticas na área de informação**. Niterói: EDUFF, 1998. p. 83-95. (Estudos e Pesquisas; 2)

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Rio de Janeiro). **Instalação da Câmara Setorial do Livro e da Leitura**. Rio de Janeiro, 2005. 74 p.

_____. **Projetos estratégicos MINC/FBN: Programa Fome de Livro**. Disponível em: <<http://www.bn.br/script/FbnFomePrincipal.asp>>. Acesso em: 15 jan. 2005.

_____; CENTRO REGIONAL PARA O FOMENTO DA LEITURA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CERLALC). **Reuniões internacionais de políticas nacionais de leitura**. [Rio de Janeiro, 1994]. 56 p. A publicação reúne três documentos referentes as reuniões internacionais sobre o tema leitura.

FURTADO, José Afonso. **O papel e o pixel**: do impresso ao digital: continuidades e transformações. Florianópolis: Escritório do Livro, 2006.

GANDELMAN, Henrique. **O que você precisa saber sobre direitos autorais**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2004.

GOLDIN, Daniel. **En torno a las políticas públicas del libro y la lectura**. In: **Pasajes de la edición: hablan los profesionales**. Guadalajara: Cerlalc/ Universidad de Guadalajara, 2003, p. 162 – 168.

GOMES, Henriette Ferreira. O ambiente informacional e suas tecnologias na construção dos sentidos e significados. **Ciência da Informação**, Brasília, v.29, n.1, p. 61-70, jan./abr. 2000.

GUTIRRE, Jézio. **O livro e a produção acadêmica**. Disponível em: <<http://www.pluricom.com.br/forum.php?artigo=39>> Acesso em: 10 jun.2006.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

HAMMES, Bruno J. **Curso de direito autoral**. Porto Alegre: UFRGS, 1984.

HAVELOCK, Eric. **A revolução da escrita na Grécia e suas consequências culturais**. Tradução de Ordep J. Serra. São Paulo: Paz Terra/UNESP, 1994

HÖFLING, Eloísa de Mattos. Notas para discussão quanto à implantação de programas de governo: em foco o Programa Nacional do Livro Didático. **Educação Sociedade**, Campinas, v.21, n.70, p.159-170, abr. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 3 abr. 2004

HORN, Esther. Repositories, copyright and creative commons for scholarly communication. **Ariadne**, n.45, out. 2005. Disponível em:<<http://www.ariadne.ac.uk/issue45/horn/intro.html>>. Acesso em: 06 maio 2006.

HOUAISS, Antonio *et al.* **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia, 2001. 2922 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). Declarações sobre o acesso livre. 2006. Disponível em: <http://www.ibict.br/openaccess/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=27&Itemid=63>. Acesso em 20 abr. 2006

_____. **IBICT - Nossa missão**. Brasília, DF: 2003. Disponível em: <<http://www.ibict.br/secao.php?cat=Missão>>. Acesso em: 2 jan. 2005

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Avaliação externa de instituições de educação superior**: diretrizes e instrumento. Brasília, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior 2003**: resumo técnico. [Brasília, 2004].

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Avaliação dos cursos de graduação**: instrumento. Brasília, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Diretoria de Estatísticas e Avaliação Superior (DAES). **Manual de avaliação institucional centros universitários**. [Brasília], 2002. Versão preliminar.

INTERNET é opção contra cópia ilegal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 abr. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u17531.shtml>>. Acesso em: 07 jul. 2005.

JAAHIATT, Benedicto Chuaqui. Sobre la historia de las universidades a través de sus modelos. **Ars Medica: Revista de Estudios Medico Humanísticos**, Santiago de Chile, v.5, n.5, 2001. Disponível em: <<http://escuela.med.puc.cl/publ/Arsmedica/Arsmedica5/HistoriaUniversidades.html>>. Acesso em: 21 maio 2005.

JAMBEIRO, Othon. O Brasil na sociedade da informação: bases para um esquema de análise. In: _____; BOLAÑO, C. BITTOS, V. (Org.). **Comunicação, informação e cultura**: dinâmicas globais e estruturas de poder. Salvador: EDUFBA, 12004. p. 67-83.

JEANNENEY, Jean-Noël. **Quando o Google desafia a Europa em defesa de uma reação**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2006.

KATZEINSTEIN, Ursula Ephraim. **A origem do livro**: da idade da pedra ao advento da imprensa no ocidente. São Paulo: Hucitec, 1986

KEHRLE, Vilany. MEC vai disponibilizar portal de livros para graduação. Mensagem postada na lista de discussão Bib_virtual. Disponível em: <http://listas.ibict.br/pipermail/bib_virtual/2004-June/000190.html>. Acesso em: 27 jul. 2005.

KURAMOTO, Hélio. Ferramentas de *software* livre para bibliotecas digitais. In: MARCONDES, C.; KURAMOTO, H.; TOUTAIN, L.; SAYÃO, L. (Org.). **Bibliotecas digitais**: saberes e práticas. Salvador: EDUFBA, Brasília: IBICT, 2005.

LATOURETTE, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 1999.

_____. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

_____. **Redes que a razão desconhece**: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: **O PODER das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000. p.21-44.

_____; WOOLGAR, Steve. **A vida em laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LEMOS, André. **Administração e ponto final. A Tarde, Salvador, 4 set. 2006. Vestibular.**

LEMOS, Antonio A. Briquet de. Periódicos eletrônicos: problema ou solução? In: ENCONTRO NACIONAL DE EDITORES CIENTÍFICOS (ENEC), 10., 2005, São Pedro, SP. **Anais eletrônicos...** São Pedro, SP: ABEC, 2005. Disponível em: <<http://www.eventos.bvsalud.org/abec/person.php?lang=pt&id=22>>. Acesso em: 8 abr. 2006.

LEMOS, Ronaldo. **Direito, tecnologia e cultura.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

LEVACOV, Marília. Bibliotecas virtuais: (r)evolução? **Ciência da Informação**, Brasília, v.26 n.2, p. 125-135, maio/ago. 1997.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência:** o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LINDOSO, Felipe. **O Brasil pode ser um país de leitores?** política para cultura / Política para o livro. São Paulo: Summus Editorial, 2004.

LINS, Osman. **Guerra sem testemunhas:** o escritor, sua condição e a realidade social. São Paulo: Martins, 1969.

LIVRO digital: um bom negócio. **Panorama Editorial: Revista Mensal da Câmara Brasileira do Livro**, São Paulo, v.2, n.15, p. 20-26, dez. 2005/jan. 2006.

LIVRO pra que te quero. **A Tarde**, Salvador, 06 mar. 2005. Local, p.3

LORENZONI, Ionice. **MEC compra livros para as bibliotecas das universidades federais.** Brasília, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 3 jun. 2006.

MARCONDES, Carlos H. Livre acesso: infra-estrutura e articulação. In: CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA DE PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA, 1., 2006, Brasília. **Anais...** Campo Grande: Ed. da UNIDERP, 2006. p.149-154.

MARCOVITCH, Jacques. A informação e conhecimento. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.16, n.4, p.03-08, oct./dec. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 23 de nov. 2005

MÁRDERO ARRELANO, Miguel Angel. Preservação digital de informação técnico-científica. In: CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA DE PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA, 1., 2006, Brasília. **Anais...** Campo Grande: Ed. da UNIDERP, 2006. p.181- 190.

MARINHO, Marildes. Pró-leitura, perspectivas interdisciplinares: a formação do professor. In: ENCONTRO DE EXTENSÃO DA UFMG, 7., 2004, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: UFMG, 2004. Disponível em : <<http://www.ufmg.br/proex/arquivos/7Encontro/Indice2.htm>>. Acesso em: 13 abr.2006.

MARQUES NETO, José Castilho. O que fazer com os conteúdos? O livro do século XXI na avaliação acadêmica. **Interface**. Comunicação, Saúde, Educação. Botucatu, v.9, n.18. p. 587-90, set./dez. 2005.

MARTÍNEZ-SILVEIRA, Martha Silva. **A informação científica na prática médica: estudo do comportamento informacional do médico-residente**. 2005. 184f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Bahia.

MARTINS, Carlos Benedito. O ensino superior brasileiro nos anos 90. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, jan./mar. 2000. Disponível em:<<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 30 ago. 2005.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1999.

MEIRELLES, Rodrigo França. **A funcionalidade e o desempenho do Portal de Periódicos da CAPES entre pesquisadores das áreas de Comunicação e Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia**. 2005. 40f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) - Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

A MELHOR escola para alfabetizar. **Veja**. São Paulo, n.16, p. 118, abr. 2006.

MELO, Marco Antônio Machado Ferreira de. **O comércio eletrônico e as novas formas de informação: do livro convencional ao livro eletrônico (e-book)**. 2002. 247f. Dissertação (Mestrado Engenharia de Produção e Sistemas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

MOROSINI, Marília Costa (Coord.). **Rede Universitas – produção científica sobre Educação superior no Brasil: conceito de universitas**. Disponível em: <<http://biblioteca.ead.pucrs.br/universitas/oprojeto/conceito.html>>. Acesso em: 21.mai.2005.

MOSTAFA, Solange, PACHECO, Márcia. O mercado emergente da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 2, maio/ago. 1995. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewarticle.php?id=598&layout=abstract>>. Acesso em: 07 jul. 2006

MUELLER, Suzana P. M. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

_____. O círculo vicioso que prende os periódicos nacionais. **DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação**, n. 0, dez., 1999. Disponível em: <http://www.datagramazero.org.br/dez99/F_1_aut.htm> Acesso em: 15 dez.2005.

_____. O periódico científico. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite. **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 73-96

O INCENTIVO à cultura. **Panorama Editorial: Revista Mensal da Câmara Brasileira do Livro**, São Paulo, v.2, n.19, p. 14-17, maio 2006.

ODDONE, Nanci Elizabeth. **Atividade editorial & ciência da informação: convergência epistemológica**. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília, Brasília.

_____. **Ciência da informação em perspectiva histórica**: Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da documentação (Brasil, 1930-1970). 2004. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. *et al.* Centro de cálculo: a mobilização do mundo. **Informare: Cadernos do programa de pós-graduação em ciência da informação**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 29-43, jan./jun. 2000.

OITICICA, Ricardo. **O Instituto Nacional do Livro e as ditaduras**: Academia Brasileira dos Rejeitados. 1997. 270 f. Tese (Doutorado em Literatura: literaturas de língua portuguesa) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Cláudia L. Cadernos universitários da ULBRA. Mensagem recebida por Flavia Goulart M. Garcia Rosa. Acesso em: 21 jul. 2005. [Mensagem pessoal].

OLIVEIRA, Eloísa da Conceição Príncipe de. Grau de adesão às tecnologias de informação e comunicação (TICs) dos pesquisadores brasileiros da área de genética. In: CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA DE PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA, I., 2006, Brasília. **Anais...** Campo Grande: Ed. da UNIDERP, 2006. p. 61 - 65.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates. **A biblioteca “fora do tempo”**: políticas governamentais de biblioteca públicas no Brasil, 1937 – 1989. 1994. 221f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração universal dos direitos humanos**. Proclamada pela Assembléia Geral em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/cdh/Tratados_e_Convencoes/declaracao_universal_dos_direitos_humanos.htm>. Acesso em: 20 jul. 2005.

ORTELLADO, Pablo; MACHADO, Jorge Alberto. Direitos autorais e o acesso às publicações científicas. **Revista ADUSP**, p. 6 -15, ago. 2006.

PAIXÃO, Fernando (Coord.). **Momentos do livro no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1995. Edição comemorativa dos 30 anos da Editora Ática

PEREIRA, G.; MEMÓRIA, Maria L. R. A biblioteca, o bibliotecário e os direitos autorais frente às novas tecnologias informacionais. **Revista Bibliomar**, Maranhão, v.2, n.1, 2004. Disponível em: <http://www.ufma.br/canais/bibliomar/edic_ant.htm>. Acesso em: 04 set. 2005.

PESSOA, Fernando. **A língua portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

PLANO Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) 2006/2008. [Brasília] : Ministério da Cultura; Ministério da Educação, [2006].

PNLL em novas mãos. **Panorama Editorial: Revista Mensal da Câmara Brasileira do Livro**, São Paulo, v.2, n.19, p. 28 - 31 maio 2006.

PRODUÇÃO na rede: Capes vai divulgar na Internet o banco de teses e dissertações. **Pesquisa da FAPESP**, São Paulo, n.122, p.32, abr. 2006.

PROSSIGA: Nova cara, novos rumos. Brasília, DF, 1997. Disponível em:<<http://prossiga.ibict.br>>. Acesso em: 2 jan. 2005

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. **Dicionário de comunicação**. Rio de Janeiro: Ed. Codecri, 1978.

REALE, Miguel. Variações sobre o livro e a Internet. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 jan. 2006. Espaço Aberto. p. A2.

REIMÃO, Sandra. **Mercado editorial brasileiro: 1960-1990**. São Paulo: Com-arte/Fapesp, 1996.

RIBEIRO, Ana Cláudia da Silva Paiva. **Academia e pirataria: o livro a universidade**. 2002. 105p. Dissertação (Mestrado em Ciências em Engenharia da Produção) – Coordenação do Programa de Pós-graduação de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira**. A organização escolar. São Paulo: Cortez, 1987.

ROMANOS DE TIRATEL, Susana. **Guia de fuentes de información especializadas**. 2. ed. Buenos Aires: GREBYD, 2000.

ROSA, Flávia G. M. Garcia. A produção editorial e as editoras universitárias. In: RUBIM, Linda (org.). **Organização e produção da cultura**. Salvador: EDUFBA, 2005. p. 69-183.

_____. Refletindo sobre a avaliação acadêmica do livro do século XXI. **Interface. Comunicação, Saúde, Educação**. Botucatu, v.9, n.18. p.591-92, set./dez. 2005.

SCORTECCI, João; PERFETTI, Maria Esther Mendes. **Informações importantes para quem quer escrever e publicar um livro: guia do profissional do livro**. São Paulo: Scorteccei, 2006.

SETOR editorial brasileiro fatura R\$2,5 bilhões. **O Estado de São Paulo**, 31 ago. 2006. Disponível em: <http://txt.estado.com.br/serviços/login/loginframe.php?RC_URL=/editoriais/2006/08/31/cad-1.93.20060831.45.1.xml> Disponível em: 4 set. 2006.

SILVA, Ceris S. Ribas da; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva . As diferentes fontes de informação na educação. **Presença Pedagógica**, v. 5, n. 28 p. 49 - 57, jul./ago. 1999.

SILVA, Ezequiel T. da; MAKER, James P. Leitura: uma estratégia de sobrevivência! **Ciência e Cultura**, v.30, n.12, p. 1431-1435, dez. 1978.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A primeira gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brazil**. 2.ed., rev. e ampl. Salvador: EDUFBA, 2005.

SILVA, Suely Braga da. **O Instituto Nacional do Livro e a institucionalização de organismos culturais no Estado Novo (1937-1945): planos, idéias e realizações**. 1992. 154f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SILVA FILHO, Francisco Gregório da. Formação de crianças leitoras. Disponível em: http://www.neaad.ufes.br/arq_textos/palestra_gregorio.htm. Acesso em: 23 abr. 2006.

SOARES, Isabel Cristina Gomes. **Programas nacionais de leitura no Brasil: o PROLER e o PRÓ-LEITURA (1995 -2000)**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Brasília, Brasília

SODRÉ, Muniz. **Biblioteca Nacional digital do Brasil**. Disponível em: <<http://catalogos.bn.br/digital/apresentacao.htm>>. Acesso em: 21 maio 2006.

STUMPF, Ida Regina Chitto. Passado e futuro das revistas científicas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, 1996. Disponível em <http://www.ibict.br/cienciadainformacao/include/getdoc.php?id=846&article=504&mode=pdf>. Acesso em: 21.05.2005.

TARGINO, Maria das Graças. **Comunicação científica**: o artigo de periódico nas atividades de ensino e pesquisa do docente universitário brasileiro na pós-graduação. 1998. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília.

_____. Novas tecnologias e produção científica, uma relação de causa e efeito ou uma relação de muitos efeitos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2003.

_____. Novas tecnologias e produção científica: uma relação de causa e efeito ou uma relação de muitos efeitos? **DataGramaZero**: Revista de Ciência da Informação, v. 3, n. 6, dez. 2002, artigo 01. Disponível em <http://datagramazero.org.br/dez02/Art_01.htm>. Acesso em: 10 jun. 2005.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Resolução 5.213, de 2 de junho de 2005. Regula a extração de cópias reprográficas de livros, revistas científicas ou periódicos no âmbito da Universidade de São Paulo. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, 2005. Disponível em: <[\[inf.uspnet.usp.br/resol/r5213m.htm\]\(http://leg.inf.uspnet.usp.br/resol/r5213m.htm\)>. Acesso em: 23 ago. 2005.](http://leg</p></div><div data-bbox=)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Departamento Cultural da Reitoria. **Notícia histórica da Universidade da Bahia**. Salvador, 1967. 100 p.

WASSERMANN, Raul. Livros, leitura, desenvolvimento: o livro é um importante fator de desenvolvimento econômico e social de uma nação, uma verdade nem sempre lembrada? **Desafios do desenvolvimento**, Brasília, n.6, jan. 2005. Disponível em: <<http://www.desafios.org.br/Edicoes/6/artigo13076-1.asp?o=s>>. Acesso em: 12 abr. 2006

WERTHEIN, Jorge. O direito á educação como direito público: implicações para o livro e a leitura. **Revista Linha Direta**. v.9, n.97 p. 6-9, abr. 2006

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v.29, n.2, p. 71-77, maio/ago. 2000.

ZAID, Gabriel. **Livros demais!** Sobre ler, escrever e publicar. São Paulo: Summus, 2004.

ZIMAN, John. **Conhecimento público**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Editora da USP, 1979. (Coleção o Homem e a Ciência)

978-85-7177-352-3

